



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPESP)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO (CCSE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)



RAFAEL HENRIQUE MAIA BORGES

**DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS URBANOS
COMPLEXOS: A VIOLÊNCIA HOMICIDA EM ANANINDEUA, ÁREA
METROPOLITANA DE BELÉM/PA.**

BELÉM-PA

2022

RAFAEL HENRIQUE MAIA BORGES

**DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS URBANOS
COMPLEXOS: A VIOLÊNCIA HOMICIDA EM ANANINDEUA, ÁREA
METROPOLITANA DE BELÉM/PA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Orientador: Prof.º Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

BELÉM-PA

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Borges, Rafael Henrique Maia

Dinâmicas territoriais em espaços urbanos complexos: a violência homicida em Ananindeua, área metropolitana de Belém/PA./Rafael Henrique Maia Borges; orientador; Clay Anderson Nunes Chagas, 2021.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.

1.Geografia urbana-Ananindeua (PA). 2.Violência urbana- Ananindeua (PA). 3.Homicídio-Ananindeua (PA). I. Chagas, Clay Anderson Nunes (orient.). II. Título.

CDD. 23° ed. 307.76098115

Elaborada por Regina Coeli A. Ribeiro – CRB-2/739

RAFAEL HENRIQUE MAIA BORGES

**DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS URBANOS
COMPLEXOS: A VIOLÊNCIA HOMICIDA EM ANANINDEUA, ÁREA
METROPOLITANA DE BELÉM/PA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Orientador: Prof.º Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

Resultado: _____.

Data: 04/ Fevereiro/2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas (Orientador – PPGG/UEPA)

Prof. Dr. Willame, de Oliveira Ribeiro (Examinador Interno – PPGG/UEPA)

Prof. Dr. Carlos Jorge Nogueira de Castro (Examinador Externo CCSE/UEPA)

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares (Examinador Externo PPGEU/UFPA)

BELÉM-PA

2022

*“No mundo moderno, as pessoas não se falam,
ao contrário: se calam, se pisam, se traem e se
matam”(Racionais).*

“Costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisa que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras” (José Saramago – Ensaio sobre a cegueira).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar devo agradecer a Deus, pois é ele quem me sustenta, nos momentos mais difíceis quando penso que não sou capaz ele renova minhas energias e me dá esperanças.

Sobretudo reconheço o papel da minha família, que sempre me deu o suporte necessário para me dedicar aos estudos, especialmente a minha mãe “Nazica” e ao meu pai “Massud”, minhas companhias fieis.

Demonstro aqui também a gratidão que tenho por minha namorada Roberta Larissa, que surgiu durante a minha caminhada acadêmica e se tornou uma verdadeira companheira, estando comigo sobretudo em minhas derrotas. Obrigado por sempre acreditar em mim.

Parte importante deste trabalho apenas se fez possível devido as oportunidades profissionais que recebi, pela confiança que foi depositada em mim, por isso, agradeço principalmente ao Carlos André e ao Fernando Bezerra.

Não poderia deixar de mencionar os ensinamentos repassados por algumas referências que possuo em minha vida. Willame Ribeiro, Clay Chagas e Carlos Jorge, muito obrigado.

Recordo também o papel dos amigos que foram fundamentais para o meu progresso, em particular estendo o apreço a Henrique Silva, essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Sem o apoio que recebi em todos os meus passos, essa conquista não seria possível. Gratidão!

RESUMO

BORGES, Rafael Henrique Maia. **Dinâmicas territoriais em espaços urbanos complexos:** a violência homicida em Ananindeua, área metropolitana de Belém/PA. 2022 136 f. Dissertação de mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, 2022.

Os espaços urbanos são constituídos de inúmeras especificidades, que em conjunto formam ambientes complexos, destacando-se as desigualdades socioespaciais e sobretudo, as diversas faces da criminalidade que atingem parcelas expressivas da população citadina, enquanto elementos estruturantes dessas realidades. Então, ao falar sobre as cidades, torna-se necessário adotar uma visão mais abrangente, de modo a se considerar, por exemplo, as ações de agentes históricos e reais, que em meio a um jogo social, através de seus objetivos as formam. Nesse cenário múltiplo e diverso foi possível encontrar, a partir de uma perspectiva geográfica e cartográfica centrada nos conceitos do espaço e do território, uma maneira mais ampla e aproximada de analisar tais questões. Como parte disso, apresenta-se Ananindeua, enquanto espaço metropolitano de Belém/PA, formada por contrastes, pois à medida que representa uma das áreas mais importantes para as estratégias políticas e econômicas paraenses, simultaneamente, condiz a um centro de problemáticas e dilemas, como as mazelas sociais e o elevado quantitativo de ocorrências criminais, o que comumente o torna segundo município mais violento do Estado no Pará, em relação a violência homicida. Desse modo, constatando-se isso, o objetivo principal dessa pesquisa consistiu em compreender as dinâmicas espaciais e territoriais que envolvem os homicídios dolosos ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020, a partir do contexto socioespacial de cada uma das áreas que a compõem. Os procedimentos metodológicos basicamente pautaram-se em revisões bibliográficas, levantamento e análise de documentos, dados e informações referentes ao local de estudo, além da prática de trabalhos exploratórios, com a aplicação de entrevistas aos atores que a constroem diariamente, bem como parcelas primordiais dessa pesquisa, tornaram-se possível a partir de produções cartográficas que possibilitaram a visualização dos comportamentos criminais, como a observação das zonas em que se concentram um determinado delito. Os resultados obtidos evidenciam que as conjunturas existentes são reflexos de territorialidades consumadas por múltiplos agentes, que criam e fortalecem traços como a pobreza e a segregação, assim como influenciam nas execuções das mortes violentas, além disso este trabalho traçou um panorama das principais características que envolvem os homicídios, os *modus operandi* e a situação de cada uma das vítimas, que centram nos jovens os principais alvos. Por tais razões, a geografia e a cartografia, muito tem a contribuir ao trazer à tona através de seus mecanismos parte das questões vivenciadas pela população local.

Palavras-Chave: Espaço; Território; Homicídios; Ananindeua/PA; RMB.

ABSTRACT

BORGES, Rafael Henrique Maia. **Territorial dynamics in complex urban spaces: homicidal violence in Ananindeua, metropolitan area of Belém/PA.** 2022 136 f. Master's Thesis in Geography - Postgraduate Program in Geography (PPGG), University of the State of Pará (UEPA), Belém, 2022.

Urban spaces are made up of numerous specificities, which together form complex environments, highlighting socio-spatial inequalities and, above all, the different faces of crime that affect significant portions of the city population, as structuring elements of these realities. So, when talking about cities, it becomes necessary to adopt a more comprehensive view, in order to consider, for example, the actions of historical and real agents, who, in the midst of a social game, form them through their objectives. In this multiple and diverse scenario, it was possible to find, from a geographical and cartographic perspective centered on the concepts of space and territory, a broader and more approximate way of analyzing such issues. As part of this, Ananindeua is presented, as a metropolitan space of Belém/PA, formed by contrasts, as it represents one of the most important areas for the political and economic strategies of Pará, simultaneously, it is a center of problems and dilemmas, such as social ills and the high number of criminal occurrences, which commonly makes it the second most violent municipality in the state in Pará, in relation to homicidal violence. Thus, noting this, the main objective of this research was to understand the spatial and territorial dynamics that involve the intentional homicides that occurred in Ananindeua-PA, between the years 2018 and 2020, from the socio-spatial context of each of the areas that compose it. The methodological procedures were basically based on bibliographic reviews, collection and analysis of documents, data and information regarding the place of study, in addition to the practice of exploratory work, with the application of interviews to the actors who build it daily, as well as primordial portions of this research, became possible from cartographic productions that enabled the visualization of criminal behavior, such as the observation of the areas in which a certain crime is concentrated. The results obtained show that the existing conjunctures are reflections of territorialities consummated by multiple agents, which create and strengthen traits such as poverty and segregation, as well as influence the executions of violent deaths. homicides, modus operandi and the situation of each of the victims, which focus on young people as the main targets. For these reasons, geography and cartography have much to contribute by bringing to light through their mechanisms part of the issues experienced by the local population.

Keywords: Space; Territory; homicides; Ananindeua/PA; RMB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Região Metropolitana de Belém - PA.....	42
Figura 2: Localização do município de Ananindeua-PA	43
Figura 3: Evolução urbana do município de Ananindeua-PA.....	46
Figura 4: Aglomerados subnormais em Ananindeua-PA	51
Figura 5: Alameda Fonte Nova – Bairro do PAAR, Ananindeua - PA.....	53
Figura 6: Travessa Manaus - Bairro do PAAR, Ananindeua - PA.....	53
Figura 7: Estrada do Aurá - Bairro do Aurá, Ananindeua – PA.....	54
Figura 8: Aspectos infraestruturais dos domicílios de Ananindeua-PA.....	56
Figura 9: Av. Independência – Bairro do Icuí-Guajará.	57
Figura 10: Rendimento dos chefes de família em Ananindeua-PA.....	59
Figura 11: Rendimento dos chefes de família em Ananindeua-PA.....	62
Figura 12: Caracterização de Ananindeua-PA	65
Figura 13: Território da Violência – Agentes territoriais.	69
Figura 14: Homicídios em Ananindeua-PA entre os anos de 2018 e 2020.....	96
Figura 15: Hotspot dos homicídios de Ananindeua-PA entre os anos de 2018 e 2020..	98
Figura 16: Hotspot dos homicídios de Ananindeua-PA e o tráfico de drogas entre os anos de 2018 e 2020.....	101
Figura 17: Hotspot dos homicídios de Ananindeua-PA e os MIAES entre os anos de 2018 e 2020.	103
Figura 18: Uso do solo no bairro do Curuçambá, Ananindeua-PA.....	111
Figura 19: Uso do solo no bairro do Curuçambá e os homicídios ocorridos entre 2018 e 2020 em Ananindeua-PA.	113
Figura 20: Uso do solo no bairro do Icuí-Guajará, Ananindeua-PA.....	116
Figura 21: Uso do solo no bairro do Icuí-Guajará e os homicídios ocorridos entre 2018 e 2020 em Ananindeua-PA	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mapeamento HotSpot – Frequência intervalar.....	18
Tabela 2: Evolução da população de Ananindeua - PA.	44
Tabela 3: Caracterização da população de Ananindeua-PA.....	48
Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Ananindeua-PA	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais referências teóricas	12
Quadro 2: Principais documentos consultados.....	12
Quadro 3: Questões a serem feitas aos micros agentes territoriais de Ananindeua-PA.	14
Quadro 4: Questões a serem feitas aos macros agentes territoriais de Ananindeua-PA.	14
Quadro 5: Variáveis utilizadas para o mapeamento das características da área de estudo.	17
Quadro 6: Principais atividades desempenhas pelos grupos de milícias.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	78
Gráfico 2: Percentual dos homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020, por dia da semana.	79
Gráfico 3: Percentual dos homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020, por faixa de hora.....	80
Gráfico 4: Homicídios por bairros em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	81
Gráfico 5: Faixa etária das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	83
Gráfico 6: Escolaridade das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020	84
Gráfico 7: Histórico criminal das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	85
Gráfico 8: Crimes praticados pelas vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	86
Gráfico 9: Percentual de uso de drogas por parte das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	87
Gráfico 10: Mortes de agentes de segurança pública em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020	88
Gráfico 11: Sexo das vítimas de homicídio ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.....	89
Gráfico 12: Tipificações dos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	90
Gráfico 13: Instrumento utilizado nos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.	92
Gráfico 14: : Meio de locomoção utilizado nos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.....	93
Gráfico 15: Quantitativo de autores dos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.....	94

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Pará
CV	Comando Vermelho
CVLIs	Crimes Violentos Letais Intencionais
DINE	Diretoria de Inteligência Estratégica
DINTEL	Diretoria de Inteligência
DPC	Delegado de Polícia Civil
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
EPC	Escrivão de Polícia Civil
FDN	Família do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
OMS	Organização Mundial da Saúde
MS	Ministério da Saúde
MIAE	Morte por intervenção de agente do Estado
PA	Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PF	Polícia Federal
PCC	Primeiro Comando da Capital
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
QGIS	Quantum Gis
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEGUP	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura de Ananindeua
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIAC	Secretaria de Inteligência e Análise Criminal
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
UEPA	Universidade do Estado do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. ASPECTOS INICIAIS: AS DINÂMICAS ESPAÇO-TERRITORIAIS DAS CIDADES	19
2.1 ESPAÇO E SOCIEDADE: RELAÇÕES DIALÉTICAS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	20
2.2 TERRITÓRIOS URBANOS: TERRITORIALIDADES; VIOLÊNCIAS E DESIGUALDADES	29
3. A CONDIÇÃO SOCIOESPACIAL DE ANANINDEUA NO CONTEXTO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM	37
4. AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DAS MORTES VIOLENTAS NOS ESPAÇOS PRECÁRIOS DE ANANINDEUA-PA.....	67
4.1 TERRITÓRIOS DAS VIOLÊNCIAS: DESIGUALDADES, TERRITORIALIDADES E ZONAS DE TENSÃO	67
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM ANANINDEUA, ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2020	77
5. CARTOGRAFIA DAS MORTES VIOLENTAS: O MAPEAMENTO DOS HOMICÍDIOS DE ANANINDEUA-PA, ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2020.	95
5.1 HOMICÍDIOS NOS BAIROS MAIS VIOLENTOS DE ANANINDEUA-PA	110
5.2 HOMICÍDIOS NO CURUÇAMBÁ E NO ICUÍ-GUAJARÁ	110
6. CONCLUSÕES.....	120
7. REFERÊNCIAS	124

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está centrada no entendimento espacial e territorial dos homicídios ocorridos nos anos de 2018, 2019 e 2020 no município de Ananindeua que está localizado no Estado do Pará. Em razão, sobretudo, de sua importância, visto que se trata de um tema atual, presente na realidade de parcelas significativas da população local.

Especificamente para presente estudo, as análises estão centradas no homicídio doloso, que basicamente ocorre quando a ação se dá exclusivamente com objetivo de assassinar, o que representa parte da criminalidade causadora de maior impacto social, visto que se traduz através da ação de tirar a vida de um ser humano.

O lócus de exploração apresenta-se como um dos principais municípios do estado do Pará, no sentido econômico e político, em contraste a diversos dilemas sociais que compõem seus espaços. Componente da Região Metropolitana de Belém (RMB), Ananindeua está inserida no contexto da capital do Pará, fundamental para as dinâmicas paraenses, ao passo que coexistem fatores que ilustram cenários de precariedades e insuficiências.

Os territórios ananindeuenses são constituídos de inúmeras especificidades, que em conjunto formam ambientes de complexidades, enquanto parte do espaço metropolitano de Belém, percebidas através de várias facetas, como as que perpassam pela proliferação criminal.

A respeito disso o Estado do Pará, de acordo com os Atlas da violência (2016, 2017, e 2018), situou-se entre as unidades federativas com maiores quantitativos de mortes decorrentes dos crimes que aqui serão trabalhados e em especial, Ananindeua, com base nos dados da Secretária Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP (2018, 2019 e 2020), representou a segunda área com mais registros desses tipos de violência, atrás somente da capital paraense.

Nesse viés, a problemática se orientou no sentido de compreender de forma geográfica e cartográfica, como é formada Ananindeua, e qual relação é estabelecida com os homicídios. Problematizou-se essa pesquisa a partir de uma questão central: qual relação é estabelecida entre o contexto socioespacial de Ananindeua e as dinâmicas homicidas de cada área que a compõe?

Logo, ao entender que as dinâmicas sociais urbanas, em especial as que estão inseridas em uma realidade marcada pela criminalidade, relacionam-se diretamente com o espaço e com o território, o objetivo geral deste trabalho consistiu em compreender as

dinâmicas espaciais e territoriais que envolvem os homicídios dolosos em Ananindeua-PA, a partir do contexto socioespacial de cada uma das áreas que a compõem. Isto inclui identificar os agentes e as ações dos que atuam nesses locais, o papel desempenhado pela dimensão espacial, e as funções das condições socioeconômicas.

De maneira complementar, ao compreender que as mortes violentas também possuem a influência de processos históricos, como objetivos específicos, baseou-se no seguinte panorama:

a) Em primeiro lugar, buscou-se entender a formação dos bairros de Ananindeua, identificar os agentes que participam deste processo, no contexto urbano metropolitano de Belém e a sua relação com a criminalidade, ou seja, objetiva-se analisar as suas ações, suas metas e sobretudo, o papel de cada um deles no sentido da intensificação da violência.

b) Objetivou-se avaliar a situação das características socioeconômicas de cada bairro, e compreender a sua relação com as mortes violentas, com o intuito de constituir uma visão sólida acerca das condições locais, a partir do conhecimento de variáveis como o rendimento per capita por domicílio, nível escolar dos moradores, e condições infraestruturais das habitações

c) Através da perspectiva de que a reprodução das relações sociais e da produção do espaço geográfico perpassam pela inter-relação marcadas por relações de poder, buscou-se analisar essa dimensão, em sua multiplicidade, e os respectivos arranjos territoriais, especialmente os marcados por assassinatos, para identificar as variações existentes nos padrões criminais;

d) Por fim, mostrou-se essencial, como último objetivo específico, examinar as características das mortes ocorridas nos anos de 2018, 2019 e 2020. Para se ter uma compreensão síntese e conjunta, atrelada aos demais objetivos, a fim de entender a relação das condições espaciais, territoriais, sociais, econômicas, e políticas, com a criminalidade.

Como hipótese central, partiu-se da ideia de que as dinâmicas da violência e especificamente da criminalidade urbana, nas formas das mortes violentas, ocorrem dentro de um contexto geográfico. Em outras palavras, defende-se que tanto o espaço como o território, sejam produtos, condições e meios para a produção e a reprodução das dinâmicas das desigualdades socioespaciais e, sobretudo, da criminalidade. Dessa maneira, processos como a formação espacial, a urbanização e a territorialização por diversos agentes sociais, entre eles o Estado, interferem diretamente nas questões levantadas nessa pesquisa.

De modo complementar, pressupôs-se que os homicídios não se apresentariam com um único perfil, ou seja, que possuíam tipos diferenciados, sustentando comportamentos espaciais heterogêneos. Além disso, acredita-se que a criminalidade em Ananindeua formasse um verdadeiro campo de ações, especialmente através das mortes violentas. Por exemplo, o crime de roubo ou do tráfico de drogas, teriam associação direta (independentemente da intensidade) com outras tipologias, como o homicídio e a morte em confronto policial. Dessa forma, tentar compreender uma única manifestação criminal, seria reducionista, considerando o universo do qual fazem parte.

As inquietações postas, sustentam-se inicialmente a partir do aprendizado acadêmico, por meio do estudo de conceitos geográficos que apontaram ao entendimento de que as realidades urbanas não são resultados de uma “mão invisível” (CARLOS, 2011), mas sim de construções histórico-geográficas, o que possibilita a organização de uma linha de pensamento através da geografia e de seus conceitos referentes ao espaço e ao território.

Além disso, o cotidiano em grupos de pesquisas, que tratam da cartografia e de suas ferramentas, nortearam esta perspectiva, no sentido de estabelecer possibilidades do mapeamento da criminalidade, bem como das características socioespaciais da área de estudo.

Ressalta-se também as experiências profissionais na área de segurança pública, primordiais para os horizontes do presente estudo, onde se trabalhou com dados oficiais da Segurança Pública do Estado, através da geografia e principalmente, da cartografia.

Desse modo, a pesquisa “Dinâmicas territoriais em espaços urbanos complexos: a violência homicida em Ananindeua, área metropolitana de Belém/PA”, buscou atrelar teoria e prática, a partir da geografia e da cartografia para a compreensão de alguns dos principais problemas urbanos que atingem as cidades brasileiras, especialmente as paraenses. Assim, a necessidade de realizar o presente estudo, argumenta-se pela relevância científica e social, por se tratarem de questões sociais atuais, que atinge grande parte da população paraense, através de inúmeras mortes que modificam negativamente o cotidiano de moradores dos bairros periféricos, como o aqui estudado. Logo, as pesquisas e estudos se tornam essenciais, com a finalidade de alcançar a sua melhor compreensão e possibilitar uma visão mais específica sobre as dinâmicas dessa problemática.

Somado a isso, destaca-se a insuficiência de estudos relativos a diversos bairros de Ananindeua relativos aos fenômenos da violência e da criminalidade. Ademais,

ressaltam-se as possibilidades que a cartografia traz consigo, a partir de um olhar mais detalhado sobre as características socioeconômicas, espaciais e também, comportamental da criminalidade.

Portanto, a pesquisa justifica-se, primordialmente, pela necessidade de se questionar e compreender problemáticas que são características de grande parte das cidades paraenses. Bem como pela possibilidade que a ciência geográfica e a cartografia possibilitam para estudar tais questões, sobretudo, através do espaço e do território, que será importante para o entendimento dos padrões, dos comportamentos e da distribuição sob a área de estudo, das desigualdades e das mortes violentas ocorridas entre 2018 e 2020. Além disso, sustenta-se pela necessidade da criação de projetos cartográficos, que permitem a compreensão mais detalhada da área de estudo e que, inclusive, poderão auxiliar na formação de políticas públicas e em ações efetivas das instituições atuantes na área.

Com a finalidade de atingir melhores resultados, os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos ao longo de duas fases complementares, cada uma delas constituídas de subdivisões. Em princípio, realizou-se fundamentação teórica e do conhecimento sobre a área de estudo, através dos seguintes procedimentos:

- Pesquisa bibliográfica e análises documentais:

Para esse momento, fez-se o levantamento bibliográfico dos principais elementos que compõem a presente pesquisa. Com destaque aos conceitos de espaço, espaço urbano, formação socioespacial, urbanização, desigualdades socioespaciais, território, territorialidades, poder, violência e criminalidade. Além de recorrer-se a aportes teóricos concernentes a cartografia e ao geoprocessamento, bem como da caracterização da área de estudo. Nesse sentido, destacam-se:

Quadro 1: Principais referências teóricas

Autores	Abordagens
Santos (1982,1973); Carlos (1992, 2007, 2011); Corrêa (1995, 2003, 2011);	Referenciais relativos aos aspectos espaciais
Claval (1979); Ferreira e Pena (2005); Haesbaert (2001;2014); Raffestin (1993); Saquet (2009); Souza (2003);	Bases teóricas acerca do território
Arendt (1994); Foucault (2004); Raffestin (1993);	Fundamentos sobre o poder
Cano (1997); Adorno (2002); Filho (2004); Batella (2008); Beato Filho (2012); Chagas (2014); Araújo e Chagas (2020);	Estudos a respeito da violência urbana e a criminalidade
Mendes (2003); Penteado (1968); Rodrigues (1998); Rodrigues; Filho e Neto (2018); Castro (2020);	Caracterização da área de estudo
Fitz (2008); Associação Cartográfica Internacional (2011)	Aspectos Cartográficos

Elaboração: Maia, 2021.

Assim, basicamente este momento serviu como base inicial para o desenvolvimento do trabalho, visto que através dele foram alcançados os principais pontos teóricos do trabalho. Posteriormente foram realizadas coletas de dados e informações a partir de órgãos e instituições relativas a pesquisa aqui desenvolvida, conforme (quadro 02):

Quadro 2: Principais documentos consultados.

Documentos	Finalidades
Plano diretor de Ananindeua (2006);	Compreender os limites de Ananindeua e seus aspectos geográficos
Censo Demográfico (2010);	Identificar os padrões das principais variáveis relativas a realidade socioespacial de Ananindeua
Atlas da violência (2018,2019,2020);	Analisar o comportamento da criminalidade no Brasil
Relatórios técnicos-estatísticos da criminalidade no Pará (2018,2019,2020);	Verificar as dinâmicas da criminalidade violenta no Pará e em especial no município de Ananindeua

Elaboração: Maia, 2021.

- **Trabalhos exploratórios de campo:**

Os trabalhos de campo consistiram em uma ferramenta primordial para a consistência desta pesquisa. Sobretudo, por possibilitar a visão direta da realidade vivida pelos moradores da área estudada, através do contato durante a realização das visitas a campo. Nesse sentido, fundamentaram-se na observação dirigida, levantamentos fotográficos e a interpretação de objetos a serem mapeados, entendendo-se que:

O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto, a ideia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a ideia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões (SERPA, 2006).

Para tanto, ressalta-se que foram realizadas entrevistas direcionadas a dois principais grupos: micro agentes e macro agentes. O primeiro é formado basicamente pelos moradores do bairro.

O segundo no que lhe concerne, constituído pelas principais instituições, como líderes comunitários, representantes da igreja, da educação e da segurança, essenciais para sustentar uma visão múltipla acerca da realidade estudada. Afinal, para se compreender a realidade das cidades não é o suficiente se limitar ao espaço em si, pelo contrário, torna-se necessário considerar os diversos elementos que o compõem (SOUZA, 2013).

- **Quais são os objetivos a se alcançar com os trabalhos de campo, em destaque a aplicação de entrevistas?**
 - a) Entender a relação existente entre os diversos agentes territoriais que compõem os bairros de Ananindeua.
 - b) Compreender como funciona a dinâmica da criminalidade nos bairros estudados.
 - c) Através dos relatos que serão adquiridos, realizar uma análise comparativa as informações advindas dos levantamentos documentais e das bases de dados, a fim de se melhor compreender as realidades existentes.

Os formulários foram elaborados a partir de um critério estruturado, com base em perguntas claras e objetivas?

Através de um levantamento qualitativo serão realizadas entrevistas a agentes micro e macro territoriais dos bairros, conforme o questionário abaixo:

Quadro 3: Questões a serem feitas aos micros agentes territoriais de Ananindeua-PA.

Quais são as áreas onde acontecem mais homicídios no bairro/região? Por que eles ocorrem especialmente nessas áreas?
Você saberia descrever o perfil geral das vítimas e dos autores do homicídios que ocorrem nessas áreas?
Quais seriam as principais motivações dos homicídios?
O que poderia ser feito por parte da prefeitura, do governo estadual e do governo federal para reduzi o índice de violência/criminalidade no bairro e no município?
Quais são as principais dificuldades encontradas pelos agentes de segurança pública para o enfrentamento da criminalidade no bairro e do município?

Elaboração: Maia, 2021.

Quadro 4: Questões a serem feitas aos macros agentes territoriais de Ananindeua-PA.

O bairro/região onde mora/trabalha é um lugar violento? por quê?
Você saberia descrever o perfil das vítimas e dos autores dos homicídios que ocorrem no seu bairro/região?
Você saberia dizer quais seriam as principais causas dos homicídios no bairro?
Como você avalia o serviço da segurança pública ofertado no seu bairro e município?
Como você avalia os serviços públicos do bairro e do município? Tais como saúde, educação e saneamento básico, etc.
O que poderia ser feito por parte da prefeitura, do governo estadual e do governo federal para reduzir o índice de violência/criminalidade no bairro?

Elaboração: Maia, 2021.

A segunda etapa, por sua vez, diz respeito ao tratamento dos dados e informações levantadas:

- Transcrições das entrevistas:

Após a realização das entrevistas, foram feitas as respectivas transcrições, a fim, especialmente de compreender as visões dos agentes que compõem Ananindeua. O que propiciou a identificação de padrões em relação à visão de cada um, através de particularidade de cada entrevistado.

- Estatística:

No decorrer da pesquisa, percebeu-se a necessidade de se aplicar estudos estatísticos, a fim de melhor compreender, principalmente, a evolução quantitativa das mortes violentas em Ananindeua. Dessa forma, ao longo do texto, recorreu-se a gráficos e tabelas que proporcionam uma melhor visualização sobre isso.

Dentre as bases utilizadas, faz-se necessário destacar os atributos da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), integrada a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), que basicamente ofertaram as principais informações dos homicídios, imprescindíveis para este trabalho.

Além disso, realizou um trabalho minucioso de análise dos crimes, junto ao Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), e ao Perícia Net, onde individualmente se avaliou cada crime ocorrido entre 2018 e 2020, afim de obter o máximo de detalhes sobre cada morte, com destaque elementos que a priori não estavam disponíveis, como a correção dos endereços registrados em cada morte, a forma de atuação dos autores de cada crime, e o histórico criminal de cada vítima.

- Produção cartográfica:

A cartografia, apresenta-se como essencial para esse estudo. Suas potencialidades e atributos trazem consigo um entendimento mais específico sobre os crimes aqui estudados. Basicamente esse ramo científico pode ser compreendido como uma ferramenta de apoio frente à geografia, que permite a espacialização de todo tipo de informação geográfica (FITZ, 2008).

Para a Associação Cartográfica Internacional:

A cartografia apresenta-se como conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados e operações diretas ou de análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representações de objetos, elementos, fenômeno em ambientes físico e sócio-econômicos, bem como a sua utilização (ACL, 2011, p. 10).

Assim, ao ser aplicada no estudo do espaço urbano, mais especificamente da violência, consegue-se melhor visualizar suas dinâmicas. O que fica bastante evidente quando se observa a valorização desse ramo científico pelas diversas ciências, como a geografia e mais recentemente pelos órgãos governamentais. Tem-se nesse viés, o geoprocessamento, que é entendido:

(...) como uma técnica que, utilizando um SIG, busca a realização de levantamentos, análises e cruzamentos de informações georeferenciadas, visando à realização do planejamento, manejo e/ou gerenciamento de um espaço específico, apoia-se na Cartografia digital para realizar essa manipulação de dados (FITZ, 2008, p. 108).

Desse modo, realizaram-se produções cartográficas, a partir de técnicas de geoprocessamento, que permitiram a relação entre base de dados, como as de indicadores sociais, educação, saúde, saneamento, distribuição populacional e índices de violência, que elucidarão as características da área. Para a cartografia se fez uso do “*software*” cartográfico *Quantum Gis* [Versão 3.16 – Hannover], que se trata de um programa de mapeamento gratuito.

Nesse sentido, basicamente foram utilizadas como bases o Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010), além de conjuntos cartográficos que foram desenvolvidos especificamente para este trabalho, como os pontos de ocorrência dos crimes e a caracterização das áreas com maiores concentrações de mortes.

Dentre os mapeamentos, inicialmente destacam-se os que tratam da localização da área de estudo, onde se utilizou das referências do plano diretor de Ananindeua e dos limites estabelecidos pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM).

Além disso, como dito entre os mapas estão os que se pautaram nas informações do Censo Demográfico (IBGE, 2010), com destaque as variáveis que tratam de aspectos atrelados a Habitação, Infraestrutura, Economia e Educação. Desse modo, utilizaram-se:

Quadro 5: Variáveis utilizadas para o mapeamento das características da área de estudo.

INFRAESTRUTURA (Ambiental)
Variável: V012 – Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água geral
Variável: V035 – Domicílios particulares permanentes com lixo coletado
Variável: V043 – Domicílios particulares permanentes com energia elétrica
Aglomerados Subnormais
ECONOMIA
Variável: V002 – Total do rendimento mensal dos Domicílios particulares permanentes
EDUCAÇÃO
Variável: N_Alfa_5: Não alfabetizados com 5 anos ou mais
Variável : V015 – Pessoas responsáveis alfabetizadas

Fonte: (IBGE,2010).

Dentre as razões para a escolha desses elementos está o fato de que a criminalidade não está avessa aos demais fatores que integram uma determinada realidade, nesse sentido optou-se por considerar aspectos relativos a infraestrutura, tendo em vista a capacidade de influência dos seus desdobramentos, em relação por exemplo a própria atividade ostensiva dos agentes de segurança pública, muitas vezes dificultada em razão justamente de precariedades.

Nesse sentido, destacam-se às variáveis relacionadas as condições dos domicílios, tanto de um ponto de vista mais particular, como também em um viés mais geral, como o apresentado nos “Aglomerados Subnormais”, que mostra um cenário sobre as desigualdades presentes no país, especialmente as relacionadas a habitação

Objetiva-se através deles identificar as principais características de Ananindeua, a partir de seus diversos aspectos. Destacando-se ainda os associados a economia e a educação, importantes pontos para se compreender os indicativos de oportunidades existentes na área de estudo.

Em relação aos mapeamentos criminais, destacam-se os mapas de *HotSpot*, popularmente conhecido como “Mapa de Manchas”, que através de um gradiente de cores, apresenta o comportamento da variação criminal e especificamente, mostra quais são os pontos de maiores ocorrências, em que existem aglomerações deles.

A espacialização da violência a partir de técnicas de geoprocessamento permite a relação entre base de dados, como as de indicadores sociais, educação, saúde, saneamento, distribuição populacional, aos índices de violência concedidos pela

Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP¹, a uma base cartográfica, que posteriormente serviram para georreferenciar os locais de ocorrências dos homicídios.

Inicialmente, os dados utilizados foram especializados em camadas geométricas vetoriais, tipo ponto, estruturadas em arquivo *ShapeFile*. De posse dessas informações geoespacializadas, realizou-se posteriormente o processamento a partir do módulo Mapa de Densidade, que é caracterizada pela Estimativa de Densidade *Kernel*, para a criação de uma Camada Matricial (em células), em que cada uma delas é composta por uma coluna, que tem um valor atribuído, como a quantidade de homicídios ocorridos em uma determinada área. Assim, a gradação da densidade é calculada de acordo com o número de pontos (ocorrências de homicídios) em uma localização.

Dessa forma, a partir de diálogos com diversos agentes de segurança pública e professores que pesquisam sobre a violência urbana, determinou-se que a distância média para o estudo seria de 150 metros² para cada área, por entender que tal corresponde ao padrão de ocorrências existente nos bairros.

Assim, tornou-se necessário ainda categorizá-la em 5 (cinco) intervalos de 30 metros, para se estabelecer a variação³ de intensidade entre:

Tabela 1: Mapeamento HotSpot – Frequência intervalar.

Frequência	Intervalo
Muito alta	1 – 30 Metros
Alta	31 – 60 Metros
Média	61 – 90 Metros
Baixa	91 – 120 Metros
Muito Baixa	121 – 150 Metros

Fonte: Criado pelo autor com base nas informações concedidas por agentes de segurança pública e professores que pesquisam sobre a presente temática.

Entende-se, dessa forma, que quando a repetição de homicídios ocorrer no menor intervalo de espaço, maior será a intensidade do gradiente. Em outras palavras as “manchas” tenderão a possuir tonalidades mais escuras. No inverso, se os crimes

¹Especificamente utilizamos as informações classificações criminais descritas nos Boletins de Ocorrências da Polícia Militar (BOPM), feitos pela Polícia Militar do Estado do Pará (PM-PA) e confirmadas nos Boletins de Ocorrências (BO) da Polícia Civil do Pará (PC-PA).

² Isso corresponde a um gradiente de intensidades, ou seja, a uma macha.

³ Ela corresponde a crescente de pixels de cada cor, que formam as manchas.

ocorrerem em menor quantidade, em uma distância maior, as “manchas” tenderão a tonalidades mais claras, dada a sua menor intensidade.

Ressalta-se que nem todos os procedimentos metodológicos estão aqui listados, optou-se por relacionar na presente seção os principais elementos da metodologia, especialmente os relacionados a cartografia.

Desse modo, esta pesquisa está voltada para tais discussões e possíveis contribuições da análise geocartográfica acerca desta temática e para isso, divide-se em introdução, seguido de quatro capítulos e as conclusões. De maneira detalhada, o primeiro, refere-se ao estudo teórico-conceitual dos principais elementos que compõe tais questionamentos, com destaque ao espaço e ao território, baseando-se em referências geográficas, que tratam das realidades vividas pelas periferias marcadas por desigualdades e pela criminalidade violenta.

Em seguida, dedicou-se ao entendimento da formação espacial do município de Ananindeua, recorrendo-se ao estudo da evolução das áreas, a fim de entender os desdobramentos oriundos de processos históricos, como a periferização oriunda da capital paraense. Além disso, ainda nesse momento, frisou-se na caracterização das principais variáveis socioeconômicas e espaciais da área de estudo.

No terceiro capítulo o enfoque dado reside na análise dos agentes territoriais atuantes em Ananindeua, especialmente os que possuem algum tipo de relação com as dinâmicas criminais. Ainda nesse momento se tratarão das principais características relacionadas aos homicídios ocorridos no período escolhido.

Por fim, a partir de uma visão mais próxima dos moradores, e através da cartografia, apresentam-se os comportamentos da criminalidade, as ações e dinâmicas dos agentes territoriais atuantes neste cenário.

2. ASPECTOS INICIAIS: AS DINÂMICAS ESPAÇO-TERRITORIAIS DAS CIDADES

Viver em sociedade, historicamente, caracteriza-se em diversos momentos pela existência de inúmeros dilemas sociais. Por mais que recuemos no tempo, comumente, serão observadas desigualdades atreladas as ordens políticas, econômicas e sociais, que podem se manifestar, através da miséria, da violência e da criminalidade. O que em suma podem ser vistos como reflexos do “jogo social” constituído de relações sociais dotadas de intencionalidades (CLAVAL, 1979).

Tais questões suscitam inúmeros debates, especialmente ao se considerar os espaços urbanos e sua complexidade. E por se tratar de um tema atual, constituído de problemas sociais, várias ciências se dedicam ao entendimento dessa problemática. Dentre elas destaca-se a geografia, que possibilita um caminho bastante específico para o estudo, sobretudo, a partir do conceito de espaço e de sua análise territorial. Nesse sentido, partindo do ponto de vista geográfico, defende-se que as relações sociais se espacializam e se territorializam, formando um verdadeiro campo de forças.

Ao se abordar temáticas tão importantes para a sociedade paraense, como é o caso da violência urbana, a partir de uma perspectiva geográfica, torna-se primordial o diálogo entre conceitos e categorias basilares, como o espaço e o território, para, então, obter-se um olhar mais específico e apurado sobre tais questões.

Por essa razão, a teoria revisada neste trabalho, pautou-se fundamentalmente na visão geográfica acerca do espaço, em especial ao que se remete às cidades e sobretudo as periferias, destacando-se o processo de produção do espaço, e as desigualdades socioespaciais, além de elementos comuns as realidades de inúmeras de suas áreas, como a violência e a criminalidade, na figura dos homicídios. Posteriormente para tornar o debate mais coeso e completo, recorreu-se ao estudo do Território, e também, de um dos seus elementos fundantes, que é a dimensão do poder.

Objetivou-se a partir disso, compreender as dinâmicas que se sustentam sob a área do Município de Ananindeua - PA, enquanto espaço de estudo do presente trabalho.

2.1 ESPAÇO E SOCIEDADE: RELAÇÕES DIALÉTICAS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Para Claval (1979, p.8) “a vida social se inscreve no espaço” e com essa frase, sintetiza a importância desse elemento, que historicamente, esteve entre os grandes dilemas que envolveram a Geografia, mantendo-se ao longo de diferentes escolas geográficas como um dos fundamentais conceitos a se questionar e compreender. A partir disso, diversos geógrafos, ao longo dos anos, esforçaram-se no sentido de manter esta tradição e principalmente em apresentar novos instrumentos e perspectivas para o entendimento de tal problemática, sobretudo, por conta dos desafios teóricos e práticos, que se põem diante das realidades sociais.

Acerca disso, dentre os principais ensaios constituídos, apontam-se as contribuições de Corrêa (2003) que realizou uma revisão sobre as correntes geográficas e suas respectivas abordagens espaciais, mostrando os desdobramentos e a evolução deste

conceito. Para o autor, independentemente do momento histórico escolhido, o espaço constitui um conceito chave para a geografia, e, é a missão do geógrafo torná-lo entendível, decifrá-lo, a partir da revelação das práticas sociais.

Assim, especificamente, no que condiz as vertentes geográficas, apresenta-se, com base em Corrêa (2003) as seguintes ideias centrais de cada escola:

- 1) Geografia Tradicional:** Neste ramo, priorizava-se os conceitos de região e paisagem. A ideia de espaço estava atrelada à localização das atividades dos homens e aos fluxos;
- 2) Geografia Teorético – Quantitativo:** Marcada por modelos matemáticos, nela o espaço, pela primeira vez se tornou conceito-chave;
- 3) Geografia Crítica:** Sustentada no materialismo histórico dialético, o espaço se mostrou fundamental, onde adquire o caráter social, dinâmico e atuante sobre as ações humanas;
- 4) Geografia Humanística:** Caracterizada pela fenomenologia e o existencialismo, assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência.

Dessa forma, a partir desta leitura, pode-se apontar ao menos duas vertentes sobre este conceito. A primeira que o trata como um elemento dado, estático e resumido a palco das ações humanas e a segunda que o compreende como dinâmico, incompleto em si, e que junto ao ser humano, dialeticamente, relaciona-se e geram novos ambientes. O que Haesbaert (2014), em linhas gerais, considera, respectivamente, como espaço absoluto e o espaço relativo.

Tradicionalmente, entre as principais definições sobre o tema, apresentam-se as ideias de Raffestin (1993), que basicamente o tem como o pilar necessário para a sobrevivência de indivíduos e de grupos em uma determinada área:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Além disso, para ele, o espaço seria o fator inicial para as dinâmicas e objetivos do Estado, como o estabelecimento de territórios. Assim, ele antecederia o território, necessitando-se que alguém se apoderasse dele, através de relações de poder:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Em outro viés, mas ainda no grupo de renomados pensadores, Henri Lefebvre (2000) propõe o “Espaço Social”, em que basicamente o ser humano se apresenta como sujeito da sua história. Para ele, o espaço não seria completo e não existiria em si mesmo, ele seria socialmente produzido, e necessariamente estaria atrelado a cada realidade existente, apresentando-se como lócus de similaridades, diferenças e, sobretudo, conflitos, sendo então, em linhas gerais como o espaço imaterial, o que não elimina a sua dependência, frente a materialidade (SOUZA, 2013).

Milton Santos, por sua vez, apresenta elementos específicos e essenciais para a compreensão da dimensão espacial, fundamentalmente, ao partir do par formado entre a natureza e o ser humano, ao considerar a relação entre o espaço e o tempo, e ao propor o estudo das técnicas como mediadoras de tais dinâmicas. Assim, para ele:

O Espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O Espaço, por conseguinte, é isto: Um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel de realização social (SANTOS, 2014, p. 30-1).

Além disso, para ele, o espaço seria formado por um conjunto inseparável de objetos e ações, respectivamente fixos e fluxos, que não devem ser considerados isoladamente, mas sim, atrelados um ao outro. Para ele ainda, a natureza seria o princípio, responsável por fornecer “coisas”, que, a partir da atuação humana, mediada pelas técnicas, transformam-se em objetos.

Nesse sentido, as técnicas seriam partes centrais deste tema, enquanto um conjunto “de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (SANTOS, 2002, p. 29). Com isso, destaca-se ao menos três momentos vividos pela sociedade, o primeiro deles, marcado pelo meio natural, onde as técnicas seriam mais rudimentares e o tempo seria mais lento, onde as relações se dariam mais diretamente com a natureza, associadas às raízes, às essências, às tradições, ao valor de uso.

Posteriormente, aponta-se o meio técnico, caracterizado pelo aprimoramento das técnicas, com a intensificação da divisão internacional do trabalho, onde se nota aceleração do tempo. E mais recentemente, na terceira fase apresentada pelo autor está o meio técnico-científico-informacional, com a união entre a ciência e a técnica, logo, com o aperfeiçoamento instrumental.

Como resultado disso se teria cada vez mais a artificialização do espaço, que representa uma grande mudança na história humana da natureza. Onde os fixos seriam resultados mais evidente da força de trabalho, por exemplo, através da construção de edifícios, pontes e estradas, enquanto os fluxos, as ações seriam a explicação acerca dessa distribuição e do próprio consumo (SANTOS, 2002). Formando assim um sistema em que ambos se condicionam.

Ainda sobre esse debate, Carlos (2011) traz a ideia de que a sociedade e o espaço formam um par dialético, onde necessariamente, um influencia o outro, sendo o espaço o produto, a condição, e o meio para a reprodução das relações sociais e, além disso, a sociedade “ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também lhe produz um espaço que lhe é próprio” (CARLOS, 2011, p. 53).

Logo, como resultado surgiriam ambientes construídos, que refletem aos interesses e aos objetivos de cada agente envolvido nessas ações, que podem ser compreendidas como práticas sociais, que criam, mantêm, desfazem e refazem as formas e interações espaciais (CORRÊA, 1995). E dentre eles encontra-se o espaço urbano, enquanto elemento fundamental para a compreensão de muitas das questões sociais da atualidade, como as que aqui são abordadas.

O espaço urbano é da sociedade (CORRÊA, 1995), é a projeção dela sobre um local (LEFEBVRE, 2009), representa o acúmulo de tempos (SANTOS, 1982), e se apresenta como um “terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital” (HARVEY, 2012, p. 74), oriundo das diversas formas de uso das terras urbanas, as diferentes funcionalidades que se atribuem a elas. Ele diz respeito a uma extensão limitada, que possui características específicas, de ordem demográfica, morfológica e especialmente, em relação ao seu papel econômico, político e social, frente ao espaço rural (SILVEIRA, 2003).

A cidade moderna seria produzida pelo conjunto de forças políticas, econômicas e sociais (GOTTIENER, 2010) e seria a máxima expressão da produção humana mediada por preceitos da formação econômica e social capitalista (CARLOS, 1992). Nesse

sentido, para Harvey (2005), dentro dessa perspectiva, através das leituras das obras de Marx apresenta a ideia de que o sistema capitalista e a acumulação do capital se relacionam com o espaço e que se desenvolvem em contextos geográficos, criando formas específicas de estruturas geográficas. O que nos leva a compreensão de que o espaço seria, fundamentalmente, “condição da realização do processo produtivo, unindo atos de distribuição, troca de mercadorias” (CARLOS, 2011, p. 56).

Assim, para compreender as cidades, não é o suficiente considerar apenas o espaço em si, na verdade, é preciso “interessar-se pela sociedade concreta, em que as relações sociais e o espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam” (SOUZA, 2013, p. 16). Nesse sentido, as cidades seriam obras de grupos determinados em cada momento histórico, inseridas em características próprias de cada período e conforme Lefebvre (2009, p. 47) “a cidade tem uma história”, logo, entende-se que:

[...] a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (SPOSITO, 2005, p. 11).

Além disso:

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007, p. 11).

Nesse sentido, para Corrêa (2011) os espaços urbanos não são frutos de uma mão invisível, mas sim, consequência de ações desempenhadas por agentes históricos e concretos inseridos em temporalidades e espacialidades capitalistas, norteados por interesses e objetivos, que são materializados na forma de um ambiente construído e constituídos de intencionalidades, enquanto “fruto do resultado das dinâmicas sociais de uma determinada sociedade, que ao reproduzir-se através de um determinado modo de produção imprime, na paisagem urbana, as marcas correspondentes” (SILVEIRA, 2003, p. 25).

Tem-se então, baseado em Corrêa (1995), o seguinte diagnóstico em quanto aos agentes que produzem o espaço:

- 1) **Proprietários dos meios de produção:** este grupo é formado pelos principais proprietários industriais e pelas grandes empresas, que são considerados predominantes consumidores do espaço. Necessitam, basicamente de terrenos baratos e estratégicos para o estabelecimento de suas ações.
- 2) **Os proprietários fundiários:** são formados pelos donos de terras que buscam, primordialmente, a obtenção de maior renda fundiária. Basicamente objetivam a transformação da terra rural em terra urbana.
- 3) **Os promotores imobiliários:** constituídos pelos grandes representantes do ramo habitacional, controlam o acesso à moradia. Comumente, suas ações geram o distanciamento de determinados grupos sociais, que não possuem condições financeiras necessárias.
- 4) **O Estado:** participa das ações de todos os agentes que produzem o espaço. Seu papel é fundamental através das suas políticas.
- 5) **Os grupos sociais excluídos:** marcado pela presença de desigualdades, inclusive, na produção do espaço. Habitualmente, são destinados a esse grupo as áreas dotadas de precariedades infraestruturais.

Complementar ao que o autor aponta, pode-se acrescentar a existência de agentes não tão históricos, mas sim representantes de configurações mais recentes, que atuam através de mecanismos específicos, como os que se observam em algumas porções das periferias urbanas. Dentre eles, por exemplo, estão os agentes do tráfico de drogas, o crime organizado e a própria segurança pública, que expressam suas formas e conteúdos espacial e territorialmente.

Pode-se então definir o espaço urbano como complexo e múltiplo, cenário em que ações de diversos promotores são postas e materializadas, baseando-se através do uso diferenciado das terras urbanas, sustentando-se como frutos das atribuições dadas a elas, mediadas por suas respectivas estratégias, o que sustentaria uma heterogeneidade, evidente, a partir das diferentes formas e conteúdos sociais, presentes na existência da diversificação de áreas, como as industriais, os locais de concentração imobiliária, o centro da cidade, bairros populares e as periferias, sobretudo, “[...] ocorrendo separação espacial das classes sociais dentro da cidade: os bairros pobres e os bairros de ricos [...]” (SPOSITO, 2005, p. 68).

O que necessariamente aponta para algumas características fundamentais. Em um primeiro momento, o espaço urbano se apresenta como fragmentado, frente às diferenças

existentes, o que gera distanciamentos, e posteriormente, o seu caráter articulado, tendo em vista os constantes fluxos, dentre eles os de ideias, mercadorias e serviços, o que sustenta a comunicação entre os distintos segmentos das cidades. Além disso, apresenta-se como palco de lutas e clamores coletivos, de contradições e desigualdades.

Comumente, falar sobre os espaços urbanos, em especial das periferias das cidades brasileiras é, sobretudo, tratar da existência de problemas, como as desigualdades sociais, a violência e a criminalidade. E, partindo de uma perspectiva geográfica, torna-se essencial, considera-los como elementos produzidos e reproduzidos dentro de contextos geográficos específicos, através do arranjo de múltiplas relações sociais, que podem ser compreendidas como práticas que se espacializam e também se territorializam.

Assim, “a realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje” (CARLOS, 2007, p. 19), pois, é nesse espaço de conflitos, em sua dialética, que se produz e se reproduz as relações de produção, criando e recriando contradições (LEFEBVRE, 2000).

Na cidade capitalista, o que mais salta aos olhos é a sua heterogeneidade, resultado do uso diferenciado do solo urbano, que se produz e se reproduz de forma desigual, contraditória, expressão das desigualdades sociais presentes em nosso país (CARLOS, 1992), constituindo-se como características próprias do espaço urbano capitalista (CORRÊA, 1995).

Sabendo-se disso, entende-se a formação das cidades como um processo eminentemente violento e principalmente desigual, em que o desenvolvimento capitalista se constitui por e a partir basicamente de dois mecanismos simultâneos e essenciais a suas dinâmicas:

[...] a instituição da propriedade privada (capitalista) e a expropriação dos meios de produção. Esses processos simultâneos irão compor a relação de necessidade fundamental ao desenvolvimento capitalista: formar, ao mesmo tempo, a propriedade privada e a não propriedade, já que a instituição da figura do proprietário só existe na relação essencial e negativa com a do não proprietário (SAMPAIO, 2015, p. 57).

A cidade, torna-se a partir dessa lógica uma mercadoria, o acesso a uma determinada parcela desse espaço produzido, por exemplo, passa a ser mediado pelo capital, com base no aluguel ou compra:

Uma nova contradição fundamenta a produção do espaço nesse período da história: essa produção, como definidora da sociedade, realiza-se socialmente

– criação da totalidade da sociedade -, mas sua apropriação é privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso (CARLOS, 2011, p. 60).

Desse modo, surgem novas perspectivas e os interesses dos atores sociais, como os dos agentes imobiliários, dos bancos e do próprio Estado, orientam-se no sentido da produção da “mercadoria-espaço”⁴ ou através da determinação “mundo da mercadoria” (CARLOS, 2011).

Em outras palavras:

O espaço, incorporado no circuito da troca, fragmentado em parcelas comercializáveis, adquirindo forma e função de mercadoria, portando incorporando a contradição essencial da mercadoria que é ter valor de uso e valor de troca e logicamente um preço (como expressão do valor), sob a urbanização capitalista vai consequentemente ser apropriado de forma desigual pelos indivíduos que possuem acesso radicalmente diferente ao soberano equivalente geral da nossa sociedade: o dinheiro (SAMPAIO, 2015, p. 59).

Assim, de acordo com Martins (2009, p. 80) “a produção é social, mas a apropriação dos resultados é privada” e como uma das consequências da criação “mercadoria-espaço”, pode-se apontar a formação e o fortalecimento de disparidades - desigualdades socioespaciais, que são o espelho das relações políticas e, sobretudo, econômicas, que se estabelecem em um determinado espaço, em que se sobressaem os interesses dos atores hegemônicos, em detrimento dos menos favorecidos.

Dentre elas estão as do mercado imobiliário e, inclusive as políticas públicas de habitação, que priorizam a lucratividade e mais especificamente atendem aos interesses do capital imobiliário privado, do que propriamente se preocupam com as demandas sociais. O que leva a uma parcela significativa da sociedade a se instalar em áreas clandestinas, em espaços precários, que são normalmente as “periferias” das cidades.

Logo, há uma contradição imanente ao espaço capitalista: “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa” (SANTOS, 2009, p. 33). E especialmente em relação as últimas décadas, observa-se no Brasil, que o crescimento urbano estabeleceu de maneira intensa espaços desiguais.

Para Sposito:

⁴ O espaço e sua produção passam a ser entendidos como mercadoria, em que se prioriza o “valor de troca”, em detrimento ao “valor de uso”.

[...] enquanto desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque, uma parte da sociedade, de fato, no plano político, no econômico e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não quantitativamente desigual (SPOSITO, 2011, p. 129).

Essa realidade é evidenciada, por exemplo, através da diferenciação ao acesso a equipamentos urbanos coletivos, serviços públicos, vinculados à saúde, educação e especificamente, de Segurança Pública, assim como no que diz respeito a indicadores sociais, apresentando preocupantes diagnósticos. À medida que existem grupos sociais “privilegiados” por tais mecanismos, coexistem parcelas populacionais desabastecidas deles.

Concernente a isso, Rodrigues (2007) afirma que as desigualdades presentes nas cidades, em particular nas periferias, exprimem características fundamentais da apropriação das terras urbanas enquanto uma mercadoria e são descritas como expressões intrínsecas ao capitalismo, com isso, torna-se permanente a partir da produção e reprodução do capital, pois se realizam com base na formação e fortalecimento da propriedade privada da terra, que adquire centralidade nesse processo.

Então:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1993, p. 10).

Nesta perspectiva, acredita-se que o reflexo dessas dinâmicas influencia diretamente no comportamento da violência e também da criminalidade. Sustentando elementos condicionantes, que facilitam a atuação de determinados atores sociais, especialmente os atrelados a ilegalidade, ao universo do crime.

Desse modo, a vida se inscreve no espaço e defende-se que a vivência em sociedade compõe o “jogo social”, constituído de relações sociais dotadas de intencionalidades (CLAVAL, 1979). Logo, não há de se falar em neutralidade social e conseqüentemente espaço-territorial. Nesse sentido, faz-se primordial tratar da dimensão do poder, assim como do Território e no contexto desta pesquisa, sobre a violência e a criminalidade.

2.2 TERRITÓRIOS URBANOS: TERRITORIALIDADES; VIOLÊNCIAS E DESIGUALDADES

De maneira inicial, pode-se compreender que o território representa uma área delimitada por e a partir de relações de poder, fazendo-se presente em diversas escalas (SOUZA, 2003), e que sua ocupação pode ser vista como geradora de raízes, sustentador de identidades, de modo que um grupo atrelado a ele, não consegue mais ser entendido distanciado do mesmo. Assim: “o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (SOUZA, 2009, p. 59).

Nesse sentido, ao se falar sobre as cidades, entende-se que o espaço urbano consiste basicamente em um conjunto de diversos territórios. Por essa razão, este conceito, em uma primeira aproximação, ao se entender que o ser humano atua socialmente através do trabalho, pode ser compreendido como o “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.50).

Assim, de maneira preliminar, entende-se que “o território se forma a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), caracterizando-se como um ambiente marcado por limites e especificidades. Além disso, para Haesbaert:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". (HAESBAERT, 2001, p. 6774).

A respeito disso, Saquet (2004, p. 144) defende que o território é o *locus* de relações sociais “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria [...]”, o que pode ser completado por Souza (2009), ao se considerar que para além do caráter governamental, administrativo, coexistem a cultura, através dos simbolismos, dos significados e identidades, bem como a economia, a partir do trabalho, produção e circulação de bens, materiais e informações.

Raffestin (1993) traz a ideia de que tais formações se dão a partir das ações conduzidas por atores sintagmáticos, ou seja, para se existir o território é necessário na

mesma perspectiva a ação de agentes, que são dotados de intencionalidades e objetivos específicos, o que em suma, se dá em meio a relações de poder.

Para Haesbaert (2014), o território pode ser construído nas diversas escalas e por inúmeros agentes sociais, existindo assim múltiplos territórios. Não se limitando a esfera de um poder mais tradicional, um “poder político”, habitualmente, atrelado ao Estado. Ainda de acordo com o autor, na formação territorial, o caráter simbólico e o funcional não se excluem, mas coexistem.

Nessa lógica, ressalta-se ainda que em estudos territoriais, comumente, limita-se a figura do território a um poder mais tradicional, ao “poder político”, que tem no Estado seu expoente máximo, porém é necessário considerar a existência de uma multiplicidade territorial, que representa o papel desempenhado por inúmeros agentes sociais, em diversas escalas:

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo (SAQUET; SILVA, 2008, p. 31).

Esta multiterritorialidade (HAESBAERT, 2014), faz-se presente no dia-a-dia:

Na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações de bairros ou de localidades rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. (SAQUET, 2009, p. 84).

Dessa forma, ao se considerar o caráter multiterritorial presente nas cidades, torna-se primordial avaliar as especificidades de cada local. Por exemplo, em periferias, habitualmente, tem-se como atributo concreto, as desigualdades, logo as formas com que são formados os territórios e sobretudo, a maneira com que suas dinâmicas se dão, são diferentes que em outras porções do espaço urbano, como os bairros nobres.

Com isso, apresentam-se diversas razões que fortalecem a necessidade de alguns grupos se territorializarem nos espaços urbanos. De um lado estão grupos que enxergam o território como símbolo de pertencimento a um lugar, a vivência, atrelada as moradias, à vizinhança, às essências locais. Em outro viés, situam-se atores sociais que se limitam

ao aspecto político e, sobretudo, a lucratividade que um determinado ambiente pode proporcionar no desempenho de suas funções (HAESBAERT, 2014).

Assim:

O território se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sobre uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção presente em cada lugar como as possibilidades e realidades de circulação. O dinheiro, é cada vez mais, um dado essencial para o uso do território (SANTOS, 2006, p. 99).

É nesse cenário que se colocam os agentes territoriais, alguns históricos e outros mais recentes. Como exemplo, tem-se o Estado e suas instituições, os grandes proprietários de terras e promotores imobiliários, os empresários, líderes religiosos, a população residente e mais recentemente, conjuntos associados a criminalidade, como os do tráfico de drogas, justiceiros e as milícias privadas.

Por essa razão, Palheta da Silva (2009) afirma que o território é a institucionalização do poder, composto por um leque de interesses, tipificados basicamente em dois grupos: o poder formal e o poder informal. E no âmbito das periferias os arranjos territoriais, bem como as práticas ligadas a eles, habitualmente, constituem o fortalecimento da segregação, a reprodução das desigualdades, fortalecimento da violência e o aumento da criminalidade, afinal, não se tratam espaços neutros, mas sim ativos.

Nessa perspectiva, o poder é fundamental, ao mostrar-se como elemento central da organização social, assim, “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (ARENDDT, 1994, p. 36), logo, pode-se também entendê-lo a partir da capacidade de certas pessoas influenciarem outros, o que leva ao surgimento de líderes, cuja autoridade é reconhecida, sustentando-se em “raízes psicológicas individuais e coletivas” (CLAVAL, 1979, p. 13).

Estar no Poder, portanto, é estar autorizado pelo conjunto, pois, ele “nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (ARENDDT, 1994, p. 36).

Claude Raffestin (1993) afirma que o poder é consubstancial a toda e qualquer relação social. Nesse sentido, não há práticas sociais, associação entre pessoas, sem o envolvimento de tal dimensão. Além disso, para ele, o poder não se limita a uma escala específica e tampouco a um único agente, em especial o Estado e suas instituições, como historicamente se persistiu. Por isso, admite-se necessariamente o seu caráter múltiplo e

diverso, capilarizado (HAESBAERT, 2014) não sendo possuído, muito menos adquirido, mas puramente, exercido.

Para isso, o autor estabelece a diferenciação em que o poder pode ser compreendido de duas formas primordiais: a primeira consiste em um “conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado”, classificado com o “P” maiúsculo. A segunda definição, por sua vez, classificada com o “p” minúsculo, que remete a relações de poder que estão presentes ao longo da história, por trás do “Poder” e se aproveita de cada tensão social para exercer o seu papel.

Nesse sentido, poder se traduz, nas relações, pelo aparecimento de assimetrias e desequilíbrios (CLAVAL, 1979, p. 13), formando um verdadeiro campo de forças (BORDIEU, 1996), onde cada indivíduo e/ou classe a partir dele tem o objetivo de “tentar reproduzir suas relações sociais” (PALHETA DA SILVA, 2009, p. 2).

Para Foucault (2004) as relações do poder não são exteriores as articulações econômicas, políticas e sociais, mas sim imanentes a elas e tratam-se de um conjunto de ações multidimensionais, não subjetivas, mas objetivas. Além disso, para ele o poder implica em resistência, que não é exterior a ele, mas sim imanente.

Com isso, acredita-se que os grupos “dominados”, com destaque aos atores das ilicitudes, dentro desse processo desigual que se dá entre o dominador e o dominado, contrapõem-se e criam suas territorialidades diante da estrutura estatal e de suas instituições (HAESBAERT, 2014).

Em virtude disso a violência também constitui um dos temas mais recorrentes da atualidade, especialmente, por influenciar os comportamentos de parcelas significativas da sociedade, tanto em aspectos espaciais, como também a partir de elementos territoriais. Sustentando-se como um dos problemas mais agravantes, sobretudo, nas grandes cidades, como Ananindeua e Belém, localizadas no estado do Pará, com destaque as suas periferias.

Entende-se, de maneira inicial, que há diferenças substanciais entre o poder e a violência, pois, enquanto o primeiro institui-se de uma necessária legitimação, o segundo não. Por isso, como exemplo, tem-se que “A forma extrema de poder é o todos contra um, a forma extrema da violência é um contra todos” (ARENDRT, 1994, p. 35).

Consoante a isso, aponta-se que a:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e

regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR, 1999, p. 28).

Nesse sentido, ao se falar da violência, é necessário entender que ela se apresenta de diversas formas, que se espacializa, e que compõe processos políticos, econômicos e inclusive, sociais. “Viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces” (ODALIA, 1983).

Assim, apreende-se que a violência varia de acordo com cada contexto, e com isso não se distribui de forma homogênea pelo espaço (SOUZA, 2008), influenciada pelas peculiaridades de cada lugar, em partes, resultados da relação entre o homem e o meio que o cerca, mediadas por diversos objetivos culturais, políticos, econômicos e sociais.

A violência não se mostra de uma única maneira, ou seja, não se limita exclusivamente a agressão física, podendo ser ainda “visível”, “invisível”, estrutural, política e principalmente, social. Em outras palavras a violência está em tudo que é capaz de causar sofrimento ao homem, seja físico ou psíquico, ou seja, violentar o homem é degradar sua dignidade física ou mental (MORAIS, 1995).

Sobre isso, Odalia (1983) aponta a necessidade de ir além das aparências das diversas formas de violência, pois, elas nem sempre se apresentam de forma compreensível. Pelo contrário, muito comumente, mostram-se, como uma ação natural, cuja essência não é interpretada, pois “o ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação” (ODALIA, 1983, p. 25).

Logo a violência a qual estamos destacando não se reduz a simples agressão física. Considerar apenas uma manifestação pode caracterizar uma perspectiva reducionista, visto que existem inúmeras formas menos explícitas, e até por isso mais perversa de violência (MELGAÇO, 2010).

Ela está diluída no dia a dia, passando despercebida, entre suas facetas em muitos momentos ela “[...] é calma, fria, segura de si mesma, suas técnicas de opressão são discretas, refinadas, e enfim, terrivelmente eficazes [...]” (MORAIS, 1995). Com isso, “em suma, a violência introduz mais uma desigualdade social e territorial numa cidade que já possui muitas” (CANO, 1998, p. 39).

Pensar sobre o espaço urbano, é admitir, acima de tudo, que ele está imerso em diversas estratégias de seus produtores. Dentre os que participam dessa produção

espacial, o Estado, exerce papel fundamental. Sustentado, habitualmente, na desigualdade de direitos, no que diz respeito às políticas públicas, o que se constitui como um fator determinante para o estabelecimento de um cenário marcado pela violência e mais especificamente, pela criminalidade.

A forma com que o Estado atua, pode ser entendida como uma forma de violência. Neste caso, através da privação, da negação de direitos. Afinal “Toda vez que o sentimento que experimento é de privação, o de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razão sólida e fundamentada, posso estar seguro de que uma violência está sendo cometida” (ODALIA, 1983).

Nessa acepção, como resquícios, pode-se indicar a pobreza, a fome, a segregação, em meio a lógica capitalista, que vislumbra a rentabilidade em suas ações, o que naturalmente atinge a população pobre e falar sobre isso é, sobretudo, tratar de lutas anônimas, pois, habitualmente, imagina-se que tais processos sociais estejam localizados apenas em alguns pontos e não em toda sua extensão urbana, como se fosse exclusiva a determinados bairros e, mais particularmente, às “periferias”, o que abandona a ideia de que eles formam uma “totalidade”, em que as diversas partes do espaço urbano se comunicam e que as suas respectivas manifestações de violência, fazem parte do complexo chamado “cidade” (PEDRAZZINI, 2006).

Dentre as principais formas da violência está a oriunda do crime, que basicamente tem como diferencial o fato de ser uma prática juridicamente passível de punição, o que traz consigo também o entendimento de que nem todo ato violento se caracteriza como uma ação criminosa. Por essa razão, em um primeiro momento, o crime pode ser compreendido como um “fenômeno de ampla complexidade, que envolve a conduta humana individual, a sociedade, a relação entre ambos, o controle social, o poder [...] (FRADE, 2007, p. 12), bem como “um conceito de natureza legal que, em si mesmo, significa apenas um ato de transgressão da lei penal, o que sujeita seu autor a penas legais variáveis segundo as sociedades” (PINO, 2007, p. 767).

Atrela-se a isso a ideia de que o crime seja:

[...] uma transgressão à lei, ou como uma manifestação de anormalidade do criminoso, ou como produto do funcionamento inadequado de algumas partes da sociedade (grupos sociais, favelas e etc.). Pode ser visto como um ato de resistência, ou como resultado de uma correlação de forças em dada sociedade que passa a definir o que é crime e a selecionar a clientela do sistema penal de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder e dos seus interesses econômicos (DORNELLES, 1998, p. 27).

Entende-se que tais práticas se caracterizam como fator comum a inúmeras cidades brasileiras, que sustentam historicamente preocupações acerca da segurança pública e que elas estão atreladas ao fenômeno urbano (SOUZA, 2008). Dentre as motivações que sustentam esse pensamento está o fato de que:

As cidades, pelas suas peculiaridades, são locais onde as paixões humanas afloram em toda a sua intensidade, gerando disputas e conflitos que vão desembocar no oceano comum da violência. Cada crime, real ou no sentido figurado, constitui, na realidade, um crime contra o direito do homem, e cerceia a sua liberdade de viver dignamente num espaço que, em princípio, é de direito a todos os cidadãos que nele habitam (FILHO, 2004, p. 42).

Viver em espaços urbanos, especialmente nas periferias dos grandes centros, comumente envolve a insegurança e o medo. Isso não é novo, afinal, “se fez presente desde sempre e se faz presente, hoje, em qualquer cidade. Entretanto, em algumas mais que outras, e em algumas muito, muitíssimo, mais que em outras” (SOUZA, 2008, p. 9). Destaca-se então que abordar este tema através da geografia enriquece o debate, ao buscar:

[...] entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz o seu reflexo no espaço urbano se sentir presente. A cidade é o reflexo da sociedade. A sua estrutura espelha a forma com que a sociedade se organiza; seus processos cultural, econômico e social estão bem claros na sua morfologia. Os espaços fragmentados refletem se segregam e refletem essa segregação em usos especializados do solo, em que cada classe ocupa seu território e dá a ele uma feição própria [...] Entre uma ponta e outra dessa estrutura, existe uma complexa rede de relações que articulam cada classe através de mecanismos que permitem relações de troca sem, no entanto, alterar a situação de segregação espacial. Dentro dessa estrutura, é comum haver conflitos que se espelham no espaço urbano de várias formas, desde a luta estruturada entre classes que produzem as riquezas, até a “violência a varejo” causada por aqueles que se marginalizam e tentam sobreviver através da apropriação pura e simples de bens através da força ou subtração (FILHO, 2004, p. 28).

Nessas circunstâncias, destacam-se, sobretudo as mortes violentas, que de acordo com a revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID), podem ser tipificadas em: acidentes; lesões autoprovocadas intencionalmente; agressões; intervenções legais e operações de guerra; e eventos cuja intenção é indeterminada.

A grosso modo, as quatro primeiras equivalem a: acidentes fatais, inclusive mortes no trânsito; suicídios; homicídios (acrescido de latrocínios e lesão corporal dolosa seguida de morte). “A definição de crime violento é entendida como “aquele que envolve uma violência predatória e que se realiza através de um contato direto entre o criminoso e a vítima (BATELLA, 2008, p. 30).

A título de exemplo, de acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), associado ao Ministério da Saúde a partir da década de 1980, deu-se início a tendência de acentuação nos números de mortes violentas nas Regiões Metropolitanas, intensificada nos últimos anos.

As periferias dos centros metropolitanos, como os bairros de Ananindeua, comumente, têm apresentado o aumento do número de ocorrências de tais tipificações criminais, com destaque aos homicídios, o que suscita uma série de questionamentos e torna necessária a busca da compreensão dessa problemática.

Neste sentido, na área de estudo escolhida, existem e coexistem inúmeros arranjos territoriais, em complexidades, pois o “território é reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais” (CHAGAS, 2014, p.190), e como parte disso têm-se ainda o processo de periferização e a violência, que produzem novas territorialidades:

[...] entre elas a territorialidade da violência e/ou criminalidades [...] A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados, etc.). Neste contexto as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões (CHAGAS, 2014, p. 190-191).

O que inevitavelmente gera conflitos, pois, em muitos casos, o poder se traduz, nas relações, pelo aparecimento de divergências (CLAVAL, 1979, p. 11), o que as tornam verdadeiras “zonas de tensões”, que tem como uma das razões “o crime, especialmente os violentos, passa a ser o instrumento coercitivo para a fixação e controle do território de grupos ligados à criminalidade, e daí articula suas ações no espaço urbano” (CHAGAS, 2014, p. 191).

Portanto, a temática da criminalidade não se limita ao espaço em si, mas se consolida a partir do território, ambos, em dinamicidade, como produtores e reprodutores de mazelas sociais, em meio a grupos que encontram nessas áreas soluções as suas necessidades, seja política e economicamente, ou como como lugar de identidades e valores.

3. A CONDIÇÃO SOCIOESPACIAL DE ANANINDEUA NO CONTEXTO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM

Ao se falar sobre Ananindeua e mais especificamente sobre a sua formação, cabe salientar preliminarmente a relação de origem entre a área em questão e, sobretudo, “à dinâmica ribeirinha, às atividades extrativistas e à pecuária ao longo do Rio Maguary” (MENDES, 2018), que constituem elementos fundantes para o entendimento de suas formas e conteúdos contemporâneos.

De maneira complementar, pode-se apontar, a partir da leitura de Mendes (2003), ao menos quatro momentos, que melhor identificam a formação ananindeuense. O primeiro centra-se na criação de uma estação de embarque e desembarque de passageiros de trem, como parte da extinta Estrada de Ferro Bragança (EFB), construída no período de 1883 a 1908, que atraiu atividades para Ananindeua, dada a sua nova importância frente ao mercado econômico do Estado a partir do estabelecimento de vínculos com novos ambientes, tendo em vista a configuração geográfica que passaria a exercer.

Em um segundo momento, aponta-se a construção da indústria “Curtume Maguary”, que contribuiu diretamente para o progresso paraense, através do ramo de curtimento de couro, que na época se alicerçou como fundamental não somente a economia local, como também se consolidava como essencial na escala regional e nacional.

Além disso, imprescindível para as dinâmicas atuais está a alteração de sua condição, em dezembro de 1943, quando através do Decreto de Lei Estadual nº 4.505, passou do status de distrito de Belém, para a categoria de Município, atraindo investimentos privados e públicos.

Indica-se ainda a criação da Região Metropolitana de Belém, em 08/06/1973, a partir da lei complementar federal nº 14, onde Ananindeua passou a ser um dos integrantes da extensão.

A partir desse panorama inicial é possível perceber que Ananindeua insere-se em contextos de modificações constantes, porém para uma análise mais consolidada é necessário entender também, sobretudo, a relação que ela constitui historicamente com a capital paraense, recorrendo-se para isso ao estudo das dinâmicas ocorridas entre os anos de 1980 e 1990, que representam elementos importantes para a compreensão da expansão metropolitana de Belém, impulsionadas basicamente pelo alargamento das fronteiras do

capital na região, intermediada por elevados índices demográficos e o consequente inchaço populacional, além é claro, do crescimento de espaços periféricos.

Admite-se, então, que na época Belém exercia papel primordial para o estado, política, econômica e social, especialmente pôr em sua extensão estar localizada algumas das principais fontes econômicas do Pará, assim, enquanto uma grande cidade era vista, como afirma Souza (2013, p. 21) “como um espaço de concentração de oportunidades de satisfação de necessidades básicas materiais (moradia, saúde...) e imateriais (cultura, educação...)”. Dessa forma, torna-se necessário:

[...] considerar que a produção do espaço em Belém acompanha a dinâmica capitalista engendrada nas demais cidades metropolitanas do país, e, no caso específico da região amazônica, impõe uma nova lógica de produção do espaço regional patrocinada pela política de incentivos fiscais do governo federal, responsável pela atração de grande quantidade de trabalhadores para os diversos espaços das principais cidades amazônicas (SANTOS, 2012, p.77).

Entretanto, em termos práticos nem todas as pessoas influenciadas pela necessidade de melhorias de vida obtiveram êxito, o que trouxe à tona e intensificou uma série de mazelas sociais.

Dentre as justificativas para isso, destaca-se o elevado número de desempregados existentes nesse período e também o grande índice de pessoas que viviam em condições precárias, no que diz respeito à habitação e ao acesso a serviços básicos a sobrevivência. Para Trindade Jr (2016), isto se deu em partes, em virtude da inexistência de um setor secundário moderno e dinâmico, tendo em vista a predominância do terciário na economia formal, que absorvia apenas uma pequena parcela da força de trabalho (RODRIGUES, 1996).

Características essas que não eram exclusivas ao cenário paraense, na verdade esses elementos podem ser facilmente identificados nas gêneses de outras áreas, inclusive em cidades tidas como industriais, presentes no sul e sudeste brasileiro (SANTOS, 1993), assim é sob uma espécie de urbanização periférica que se insere Ananindeua.

Complementar a este entendimento, Trindade Jr (2016), aponta que entre as fases de desenvolvimento de Belém está o processo de metropolização, enquanto expoente de seu crescimento, que se baseou na incorporação de povoados, vilas e cidades situadas em suas proximidades, o que basicamente definiu uma malha urbana única.

Processo este que se dá, comumente, através da polarização de uma área em torno de uma cidade, obedecendo a critérios, como, por exemplo, as dimensões físicas e, principalmente, populacionais, além da alta taxa de urbanização. Assim, as metrópoles

seriam cidades que exercem papel fundamental, apresentando-se como um núcleo urbano, por exercer influência em seu entorno, atraindo a si as principais atividades e ações (FREITAS, 2009).

Sendo marcadas pelas seguintes características:

[...] grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento das atividades, de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e administração, da construção de um modo de viver e de consumo (FERREIRA, et al., 2014, p. 479).

Tais dinâmicas se deram basicamente em duas direções, à medida que se constituíam novos empreendimentos, indústrias, ocupações espontâneas e a fundação de projetos habitacionais (RODRIGUES, 1998).

Tanto no sentido da Rodovia Augusto Montenegro, que liga Belém a Icoaraci e a Outeiro, distritos administrativos integrantes do município de Belém, como também rumo à Rodovia BR-316, que comunica Belém aos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará e Castanhal.

Nesse sentido, para Santos (2012) Ananindeua devido à proximidade da capital paraense assumiu uma divisão territorial de funções a partir do grande adensamento populacional ocorrido em Belém, que culminou com a necessidade de descentralização das atividades no espaço da capital, trazendo boa parte dos serviços para Ananindeua, o que definiu novas relações comerciais e de serviços com o núcleo central metropolitano.

No entanto, com essa descentralização da capital para o município de Ananindeua, ocorreu o agravamento das desigualdades socioespaciais, sobretudo, devido ao rápido crescimento populacional ananindeuense, que conforme Santos (2012) demonstra um semblante peculiar da ampla desigualdade imposta pela dinâmica de expansão vivida na região amazônica.

Assim “configuraram-se estratégias diferenciadas de apropriação em relação à terra urbana e redes de articulação locais de agentes produtores do urbano que passaram a revelar ações de poder mediadas pelo espaço” (TRINDADE JR, 2016, p.29). Dentre elas estão as políticas de habitação, que se fundamentavam na implantação de conjuntos habitacionais, que levaram o capital imobiliário a exercer funções determinantes da organização urbana (RODRIGUES, 1998).

Acerca disso, destaca-se que no cenário nacional, apresentava-se uma série de transformações no que diz respeito ao setor habitacional, fundamentalmente, a partir da

criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) “com gestão estatal centralizada, recursos geridos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e operação local pelas Companhias de Habitação (COHABs)” (NEGRELOS, 2010, p. 1).

O objetivo, em tese, era diminuir o déficit habitacional brasileiro existente na época, e expandir o crescimento da economia, pois “a intenção principal com o surgimento do BNH era incentivar a indústria de construção civil, na crença de que seus efeitos refletissem positivamente nos demais setores da economia, que se encontravam bastante estagnados” (JANCZURA;NOAL, 2011, p. 162).

No entanto, na prática “o saldo quantitativo de oferta de habitação continuou irrisório para o mercado popular, ante a demanda de moradias por parte de classes de mais baixa renda” (VERAS;BONDUKU, 1986, p. 52).

Para Rodrigues (1998) os municípios circunvizinhos à Belém, passaram por um processo de periferação, formando periferias, caracterizados por diversos aspectos negativos, dentre eles, estavam a distância do centro, os insatisfatórios indicadores sociais, e a precariedade de serviços, além da segregação socioespacial. Logo este momento é marcado por contradições, pois, ao mesmo tempo que simbolizava a modernidade, constituiu-se pela acentuação do déficit habitacional, a insuficiência dos serviços e a precarização dos equipamentos urbanos.

Trindade Jr (2016) afirma que a ocupação dos novos espaços resultou de doações de porções de terras pelo governo federal à COHAB-PA para a construção dos conjuntos habitacionais, como uma estratégia de posicionamento das classes de baixo poder aquisitivo, o que reestruturou a estrutura da malha metropolitana.

Rodrigues (1998) contribuí para este debate afirmando que essas dinâmicas ocorreram por duas frentes: uma de forma induzida e outra de maneira espontânea. Assim, a medida que pessoas de baixa renda, como única opção de melhorias de vida, buscavam a solução nesses espaços, cidadãos de classe média ou alta realizaram o mesmo percurso a partir da construção de conjuntos habitacionais destinados a seu núcleo.

Desse modo, ao passo que áreas eram constituídas de maneira planejada, outros núcleos se especializavam de forma improvisada, o que na época entendia-se como “invasões” (TRINDADE JR, 2016).

A respeito disso, de acordo com Penteado (1968) as margens da rodovia BR-316, destinavam-se as classes de maior poder aquisitivo, onde se implementavam práticas relativas a apropriação industrial, comercial e de serviços, enquanto a construção de

espaços para os mais pobres, orientou-se para as áreas mais afastadas do centro, mais precarizadas.

Para Rodrigues (1998) Ananindeua, considerada periferia da metrópole, passou, então, por um processo de ocupação chamado de “rígido” ou “rápido”, com a escolha primeiramente de áreas privilegiadas, deixando para as camadas “populares”, as zonas mais precárias para habitação, assim a classe popular se tornou estranha ao centro urbano, invisível na condição precária de suas áreas (BASTOS, 2013).

Em meio a essas condições se funda o que hoje se entende como o território de Ananindeua, enquanto espaço de contrastes. Reunindo áreas melhor estruturadas, tanto em aspectos infraestruturas, como também socioeconômicos, como também extensões de precariedades. Obviamente, que para além dos produtores espaciais que se colocam historicamente, registra-se também o papel desempenhado por atores mais recentes.

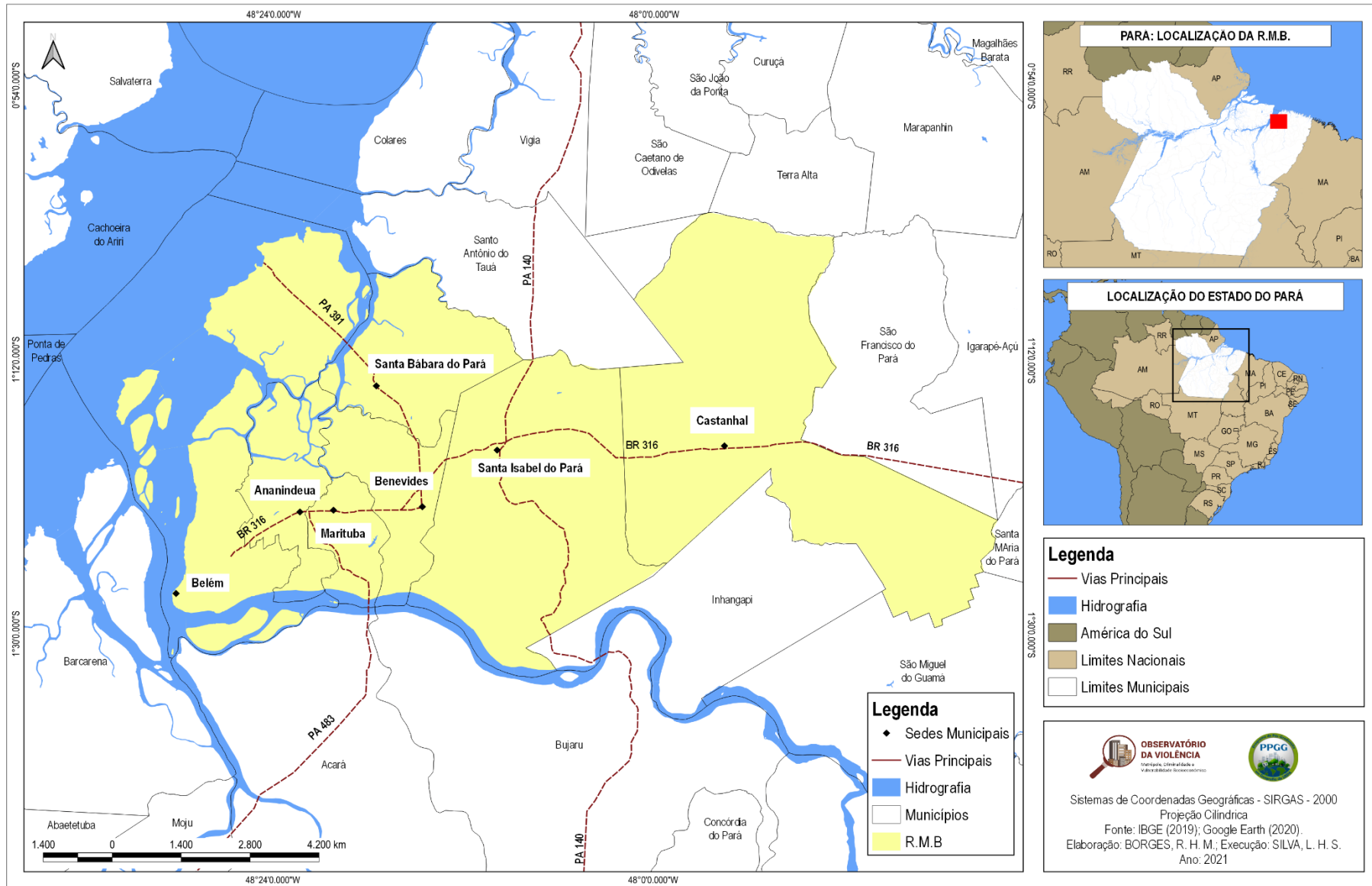
Acreditando-se que o tema do presente trabalho, a violência, entendida enquanto diversa, manifesta-se inclusive através da formação espacial, no caso, quando se retrata a égide ananindeuense, observa-se algumas de suas muitas faces, prevalecendo privilégios a determinados grupos, enquanto se estabelecem diferenças nos acessos, a separação, e a negação a outros.

Dessa maneira, para além do que já foi apresentado, torna-se necessário o avanço do debate no sentido de compreender as expressões atuais de Ananindeua, detalhando algumas de suas principais características, importantes aos objetivos desta pesquisa.

Ressalta-se a escassez de informações oficiais relativas ao quadro socioespacial atual do município, sobretudo, ao se considerar o fato comum de que os dados normalmente se referem a períodos mais distantes quando comparado ao momento em que este estudo é feito. Por essa razão, optou-se por buscar em fontes alternativas que tratassem de certa forma de estudos sobre a área, à exemplo de institutos atuantes em pesquisas inseridas no que aqui se objetiva, além de ter dado maior valor aos trabalhos de campo, em que pesa a visão dos entrevistados.

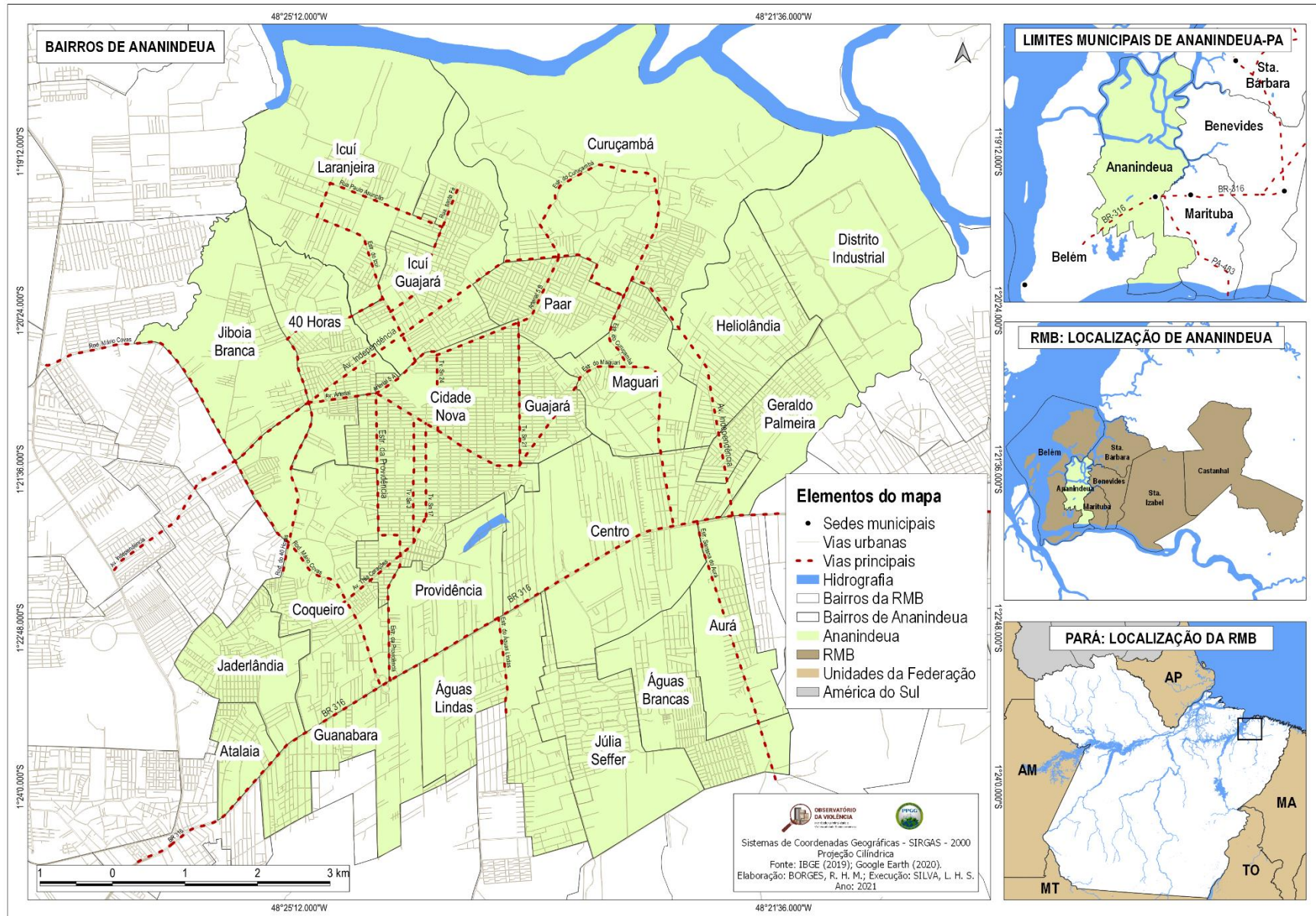
Desse modo, preliminarmente destaca-se que em termos políticos, econômicos e demográficos, Ananindeua representa um dos principais municípios do Pará, com aproximadamente 540.410 habitantes (densidade demográfica de 2.477, 55 km²), e extensão territorial de 190.451km², constituindo-se por 22 bairros. Além disso, compõe a Região Metropolitana de Belém (RMB) junto a Belém, Marituba, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Benevides e Castanhal (IBGE, 2021), conforme observa-se nas figuras 1 e 2.

Figura 1: Localização da Região Metropolitana de Belém - PA.



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

Figura 2: Localização do município de Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

Ananindeua está inserida em uma das principais áreas do Pará, situando-se como uma extensão estratégica para as dinâmicas paraenses, tanto no que condiz estritamente às rotas econômicas, por exemplo, como também no que condiz às atividades de poder decisório, ou mesmo da incidência de um determinado crime no estado, como os que compõem o tema deste trabalho.

Ela possui a capacidade de influenciar diretamente os desdobramentos dos demais municípios, como os que compõem a RMB, sobretudo ao considerar a interligação que ela realiza entre a capital paraense e os demais territórios metropolitanos. Como parte dessa estruturação urbana, destacam-se suas vias públicas como a Rodovia BR-316, a Avenida João Paulo Segundo, a Rodovia Mario Covas e a Avenida Independência, que centralizam parte considerável do fluxo diário de diversas ordens, como as de mercadorias, transportes e transeuntes.

Como dito, o lócus de estudo é formado por 24 bairros, cada um deles caracterizados por particularidades. Destacando-se preliminarmente a Cidade Nova, que possui o maior contingente populacional, por outro lado, em relação à densidade demográfica, aponta-se o bairro do Guajará que representa o maior índice desse fator, seguido do bairro do PAAR, que nas últimas décadas conviveram com o acelerado crescimento de seus números de residentes.

Em uma primeira aproximação, destacam-se os quesitos populacionais, pois se trata de um município com elevada expansão demográfica e urbana (RODRIGUES; RODRIGUES, 2021), razão pela qual uma análise simples é o suficiente para mostrar o elevado crescimento de moradores. Entre 1980 e 2021, observa-se o aumento de 718% em seu contingente, o que o coloca como o segundo mais populoso do estado do Pará, com 540.410 habitantes, atrás somente de Belém (tabela 2).

Tabela 2: Evolução da população de Ananindeua - PA.

População (1980)	População (1991)	População (2000)	População (2010)	População (2021)
66.027	244.442	393.569	471.980	540.410

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (1980,1991,2010 e 2021).

Como razões que sustentam está crescente, está o processo de periferização que se deu em meados de 1980, a partir, sobretudo, da expansão urbana de Belém, em meio a uma série de políticas habitacionais, que visavam a atenuação de problemas relacionados especialmente a moradia. Assim:

[...] neste quadro alocam-se dois processos: o grande contingente de trabalhadores rurais que “obrigados” a deixar suas terras procuram espaços de sobrevivência nas grandes cidades; e, a existência de trabalhadores urbanos à procura de terra para fixar moradia e realizar sua reprodução ou sobrevivência (SANTOS, 2012, p.76).

Nesse sentido, o fluxo de pessoas em direção a Ananindeua, tornou-se cada vez mais comum, e como uma das consequências, passou a ser caracterizada como uma cidade dormitório, em virtude do movimento diário de trabalhadores em direção a capital paraense:

O que vai ocorrendo é que elas se situam tão próximas uma da outra e os vínculos entre elas se tornam tão intensos que certos fluxos passam a “costurá-las” muito fortemente e, no fundo, elas passam a existir como se fossem uma só, ao menos sob vários aspectos. No caso, o fluxo mais significativo é o de trabalhadores assalariados, que residem em uma cidade e trabalham em outra: é o que se chama de movimento pendular diário (local de residência -> local de trabalho -> local de residência) [...] (SOUZA, 2003, p. 32).

Além disso:

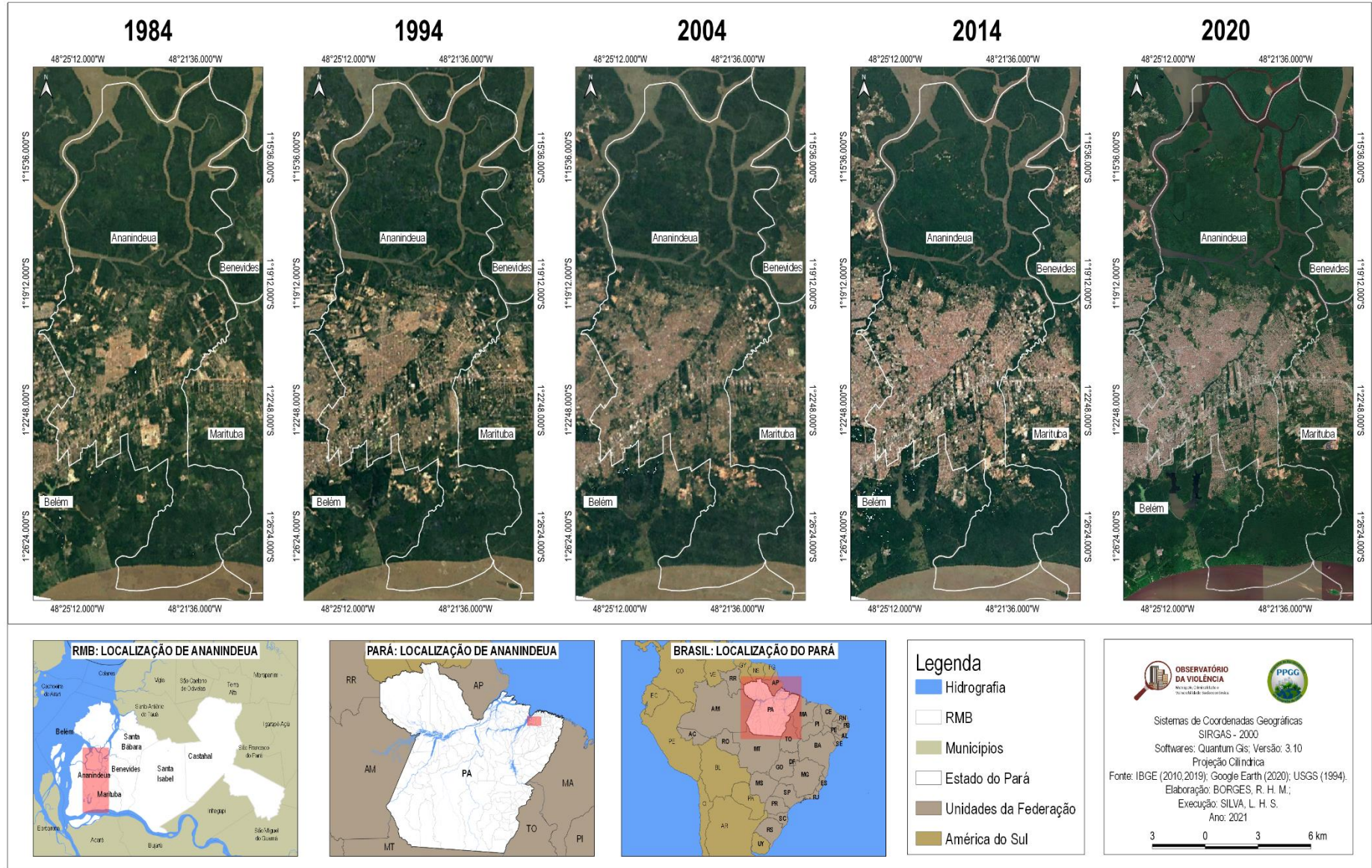
Em algumas situações, são os próprios tecidos urbanos de uma e de outra que, em dado momento, se encontram e se juntam; tem-se, então, o fenômeno da conurbação. A partir daí está-se diante de uma única malha urbana, ainda que espraiada por dois ou mais municípios- o que significa que, formalmente, continuam existindo várias cidades, cada uma sede um município diferente (SOUZA, 2003, p. 32).

Sobre isso, Rodrigues (1996) afirma que se a desconcentração é um fato, no mesmo viés não se pode negar o processo de concentração urbana nas cidades circunvizinhas a Belém, especialmente em Ananindeua, o que aprofundou a conurbação, além é claro, da segregação socioespacial por diversas áreas.

Assim, para Santos (2012) Ananindeua por ser conurbada à capital paraense assumiu novas funções frente a divisão territorial do trabalho, a partir do crescimento populacional ocorrido em Belém, o que conseqüentemente suscitou o processo de descentralização das atividades do capital.

As alterações, sobretudo, associadas as dinâmicas populacionais e mais especificamente habitacionais podem ser melhor entendidas através da cartografia (figura 3):

Figura 3: Evolução urbana do município de Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM (2021), Google Earth (2020) e do IBGE (2021).

Através do primeiro quadrante (referente ao ano de 1980), observa-se um padrão de ocupação concentrado, sobretudo, nas proximidades da capital paraense e nas áreas centrais de Ananindeua, em especial nas que se situavam ao redor do eixo principal de escoamento: BR 316. Destacando-se a área que hoje corresponde a Cidade Nova⁵ e ao Coqueiro, que se apresentaram como um dos principais alvos de novos moradores.

Por sua vez, a partir de 1994 é notória uma maior dispersão ao longo das demais direções, não se limitando mais a uma zona central. Nesse sentido uma gama de áreas passou a receber novos residentes, especialmente os de menor poder aquisitivo. Destacando-se que justamente nas décadas de 80 e 90, Ananindeua esteve marcada por “intensas transformações associadas aos efeitos de urbanização extensiva, da dispersão metropolitana e da estruturação da cidade” (RODRIGUES; RODRIGUES, 2021).

Dentre os elementos que compõem essas dinâmicas, apontam-se a construção de conjuntos habitacionais, a incorporação de espaços que eram tidos como rurais, a consolidação de novas funções econômicas, junto a inserção de novos empreendimentos.

O mapeamento de 2004 e 2014 ilustram o início da consolidação urbana de Ananindeua, onde inúmeros bairros passam a representar importante funções para o município.

Em destaque, ressalta-se o preenchimento do Icuí Guajará e o Icuí Laranjeira, o Curuçambá, 40 horas e Águas Lindas que apresentaram uma intensificação nesse processo.

Movimentos mais recentes que auxiliam no entendimento da realidade vivida na atualidade de Ananindeua, especialmente ao se considerar a forma com que se deram tais dinâmicas, marcadas por um caráter acelerado, distante de um planejamento adequado, desacompanhado de políticas públicas eficazes, o que em regra se manifesta através de desigualdades socioespaciais.

Parte disso pode ser compreendido em conjunto a outros fatores, mas que também residem no campo geográfico, um exemplo disso está na constituição de novas vias de escoamento, bem como do fortalecimento de outras mais históricas, a exemplo da av. Independência, a rodovia Mario Covas, a João Paulo II e a própria BR 316, rotas que influenciaram diretamente no mecanismo de distribuição habitacional e populacional, visto que anteriormente ainda não representavam tamanha importância, como na contemporaneidade.

⁵ Ressalta-se que a extensão que hoje corresponde a Cidade Nova até a década de 80 constituía o território que atualmente condiz ao bairro do Coqueiro – Belém (CASTRO, 2021).

Sobre a relação entre as estruturas das vias públicas, frotas de ônibus e a associação com as dinâmicas populacionais, admite-se um elo importante para compreensão dos fenômenos urbanos que se colocam atualmente (CASTRO, 2020), tanto no que diz respeito ao processo de inserção populacional, como também no que corresponde a precariedades, ou seja, ao passo que mecanismos atrelados ao transporte público são fundamentais para integração, também estão ligados a distanciamentos sociais, a manutenção da desigualdade.

Elementos esses que são constatados com facilidade, entre os vários relatos de moradores, comumente, as reclamações quanto a transporte público são expostas, onde se ressaltam a dificuldade em relação a horários, especialmente aos finais de semana, quando se pensa em visitar outros locais.

Além disso, as queixas se estendem aos meios privados de locomoção, como os dos aplicativos, ressaltando nesse ponto a influência da segurança desses locais, o que perpassa desde as infraestruturas, como as condições da via, a iluminação pública e envolve também a própria criminalidade, com destaque aos roubos constantemente registrados, além do receio de determinados motoristas em adentrar certas áreas, em que pesa as territorialidades certos agentes, como os do tráfico de drogas.

O fato é que ocorreu neste período a intensificação da urbanização em Ananindeua (tabela 3):

Tabela 3: Caracterização da população de Ananindeua-PA.

População	População (1980)	% do Total (1980)	População (1991)	% do total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	66.027	100	88.151	100	393.569	100	471.980	100
Urbana	6.858	10,39	74.051	84	392.627	99,76	470.819	99,75
Rural	59.169	89,61	14.100	16	942	0,24	1.161	0,25

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (1980 1991 e 2010).

Observa-se que em 1980 apenas 10,39% de sua população era considerada urbana, ao passo que a partir de 1991 esse contingente passou a aumentar, a priori para um pouco mais de 80% e 99,76% em 2000, ocorrendo uma manutenção dos valores em 2010 ao apresentar 99,75% de seus residentes em área urbana, o que representa o aumento de 6.765%.

No mapeamento de 2020, observa-se o ápice desse processo de ocupação, tanto em Ananindeua, como em Marituba, resultado da intensificação no número de residentes desses municípios, o que tem se tornado uma máxima na RMB.

Outros aspectos que auxiliam no entendimento, encontram-se no estabelecimento de novos empreendimentos, especialmente os de habitação se constituem através do valor de aluguel e compra, com a tendência de não privilegiar as pessoas de menor condição financeira, assim, esses grupos encontram em áreas mais distantes do centro uma espécie de refúgio, mesmo que não dotados de satisfatória qualidade de vida.

Nesse contexto de transformações, pode-se observar:

[...] uma reconfiguração do centro e novas formas de centralidade urbana, a partir da presença de novos agentes econômicos (Hipermercados, Shoppings centers, construtoras e incorporadoras), vinculados ao capital nacional e internacional, forte presença do Estado na condução de um ordenamento territorial, (construção de BRT metropolitano), constituição e implantação de novos eixos estruturantes de maneira a impulsionar novas conexões, novos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços urbanos e informações (RODRIGUES; RODRIGUES, 2021).

Faz-se ainda importante frisar o papel desempenhado na circulação de produtos, mercadorias e serviços, possuindo algumas das principais vias urbanas, com destaque a Rodovia BR-316, que centraliza grande parte das dinâmicas econômicas, associadas a Belém.

Assim, para Santos (2012) Ananindeua, atrelada à capital paraense assumiu novas funções frente à divisão territorial do trabalho, a partir do crescimento populacional ocorrido naquela, o que conseqüentemente suscitou o processo de descentralização das atividades. Destarte, Ananindeua passou a desempenhar importantes tarefas para a arrecadação do estado.

Prova disso está no fato de que em 2019, o município representou a 40ª maior receita do Pará e mais especificamente a respeito do PIB relacionado ao setor industrial, posicionou-se como oitavo mais expressivo dentre os 144 municípios paraenses (IBGE, 2019), além disso, em 2019 reunia o segundo maior quantitativo de empresas em seus limites, atrás somente de Belém, com 4.615 unidades (IBGE, 2018), o que fortalece o seu papel desempenhado, que dinamiza o espaço metropolitano da RMB e a economia do Estado.

De acordo com o Ministério das Cidades (2010) o setor que mais emprega, formalmente, é o comércio, seguido da área de serviços e da indústria de transformação.

Além disso, ressalta-se que nos últimos anos os setores que mais cresceram como geradores de emprego foram o de construção civil e o de administração pública.

Contudo, é necessário ressaltar que como resultado desse movimento acelerado, há uma série de problemas socioespaciais, que se refletem especificamente nas escalas dos bairros, comumente periféricos. Aqui está presente a segregação socioespacial, que pode ser observada a partir da existência de insuficientes índices socioeconômicos e precárias condições infraestruturais.

Como parte disso, alguns elementos auxiliam na identificação da realidade de Ananindeua, traz-se ao debate então a ideia de aglomerados subnormais, que se apresenta como uma importante síntese inicial, enquanto demonstração do que há na área aqui estudada.

O aglomerado subnormal, trata-se de um conceito utilizado pelo IBGE a partir de 1991, que busca apresentar um cenário sobre as desigualdades presentes no país, especialmente as relacionadas a habitação.

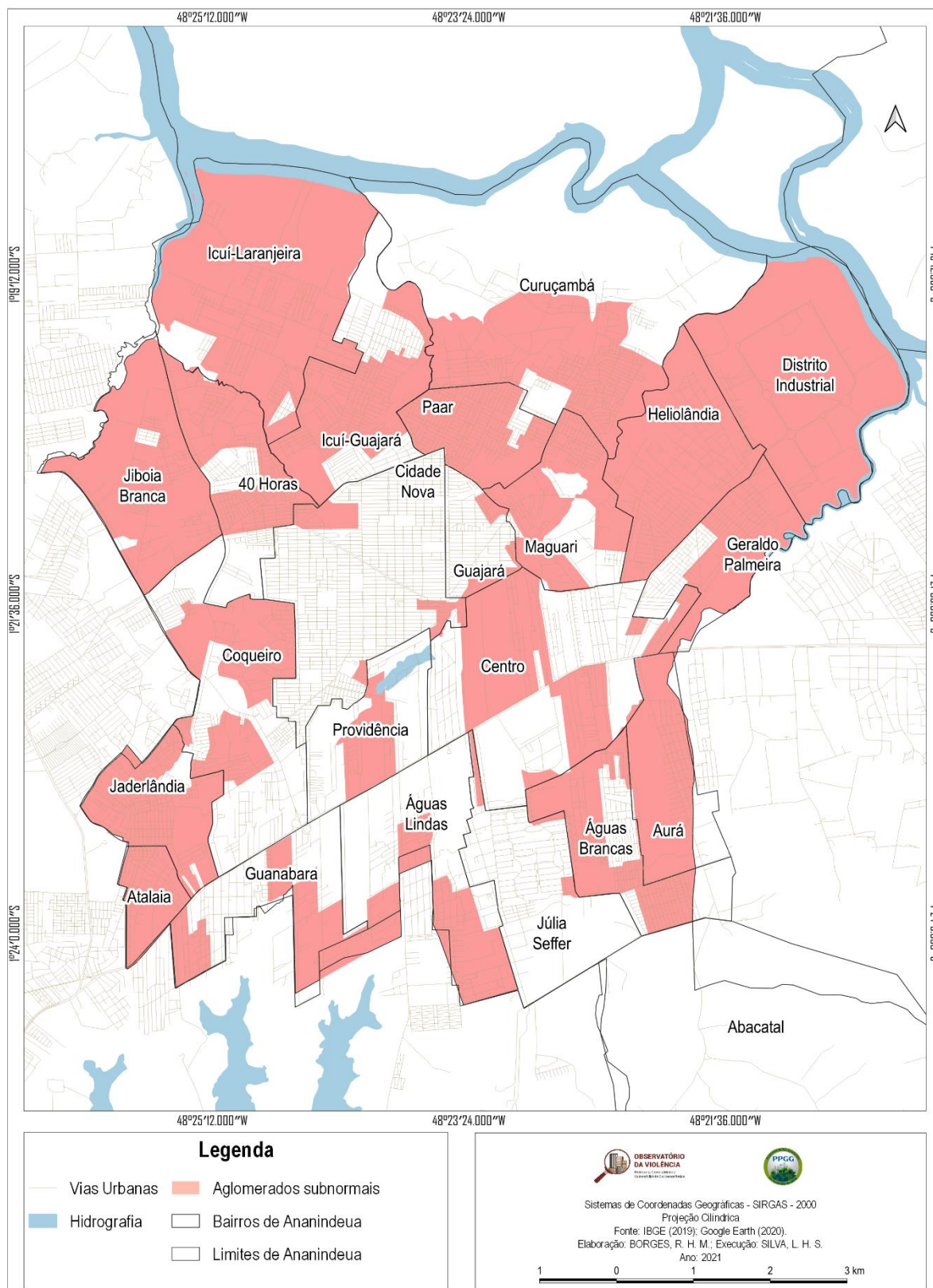
Assim são compreendidos como:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais (IBGE, 2011).

Ressalta-se que este conceito é centro de inúmeras críticas. Dentre elas, as principais residem no fato de que para ser considerado um aglomerado, deva-se ter no mínimo 51 unidades habitacionais, o que conseqüentemente deixa de se considerar no campo de análise um enorme quantitativo de locais, marcados por precariedades, com número inferior ao padrão estabelecido.

Entretanto, devido à insuficiência de dados e informações relacionadas a essa problemática, este ainda é essencial para entender as características do ambiente aqui estudado (figura 4).

Figura 4: Aglomerados subnormais em Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

Observa-se, a partir da figura (4), que há uma extensão considerável tomada por aglomerados subnormais, formado por 295 conjuntos. Ananindeua possui 114.1 km² de extensão territorial, e sua porção de aglomerados corresponde a aproximadamente 53,5% do seu total, ou seja, mais da metade de sua área é caracterizada por problemas de ordem habitacional, precariedades infraestruturais, e precarizados serviços públicos.

Ressalta-se que entre as cidades brasileiras cuja população varia entre 350 mil e 750 mil, Ananindeua, situa-se na segunda posição, entre as localidades que possuem mais domicílios situados em aglomerados subnormais. Além disso, a RMB representa a Região Metropolitana Brasileira com maior percentual de domicílios em condições de aglomerados subnormais, com aproximadamente 53% do seu total alinhados a tais critérios (IBGE, 2010).

Consoante a isso, no que tange às cem maiores cidades brasileiras em quesitos populacionais, baseado nos dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), constatou-se que Ananindeua, em 2020, representou a pior área relacionada a saneamento básico (TRATABRASIL, 2020).

No contexto ananindeuense, pode-se admitir que:

[...] A urbanização, antes de significar o crescimento da cidade revela um processo profundo de transformação nas formas e conteúdo da produção do urbano, como reprodução da existência humana prática, real e concreta dos indivíduos, generalizando-se em forma de conflitos, a partir de pontos centrais do território. (CARLOS, 2013, p. 37):

Dentre os impactos oirundos destaca-se justamente o que se atrelam a moradia, tendo em vista a porcentagem de aglomerados subnormais presentes em Ananindeua, por essa razão uma das perspectivas de análise reside no fato de que a:

“A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso. Quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que no entanto não ocorre isoladamente: correlatados a elas estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade e o desemprego” (CORRÊA, 1989, p.29).

Desse modo, pode-se entender que “de todas as mazelas decorrentes desse processo de urbanização – no qual uma parte da população está excluída do mercado residencial privado legal e da produção formal da cidade – uma das mais graves talvez possa estar localizada na área de saneamento” (MARICATO, 2000, p. 30). Assim, entre os principais fatores apontados, do ponto de vista infraestrutural estão à falta

pavimentação, esgoto a céu aberto, que atraem inúmeros insetos, e consequentemente a proliferação de doenças (Figuras 5 e 6).

Figura 5: Alameda Fonte Nova – Bairro do PAAR, Ananindeua - PA.



Fonte: Maia, 2020.

Figura 6: Travessa Manaus - Bairro do PAAR, Ananindeua - PA



Fonte: Maia, 2020.

As figuras 5 e 6 reproduzem paisagens do bairro do PAAR. Em ambas é possível observar problemas com relação à pavimentação, ao escoamento de efluentes provenientes de esgoto e/ou águas pluviais, além da iluminação pública precária. Cenário este que também se faz presente em outras áreas, como em partes do bairro do Aurá (figura 7).

Figura 7: Estrada do Aurá - Bairro do Aurá, Ananindeua – PA.



Fonte: Maia, 2021.

Ananindeua mesmo ao exercer novas funções e sobretudo tendo centralidades mais recentes, apresenta espaços dotados de insuficiências. Perspectivas que constituem relatos de moradores que expressam parte das contradições existentes:

[...] em relação a infraestrutura pública, há sim uma série de reclamações. Muitas ruas normalmente não possuem pavimentação, iluminação pública, sem contar os esgotos a céu aberto que servem de abrigo pra insetos, bichos [...] que atraem muitas doenças [...] como a dengue e uma série de outros problemas que atingem principalmente as crianças e os adolescentes, infelizmente (informação verbal)⁶.

⁶Entrevistado 03 – comerciante e morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Janeiro, 2019.

Se andar pelo bairro à noite, vai encontrar inúmeras ruas sem iluminação [...] se você andar pelas ruas após a chuva, verá ruas alagadas, lixo pelas ruas espalhados nos cantos. Essa é a realidade, é difícil “né”? Mas é o que temos, infelizmente essa é a realidade (informação verbal)⁷.

As queixas passam sobretudo pelo saneamento básico, pela iluminação pública, pela insuficiência em relação a serviços básicos a quem reside nesses espaços desprovidos de uma assistência ideal. Padrões esses observados em diversos bairros de Ananindeua. Ao passo que se notam setores em determinados bairros que reúnem melhores condições, como os das proximidades a redes de supermercado, shopping center, parte disso pode ser observado em algumas extensões da Cidade Nova.

Aspectos esses, que se moldam historicamente e geograficamente, como visto anteriormente, sobretudo, a partir da década de 60 e 70, como frações de um processo de urbanização periférica, onde se estabelecem diferenciações espaciais através de desigualdades, assim, à medida que Ananindeua se consolida como um Município essencial para o Pará nos últimos anos, coexistem precariedades, que retratam os seus contrastes, as suas complexidades.

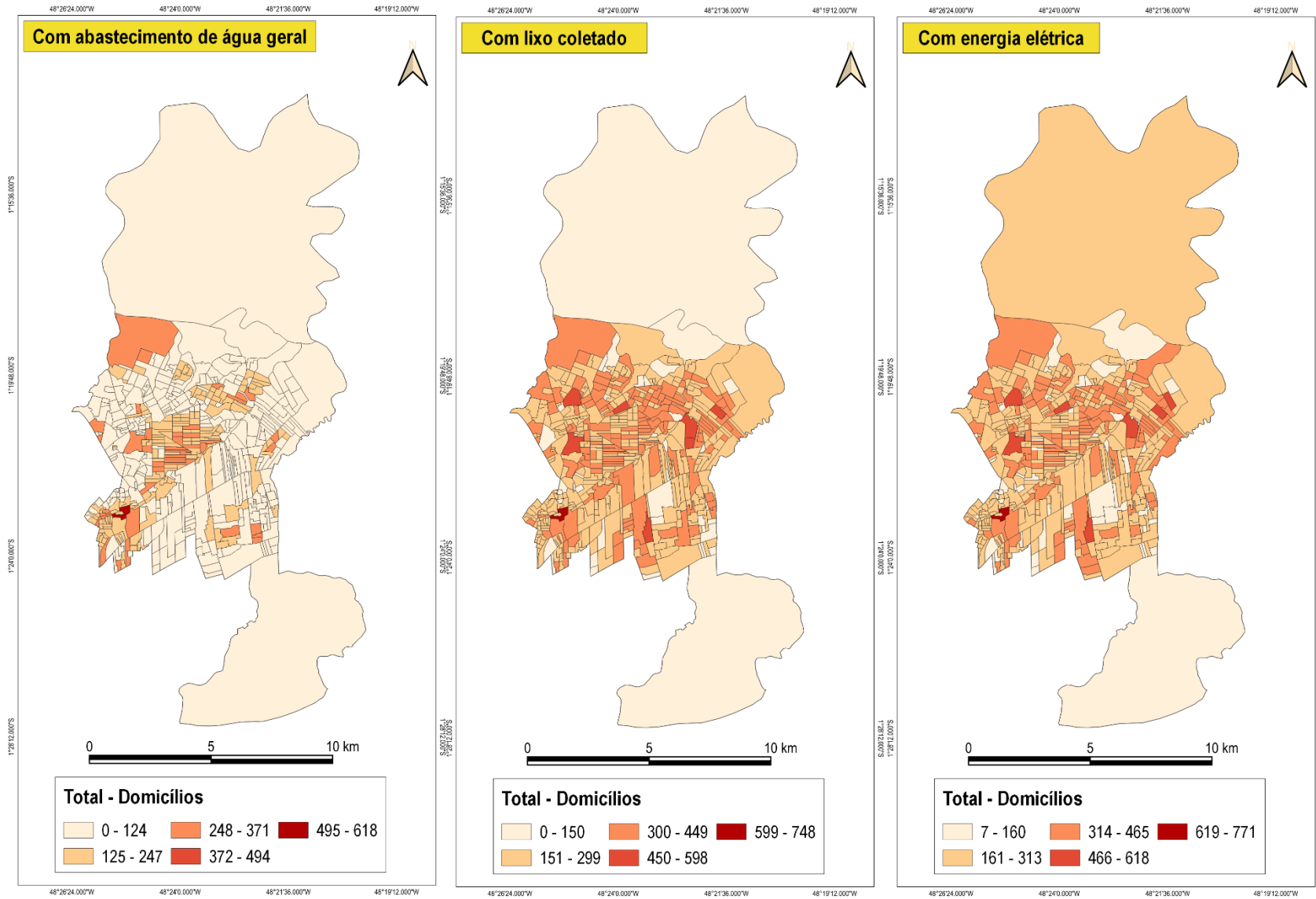
Outro exemplo dessas contradições pode ser observado através do Índice de Desafios da Gestão Municipal (IDGM)⁸, que traz um diagnóstico sobre a situação das cem cidades com maiores contingentes populacionais do Brasil. De acordo com esse estudo em 2018, no conjunto geral, Ananindeua ficou na última colocação com 0,419 e em específico, no setor educacional alcançou a 95ª posição no recorte considerado, entre todas as unidades (MACROPLAN, 2018).

Ou seja, Ananindeua é constituída de paralelos. Desse modo, essencial para essa análise, coloca-se o mapeamento de outras variáveis, que possibilitarão um entendimento mais amplo da problemática. Acrescentando-se assim a cartografia das infraestruturas domiciliares (figura 8), dentre elas estão o abastecimento de água em geral, a coleta de lixo e a energia elétrica.

⁷Entrevistado 04 – comerciante e morador do bairro do Curuçambá. Ananindeua. Janeiro, 2019.

⁸ O ranking do IDGM é construído com base em um índice sintético que reúne 15 indicadores em 4 áreas: (1) Educação, (2) Saúde, (3) Segurança e (4) Saneamento e Sustentabilidade. O IDGM varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município (MACROPLAN, 2018).

Figura 8: Aspectos infraestruturais dos domicílios de Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

Dentre os elementos mapeados estão os que elucidam a questão dos domicílios com abastecimento de água geral, os que são alcançados pela coleta de lixo e os que possuem energia elétrica. Observa-se de maneira inicial que os setores mais afetados pelos fatores analisados possuem algumas similaridades reativas a seus padrões.

Dessa maneira alguns bairros estão constituídos pelos piores intervalos nas três categorias consideradas na figura 8, em destaque estão os bairros do Icuí-Laranjeira e o Icuí-Guajará, assim como as áreas do Curuçambá, Heliolândia e o Aurá, justamente as extensões de ocupações mais recentes, conforme apresentada anteriormente no mapeamento de evolução urbana do município.

Posteriormente, falando mais detalhadamente sobre cada um deles, tem-se que em muitos espaços de Ananindeua uma forte característica está na falta de iluminação de iluminação pública, baseado nos trabalhos de campo e em entrevista, comumente se observaram ruas sem completo abandono, sendo atribuído a isso inclusive, como uma das razões para inúmeras outras mazelas sociais, a exemplo da criminalidade. Nesse aspecto, não há de se limitar a uma única área, pelo contrário, apresenta-se como uma marca comum em grande parte do território ananindeuense (figura 9).

Figura 9: Av. Independência – Bairro do Icuí-Guajará, Ananindeua-PA.



Fonte: Trabalho de campo – março de 2021.

Como se pode observar na figura 9, muitas das vias dos bairros não possuem a iluminação ideal, o que traz malefícios à rotina da população, sobretudo, ao facilitar o cometimento de crimes, como os roubos a transeuntes. As ruas, comumente, no período da noite perdem parte considerável do fluxo de pedestres, por conta, em partes da iluminação deficitária.

Com base nos relatos, a partir de horários em específicos, deve-se ter um cuidado maior com as práticas criminais. No caso, a partir das 20h, evita-se frequentar as ruas, pois é comum a ocorrência de roubos, frequentemente, com a circulação de jovens em bicicletas e mais recentemente, tornou-se habitual a utilização de motocicletas para a ação criminal:

Nosso bairro é muito escuro, sem exagero [...], se você andar a noite por aqui, ficará com medo, até por isso às ruas ficam desertas a partir das “7h da noite”, as pessoas começam a se trancar nas suas casas. Quando a pessoa chega do trabalho no começo da noite, se escuta muito sobre serem assaltadas, então sempre se tem o cuidado de não ficar marcando “toca” por aí [...]. (informação verbal)⁹.

A gente escuta muito falar sobre roubos a partir do final da tarde, quando começa a ficar escuro, as ruas principais já tem uma iluminação ruim [...], imagina as ruas afastadas, principalmente nas áreas mais pobres [...] (informação verbal)¹⁰.

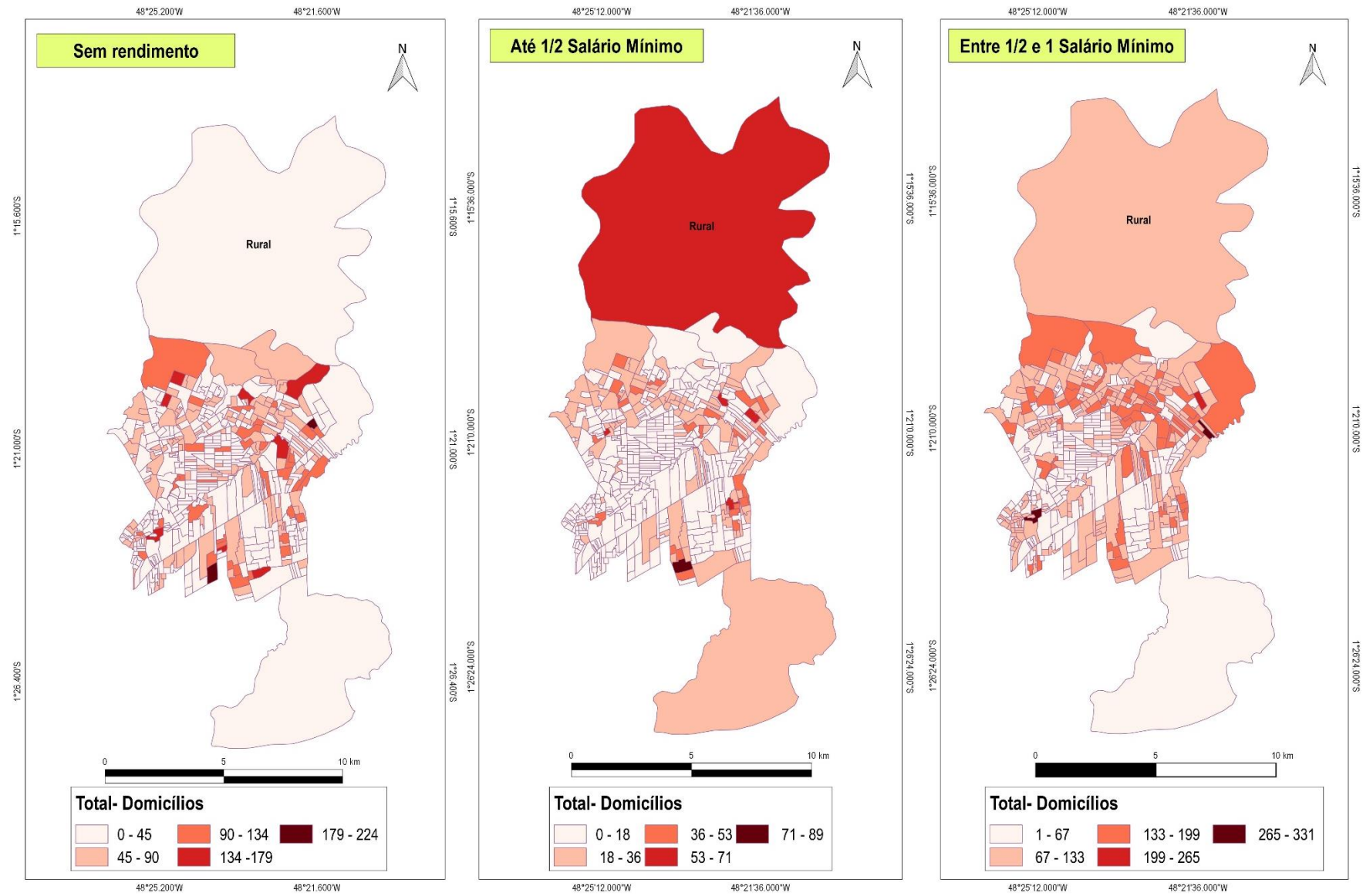
Dentre outros elementos que podem auxiliar na compreensão da realidade desses bairros marcados por precariedades, de acordo com as entrevistas, torna-se essencial considerar as questões econômicas, especialmente os rendimentos mensais dos domicílios que compõem o município, como forma de compreender os espaços que formam Ananindeua. Para isso, optou-se pelo mapeamento de algumas das variáveis relacionadas à renda dos chefes de famílias de cada domicílio, baseando-se em seis faixas (figura 10):

- i)* sem rendimento;
- ii)* rendimento até ½ salário mínimo;
- iii)* rendimentos entre ½ e um salário mínimo;
- iv)* rendimentos entre 1 e 2 salário mínimo;
- v)* rendimentos entre 2 e 3 salário mínimo; *vi)* rendimentos entre 3 e 5 salário mínimo.

⁹Entrevistado 011 –morador do bairro do Aurá. Ananindeua. Janeiro, 2021.

¹⁰Entrevistado 012 –moradora do bairro do Distrito Industrial. Ananindeua. Janeiro, 2021.

Figura 10: Rendimento dos chefes de família em Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

Acerca disso, observa-se (figura 10), a intrínseca relação entre as áreas de aglomerados subnormais e a distribuição dos rendimentos das faixas inferiores, ou seja, espaços de desigualdades, como os bairros do Curuçambá, Icuí e 40 Horas representam o contraste entre rendimentos mensais insuficientes e as precariedades infraestruturais.

Conforme nota-se, em relação aos chefes de domicílios sem rendimento, que representa o estrato em situação mais crítica, os setores entre as piores faixas (179 a 224 domicílios), situam-se, sobretudo, na porção territorial que abrange os bairros do Icuí, Curuçambá, 40 Horas e Águas Lindas, que também apresentam ineficiências relacionadas aos aparelhos de saúde, educação e inclusive, atrelados a segurança, constantemente, caracterizando-se pela ocorrência de crimes, especialmente os roubos e homicídios. Ressalta-se que em relação ao primeiro recorte (sem rendimento) Ananindeua se situa como segundo pior entre os municípios paraenses que possuem domicílios em tais condições (IBGE, 2010).

Ainda em relação aos rendimentos do primeiro mapa, frisa-se que o setor censitário que corresponde à área rural do município, centrou-se no intervalo de até um salário mínimo, entre 53 e 71 domicílios.

Essa desigualdade socioespacial não se restringe à área urbana, pois quando considerado o quadro municipal, as áreas rurais, sejam as ilhas na bacia do Rio Maguari, no extremo norte do município, ou as áreas quilombolas, no extremo sul, também configuram porções desfavorecidas do direito ao bem-estar social (RODRIGUES et al., 2018).

Acrescido a isso, estudos mais recentes apontam que em 2019 cerca de 39,9% da população local constituíam domicílios com rendimentos mensais de até 1/2 salário mínimo por pessoa, o que a colocava na 137ª posição entre os 144 municípios paraenses. Além disso, no mesmo ano Ananindeua ocupava a 97ª posição no Estado do Pará em relação ao quesito média salarial, com o alcance de 1.8 salário mínimo (IBGE, 2019).

Este cenário se põe a partir especialmente de diversos bairros, enquanto periferias, que de acordo com Silveira (2003. p.37) são resultados das “dinâmicas de reprodução capitalista, pois, elas são áreas localizadas juntas ao limite do perímetro urbano que são caracterizadas como áreas de expansão das cidades”, a partir da construção precária de espaços ao entorno dos centros urbanos. Este quadro também se evidencia a partir de trechos retirados das entrevistas realizadas, como na fala dos moradores:

Infelizmente uma grande parte dos moradores são de baixa renda, desempregados e vivem com o mínimo. Aqui mesmo não é difícil encontrar

casa de quatro, cinco pessoas, em que apenas uma trabalha, recebendo no máximo um salário mínimo [...] é a realidade (informação verbal)¹¹.

A verdade é que muitas das pessoas que moram no bairro passam dificuldades diariamente, principalmente por conta de desemprego [...] pois infelizmente não se tem vagas de trabalho pra todos. E isso tudo reflete, sem dúvidas no dia-a-dia deles, nas escolhas de cada um (informação verbal)¹².

Desse modo, muitos são os relatos sobre o desemprego e a falta de oportunidades, o que também, mostra-se como uma das condições atestadas que possivelmente influenciariam muitos dos moradores dessas áreas de contradições, a encontrarem “ilegal ou violentamente, mecanismos de sobrevivência” (PEDRAZZINI, 2006, p. 101), tendo em vista que a questão da renda pode trazer consequências incontáveis, tais como o alcoolismo, a violência doméstica, e a inserção no universo das drogas.

Não se busca através dessa afirmação “criminalizar” a pobreza, como se a criminalidade fosse exclusiva a espaços que apresentem condições adversas. Diferente de alguns equívocos comuns quando se trata sobre esta temática, acredita-se aqui que as práticas criminais se fazem presentes em diversas extensões de uma cidade, independentemente de aspectos econômicos e sociais, o que mudará é a forma com que ela se materializará. Na verdade, o intuito em apresentar este debate, reside na possibilidade de apontar as especificidades presentes nas periferias, tal argumento também perpassa pela razão de que pessoas menos favorecidas, não possuem as mesmas possibilidades que são postas ao outro extremo da realidade social, ou seja, as respostas a um jovem que passa por condições adversas, por exemplo, podem ser encontradas em vias não tão comuns, dada a configuração específica de seu contexto, que tem entre as suas marcas o próprio tráfico de drogas, como um conjunto de ações que se traduzem enquanto condições de resposta a urgência de determinadas pessoas.

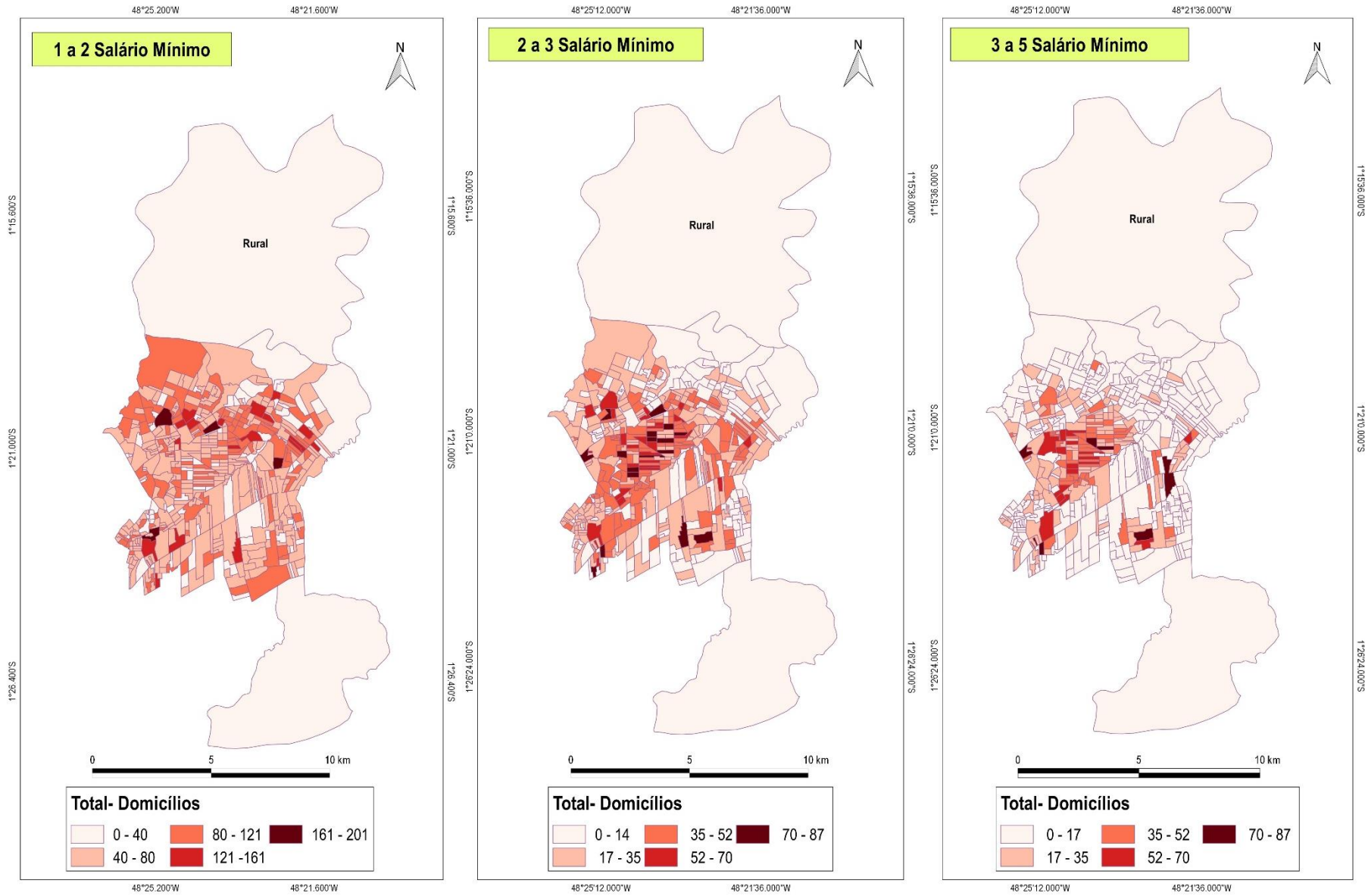
Ressalta-se que é justamente por acreditar que diversos fatores estão inseridos dentro de um contexto de criminalidade, que se optou pelo mapeamento dessas variáveis, com o objetivo de compreender de uma maneira mais ampla o crime em si, como apenas um número, uma pessoa a mais que foi assassinada.

De forma complementar ao exposto, considerou-se um segundo conjunto de estratos de rendimentos, nesse caso, os que na época do levantamento realizado pelo IBGE, apresentavam melhores condições financeiras (figura 11).

¹¹Entrevistado 01 – estudante de letras e morador do bairro do Guajará. Ananindeua. Fevereiro, 2019.

¹²Entrevistado 02 – estudante de engenharia florestal e morador do bairro do Icuí. Ananindeua. Fevereiro, 2019.

Figura 11: Rendimento dos chefes de família em Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

De acordo com a figura 11, o primeiro quadrante que representa o intervalo entre 1 e 2 salários mínimos, que se localizam ao longo do município como um todo, não se restringem a uma única porção espacial. O mesmo comportamento se assemelha, em relação ao íterim de 2 a 3 salário mínimos.

Em contrapartida, destaca-se que o intervalo que atesta os melhores rendimentos dos chefes de família, espacializam-se, principalmente nas áreas centrais do município, onde estão algumas das principais zonas comerciais e ainda, a localização de residenciais de classe média, em que se visualiza principalmente o bairro da Cidade Nova, notadamente conhecido pelos diversos empreendimentos imobiliários.

Destaca-se que em estudo recente, 2019, o, concluiu que o salário base ideal para a sobrevivência familiar residiria em R\$ 4.214,62 (DIEESE, 2019), o que representa quatro vezes mais do que o salário mínimo atual e no que diz respeito à pesquisa aqui desempenhada, leva-se ao entendimento de que uma parcela significativa dos moradores de Ananindeua vive em situação distante do necessário.

Dados mais recentes apontam também que em 2019 cerca de 13,7% da população ananindeuense encontrava-se ocupada profissionalmente, o que representava a 23ª colocação no Estado do Pará, condizente a um aumento de 41,25% ao se considerar o intervalo de 2007 a 2019, passando de 51.188 para 72.508 indivíduos. Por sua vez quando se pensa no quantitativo de pessoas ocupadas assalariadas, tem-se que nesse mesmo período um pouco mais de 12% dos habitantes de Ananindeua enquadravam-se nessas condições (IBGE, 2019).

A partir disso, entende-se que as “características do crescimento econômico, entretanto não deixam dúvidas. Ele é profundamente concentrador. Concentrador de renda, de terra, de poder. Ele é sempre profundamente excludente” (MARICATO, p.5, 1996).

O que pode ser entendido como um processo intrínseco as cidades e mais especificamente as periferias, tendo em vista que a periferização tende a fazer as pessoas ainda mais pobres (SANTOS, 1993), o que traz consigo, comumente, o aparecimento de outras mazelas sociais, como o baixo índice de escolaridade, a propagação de doenças e ainda o fortalecimento de zonas de tensão, marcadas pelo fenômeno da violência e da criminalidade, como é o caso de muitos dos bairros de Ananindeua, marcados pelo crescimento nos números criminais.

Observa-se ainda que mesmo nos limites de um único bairro não se apresentam padrões uniformes, ou seja, em uma área como o da Cidade Nova, coexistem setores com

diferentes vivências. Tal caráter múltiplo não se limita ao aspecto econômico, o mesmo vale para os demais mapeamentos apresentados ao longo do trabalho, ideia esta que é fundamental para entender a própria dinâmica criminal, tendo em vista o seu caráter diverso, mesmo em uma escala menor como a de um bairro.

Desse modo, basicamente a área de estudo aqui tratada expressa alguns contrastes. Se muitos dos pontos apresentados indicam precariedades, outros exibem outro panorama quando se observa os demais municípios paraenses. Prova disso está ao considerar indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que basicamente é um indicador que considera alguns aspectos socioeconômicos, dentre eles especificamente os de ordem econômica, educação e de saúde:

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Ananindeua-PA

Espacialidades	IDHM	IDHM Renda	IDMH Educação
Pará	0,646	0,646	0,528
Ananindeua	0,718	0,684	0,658

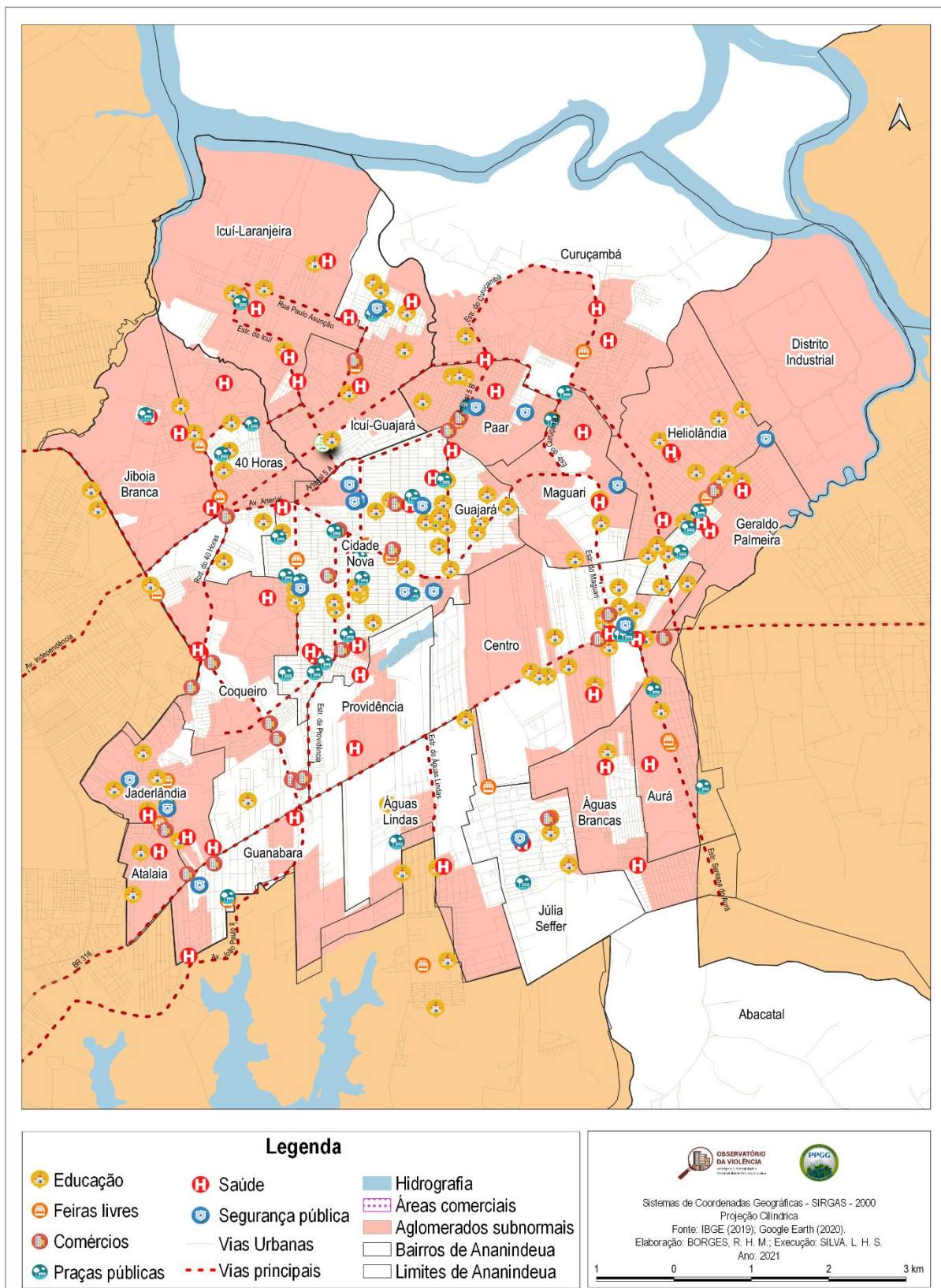
Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

Especialmente ao se considerar o ramo de rendimentos financeiros, Ananindeua no que corresponde ao Pará, representa o terceiro melhor desempenho entre os 144 municípios, enquanto ocupou a segunda posição no que condiz a educação. Semelhante a isto, quando se considera do IDHM de maneira geral, Ananindeua ficou em segundo lugar no Estado.

Assim, de um lado está a modernização através de novas funções políticas e econômicas, onde passou a exercer papel fundamental frente às dinâmicas da RMB e também ao Estado, bem como a inserção de novas redes serviços. Em contrapartida, simultaneamente a realidade está representada por um conjunto de espaços marcados por contradições que se fazem presentes no cotidiano de parcelas expressivas de sua população citadina, especialmente os moradores das áreas periféricas, notadamente formado por pessoas de baixa renda.

Como parte disso, enquanto resultado de uma construção histórica e geográfica, a forma que se distribuem os equipamentos urbanos, os serviços básicos, a maneira que se apresenta a qualidade de vida dessas áreas corresponde a perspectivas intencionais, pautadas em desigualdades e que envolvem diversos setores, como a de habitação, o comerciário e mesmo o político (figura 12).

Figura 12: Caracterização de Ananindeua-PA



Fonte: MAIA, 2021. Dados obtidos a partir da CODEM e do IBGE.

De maneira inicial, percebe-se que os equipamentos e serviços considerados, possuem a tendência de concentração sobretudo em áreas específicas, notadamente nos bairros da Cidade Nova, Centro e em parcelas do Atalaia.

A Cidade Nova se apresenta como centralizadora em diversos aspectos, destacando-se a maior concentração de escolas, centros de saúde, comércios e áreas de feiras. Sustentando-se como uma zona de atração do município.

Em relação aos comércios especificamente aqui se restringiu aos de maior alcance, ou seja, os que possuem a capacidade de atrair pessoas de outras zonas. Nesse aspecto, também se observa o maior quantitativo presente na Cidade Nova, com destaque a incidência desta tipologia ao longo da rodovia Mario Covas. Acerca disso, ressalta-se a polaridade presente na BR 316, sobretudo no trecho correspondente aos limites do Centro. Acerca disso, pode-se pensar em:

[...] novas configurações do Centro e da Centralidade na Cidade de Ananindeua, subdividido da seguinte maneira: 1) Eixo Estruturante da BR-316; 2) Eixo Estruturante da Avenida Mario Covas; 3) Eixo Estruturante da Arterial 18; 4) Eixo Estruturante da Avenida Cláudio Sanders; e 5) Eixo Estruturante da Avenida Independência (RODRIGUES; RODRIGUES, 2021).

Afinal é justamente ao longo dessas extensões que se aglomeram a maior parte dos empreendimentos, equipamentos e serviços, responsáveis pela movimentação econômica. Ressalta-se nesse sentido a importância das feiras para a estruturação da economia local, fazendo-se presentes em parte considerável dos bairros ananindeuenses.

Ainda sobre a Cidade Nova, em suas proximidades está a presença de um shopping center e da praça da bíblia, locais que influenciam diretamente no fluxo diário dos moradores do município. As áreas de lazer por sua vez, na figura de praças públicas, mostram-se como escassas, de maneira geral. Entende-se que há a necessidade de percorrer maiores distâncias para se alcançar pontos de diversão, desde os de alimentação, como os de atividades físicas.

Nessa perspectiva, o mesmo vale quando se considera o ramo da saúde, por exemplo, uma pessoa com necessidade de atendimentos médicos terá que normalmente se destinar a bairros diferentes ao que residem.

Bairros como o Icuí-Laranjeira, Curuçambá e Aurá não estão dotados de grandes possibilidades quando se trata do que aqui foi mapeado. Desse modo, este mapeamento se apresenta como uma ferramenta importante para os desdobramentos deste trabalho, pois será possível através dele a relação dos crimes a estrutura espacial do município.

4. AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DAS MORTES VIOLENTAS NOS ESPAÇOS PRECÁRIOS DE ANANINDEUA-PA

Nesta etapa o objetivo consistiu principal na compreensão das dinâmicas territoriais atreladas as mortes violentas, a partir do papel desempenhado por alguns dos principais agentes atuantes nesses espaços de tensões, bem como se buscou a identificação das principais características dos crimes ocorridos entre 2018 e 2020, através da análise, sobretudo, dos dados oriundos da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA.

4.1 TERRITÓRIOS DAS VIOLÊNCIAS: DESIGUALDADES, TERRITORIALIDADES E ZONAS DE TENSÃO

O contexto em que a criminalidade em Ananindeua está inserida é marcado por uma série de particularidades, que em conjunto tornam o estudo do tema complexo. Desse modo, optou-se por adotar a perspectiva de identificar alguns dos agentes que atuam por e a partir dos espaços, que são entendidos enquanto “territórios da criminalidade”.

Cada um dos bairros que a compõem possuem características próprias, porém simultaneamente se destacam pontos em comum, além disso é evidente a articulação existente entre os seus diversos espaços, inclusive quando o assunto se centra em práticas criminais.

Desse modo muitos dos agentes que atuam no município, não se limitam a uma única escola, a um único bairro, pelo contrário, expandem suas ações para além dos limites físicos, estabelecem relações com espaços diferentes, em alguns casos para além do próprio município em questão.

Como visto em Raffestin (1993), o poder estar em toda relação e se apresenta basicamente em dois grandes pólos. O primeiro associado comumente ao Estado e suas instituições, o segundo por sua vez conexo aos demais grupos sociais, como a população carente dos bairros periféricos. De forma complementar, Palheta da Silva (2009) traz a ideia de que o território é a institucionalização do poder e evidencia os conflitos de interesse entre o poder formal e os poderes paralelos, os informais. Em que os respectivos objetivos, ora convergem, ora divergem.

Nesse sentido, por entender a partir das ideias de Raffestin (1993) e ao avançar com o pensamento de Haesbaert (2014), entende-se que não existe um vazio de poder,

que os territórios se formam nas múltiplas escalas e a partir de diversos atores sociais, onde o papel desempenhado pelo Estado se mostra insuficiente, outros agentes se territorializam, dentre eles, os que praticam atividades ilícitas, como a criminalidade, alterando, assim, a realidade desses locais. Por essa razão a geografia muito tem a contribuir ao estudar este tema a partir do espaço e do território:

Mas não é a espacialização do fenômeno da violência, o local onde ela ocorre. É a territorialização, a formação do território da violência, o que implica em realimentar a violência pela via da inércia espacial e pelo papel do espaço no processo social. Assim, existiria sempre a possibilidade dessa territorialização na formação do espaço urbano, dentro da lógica dos processos sociais atuais. De um lado, a extrema valorização do espaço urbano. De outro a exclusão social de camadas da população e de atividades a ela ligadas. Esse espaço sem lei torna-se o reduto da ilegalidade, passa a ser o quartel general da ilegalidade e tem na população pobre o seu exército de reserva. Assim, o espaço vai realimentar a face perversa do processo social excludente da violência urbana (FERREIRA;PENNA, 2005, p. 155).

De alguma maneira, através do território, busca-se controlar um determinado espaço, de modo que se alcance os objetivos. Percebe-se, assim, que os interesses são fatores determinantes na constituição territorial. No caso dos agentes ligados à criminalidade, pode-se apontar a busca pelo êxito em suas atividades ilícitas, como maior lucratividade na venda de drogas e, inclusive, o estabelecimento do “respeito”¹³ em suas áreas de comando, considerando-se a dimensão simbólica do território.

O território, enquanto elemento dinâmico, não é apenas palco da ação humana, mas agente atuante sob espaço e sob a realidade social, sobretudo, utilizando-se de suas características. Complementar a isso, compreende-se que:

Os diferentes territórios da cidade não se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades, sejam elas a pobreza, a riqueza ou a violência. Essa abordagem da realidade tem por base a noção de “produção do espaço urbano”, na qual o espaço da cidade não é apenas um elemento transitório da sociedade, um receptáculo das relações sociais, ou mesmo, um pano de fundo das mesmas. Sob esse ponto de vista, as formas espaciais criadas pelos homens – como as cidades, bairros, guetos, áreas de preservação ambiental, parques – expressam as relações sociais vigentes de acordo com a época em que foram produzidas (FERREIRA e PENNA , 2005, p. 157).

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social, e a insuficiência do papel desempenhado pelo Estado, em determinados espaços, encontram-se espacializadas e se territorializam em áreas com péssima infraestrutura, insuficientes serviços públicos,

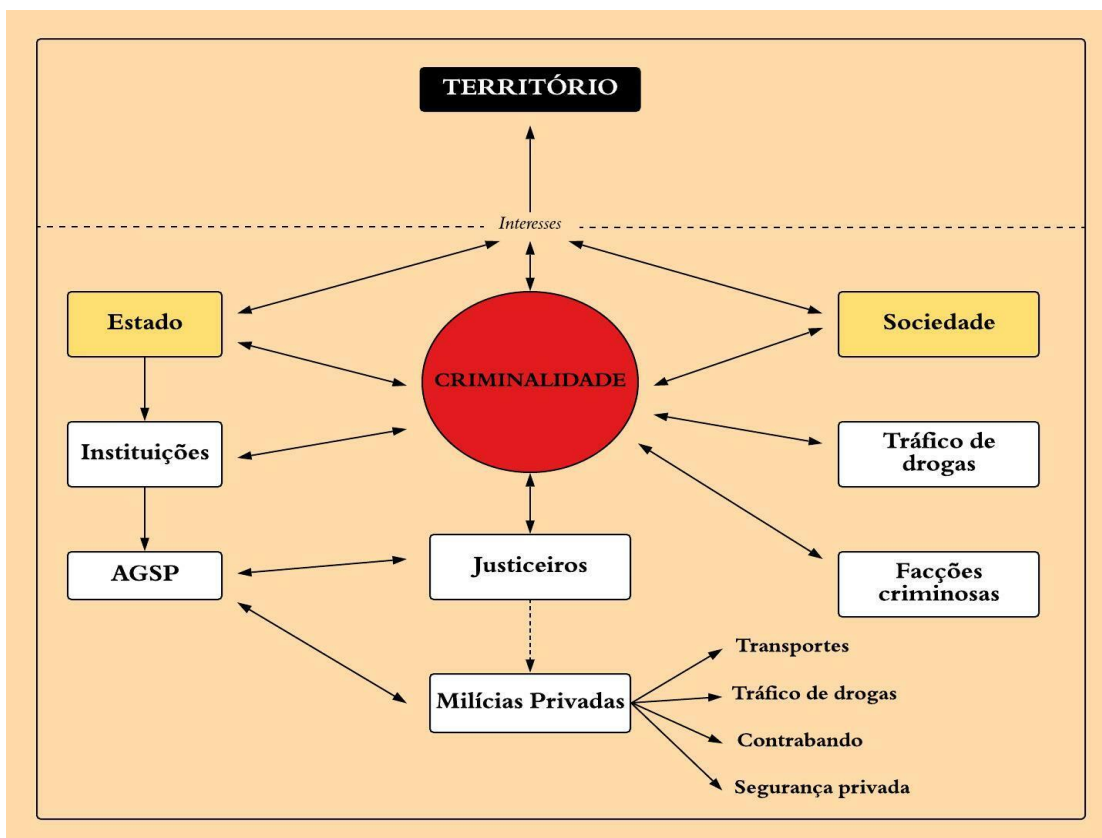
¹³ A busca pelo “respeito”, é uma das necessidades para o fortalecimento desses territórios, seja pelos moradores comuns ou por grupos rivais.

como a saúde, a educação, segurança. Cria-se, assim, um cenário propício ao estabelecimento de grupos, que formam poderes paralelos ao Estado, como os justiceiros, milícias privadas e as facções criminosas. Assim, a partir do instante em que um determinado indivíduo ou grupo social, apropria-se do espaço, passa a necessitar do mesmo para produzir e se reproduzir, buscando, através dele, sua lucratividade e fortalecimento de seu domínio. Nesse jogo de interesses, entende-se que:

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2003, p. 78-9).

O que dentro do campo do presente estudo, Ananindeua, encontra-se inserido em um contexto de especificidades, em que inúmeros agentes que representam diversos campos da sociedade buscam através do espaço e sobretudo do território, ditar suas dinâmicas e alcançar seus objetivos (figura 13).

Figura 13: Território da Violência – Agentes territoriais.



Fonte: MAIA, 2021. Elaborado a partir de trabalhos de campo.

Em um cenário diverso, como são as periferias, grupos sociais encontram nas especificidades locais, alicerces para as suas ações. Elementos potencializadores são essenciais para o entendimento dessas dinâmicas, como a pobreza, a carência de mecanismos básicos à sobrevivência humana, como a saúde e a educação, e sobretudo, os precários indicadores sociais e as condições espaciais da área.

O que torna o território um centro diante dessa realidade, enquanto lócus de interesses e objetivos, constituídos de relações de poder, em meio às desigualdades e principalmente, à criminalidade. Entendido enquanto centro envolvido de interesses, afinal através dele se objetiva imprimir determinados objetivos, o que faz com que ocorram inclusive tensões entre os que estão inseridos em tal contexto.

Nessa perspectiva, de maneira inicial, aponta-se dois grupos principais. O Estado compõe o primeiro, enquanto um mediador social, que participa de todas as ações sociais, direta ou indiretamente, através de suas políticas e principalmente de seus princípios e leis. O segundo, por sua vez, é constituído pela Sociedade, que pode ser compreendido basicamente como grupo de seres humanos que vivem em um determinado lugar, que dão origem a outros segmentos sociais, como os das facções criminosas.

O Estado, enquanto garantidor dos direitos de cada indivíduo, do bem-estar social exerce papel fundamental através de suas práticas, que perpassam comumente, pela predominância de grupos seletos, frente a maior parcela populacional, habitualmente, formados por pessoas de baixa renda:

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto, deparamo-nos com o espaço da norma e da vigilância: um espaço estratégico (CARLOS, 2007, p. 52).

Desse modo:

A presença e aparente ausência do Estado aprofunda contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo. O Estado parece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso

universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo (RODRIGUES, 2007, p.74).

Assim se propiciam mazelas sociais, fortalecem-se problemas históricos e surgem novos fenômenos, como o conjunto de mortes violentas, que atingem, inclusive, pessoas que não possuem vínculos diretos com a criminalidade, consequência da inoperância do papel do Estado, enquanto fomentador da segurança de todos.

Para Corrêa (1995):

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 1995, p. 26).

Nesse quadro, situa-se a sociedade, em específico a de menor poder aquisitivo, que convive com a desigualdade, em suas múltiplas maneiras. Parte de sua população, em meio a pobreza, ao desemprego e a ilicitude, passam a desenvolver “ilegal ou violentamente, mecanismos de sobrevivência” (PEDRAZZINI, 2006, p. 101). Muitos deles, como uma opção, uma solução às dificuldades vividas.

Para alguns dos moradores entrevistados, a criminalidade, coloca-se como uma via diante das contradições vivenciadas, porém, reforçam a ideia de que é uma opção e não uma determinação seguir esse caminho:

Muitos colegas entraram nesse mundo, por falta de oportunidades. Até queriam fazer diferente, tentaram estudar, mas uma hora fica difícil de continuar [...] crescem, precisam de dinheiro, mas onde vão conseguir? Se não tem emprego, comida [...] muitos deles acabaram se “ajuntando”, tiveram filhos e isso também influencia. Lógico que entra quem quer, mas isso tudo ajuda (informação verbal)¹⁴.

É difícil falar sobre isso até [...] mas eu acho que as pessoas têm uma visão ruim daqui “né”. Não é porque a gente mora aqui, que é criminoso. Entra quem quer mesmo, quem precisa, quem gosta [...] agora só saber a dor quem vive, quem passa fome, quem ta desempregado (informação verbal)¹⁵.

¹⁴Entrevistado 08 – estudante e morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Fevereiro, 2020.

¹⁵Entrevistado 09 – estudante e morador do bairro da Guanabara. Ananindeua. Abril, 2021.

Dentre as principais tipificações criminais, que envolve as mortes violentas, está o tráfico de drogas. Uma questão histórica e comum as periferias das cidades paraenses, que se apresenta como um canal lucrativo para os criminosos, e encontram nos jovens um dos seus principais alvos:

Estas áreas, carentes e com baixa qualidade, são de pouco valor, estando fora dos interesses dos especuladores, transformando-se em refúgio para as classes com menor poder aquisitivo. O ambiente aí formado, com altas taxas de desemprego e, portanto, com carência econômica, transforma-se em terreno fértil para a instalação do tráfico de drogas e outras atividades criminosas que aliciam, pelo dinheiro que trazem, toda uma faixa da população, notadamente àquela composta por pessoas mais jovens, que se tornam o primeiro degrau da escalada rumo a violência institucionalizada (FILHO, 2004, p.121).

Como se observa, o tráfico de drogas, faz-se uso em partes do caráter deficitário presente no bairro e com isso ao se consolidar também é gerador de novas formas de violência:

O tráfico de drogas tem se revelado como a base para a deflagração de inúmeros processos que geram a violência urbana. Na sua base está a existência de uma enorme demanda pelo *produto*, nas suas várias formas. As cidades, como grandes centros consumidores, criam um mercado que favorece a estruturação de uma rede de fornecimento altamente organizada, em que o fluxo do produto segue um caminho que vai do produtor ao consumidor, obedecendo os mesmos princípios a que está submetido qualquer bem de consumo com grande demanda. A diferença, nesse caso, está na não participação do Estado como órgão regulador, uma vez que se trata de algo ilícito. O vácuo do Estado, porém, é preenchido por uma estrutura de dominação que visa o comércio através de regras próprias, fazendo uso da força e da intimidação com o objetivo de garantir o território e, portanto, a perpetuação do *processo produtivo* em que o tráfico está inserido (FILHO, 2004, p.29).

Para um EPC da Região Metropolitana de Belém, com experiências no combate às mortes violentas, o tráfico de drogas, historicamente, apresenta-se como gerador de mortes, direta e indiretamente, porém, observa-se nos últimos anos o surgimento de uma nova tendência. Diferente do padrão estabelecido nas décadas de 1990 e 2000, atualmente, as mortes não ocorrem predominantemente como consequência dessa tipologia, mas sim, pelo aparecimento de novos elementos:

É um alto índice, já foi maior no passado [...] por volta de 2010-2011 eram um alto número de mortes que a droga figurava como plano de fundo dessas mortes. Como te disse anteriormente, seja pela dívida da droga, seja pela disputa do território, que essas drogas estão sendo comercializada ou pelo fato da vítima praticar outros delitos que chamam atenção do Estado e isso causa um embaraço para o criminoso que age na venda da droga. Então esses três principais motivos que geravam um aumento do índice de homicídios, mas hoje a crime parte da dinâmica social, a gente percebe que a guerra pelo território tanto pelas estruturas faccionadas criminosas, como esse aumento

de ações de milícia contribuiu bastante para o aumento de morte principalmente na região metropolitana de Belém (informação verbal)¹⁶.

Assim, destaca-se o papel das facções criminosas, uma forma organizada do crime, que cresceu substancialmente no Estado do Pará, em especial na Região Metropolitana de Belém. Dentre elas estão o Primeiro Comando da Capital (PCC), com origem em São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), com surgimento no Rio de Janeiro, que se expandiram por inúmeras parcelas do Pará e atualmente estão em diversos bairros de Ananindeua.

O campo de ação dessas organizações envolve principalmente o tráfico de drogas. Suas principais estratégias residem nas fragilidades existentes em determinado ambiente, principalmente em relação à segurança. Como se trata de uma das questões recorrentes nessas áreas, comumente, esses grupos trazem consigo a sensação de segurança e diminuem a ocorrência de crimes de menor impacto, especialmente os roubos.

Em meio à criminalidade, surge a figura do justiceiro, que basicamente são pessoas insatisfeitas com essa realidade:

Na atualidade, cresce a cada dia notícias de pessoas sozinhas ou em grupos que buscam uma maneira de se fazer “justiça” com as próprias mãos, na forma de linchamentos, tortura, agindo sob o sentimento de irracionalidade e de vingança (TIBURCIO, 2008).

Para Carbone (2008) essa espécie de agentes se trata de um fenômeno tipicamente urbano, que advém da fragilidade no papel desempenhado pelo Estado e nas contradições policiais. Assim, atuam em nome de uma suposta justiça, que pode ser individual ou coletiva, o que sustenta em diversos momentos um ideal de heroísmo:

Talvez haja um pouco do resquício de heroísmo em alguns bandidos, como os justiceiros, que mesmo não tirando dos ricos para dar aos pobres, constroem sua história no crime. Eles têm o mesmo ideal nobre de dar proteção às regiões onde o Estado e a polícia não atuam com eficiência [...] Matar se torna ato de heroísmo, quando a vítima é considerada marginal ou indesejável. Esses marginais são por vezes também criminosos, mais que cometeram crimes sem justificativa aparente ou palpável. A moralidade que se impõe no crime, como não se matar pai de família, mulheres ou crianças, é que faz a distinção entre bandidos heróis ou criminosos comuns (CARBONE, 2008, p.173).

Como parte desses arranjos territoriais estão as instituições do Estado, com destaque aos agentes de segurança pública (AGSP), que fundamentalmente, são compostos pelas polícias militar e civil, e a guarda municipal, que possuem como uma de

¹⁶Entrevista com Escrivão da Polícia Civil do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

suas atribuições a garantia da segurança da sociedade e com isso sua “ausência ou presença deficitária [...] apresenta, se não um elemento indutor, mas um *facilitador* de ações de conflito entre grupos organizados pelo domínio do espaço” (FILHO, 2004, p.155).

Suas ações são objetos de questionamentos e de críticas. Dentre as principais, estão as suas práticas arbitrárias com o uso excessivo e desproporcional de força, e a corrupção. Frequentemente parcelas da população não tem nos AGSP um símbolo de confiança e encontra em outros setores a diminuição da insegurança. Nesse sentido, tem-se o grupo de milícias privadas, que pode ser entendido como:

[...] grupos armados para prática de diversas extorsões e exploração irregular de serviços públicos, controlados por integrantes das instituições de segurança pública ou das Forças Armadas, para fins econômicos escusos, não raro com representação direta de parlamentares ou indiretamente na forma de sustentação dessa atividade criminosa, contando, no mínimo, com a tolerância de autoridades de Poderes Executivo (CPI, 2008).

Um de seus grandes diferenciais está na busca pela lucratividade e com isso agem em diversos setores da economia local, em âmbitos formais e informais. O delegado da polícia civil do Estado do Pará, André Costa apontou em ¹⁷entrevista, ao menos quatro ramos em que esses grupos atuam e, com base em seu relato, são eles (quadro 6):

Quadro 6: Principais atividades desempenhas pelos grupos de milícias

Transporte alternativo:	Nessa prática se domina territorialmente um determinado lugar e estabelecem taxas a serem cobradas para que as pessoas exerçam suas funções de trabalho. Inclui-se aqui os mototaxistas e os motoristas de vendas. Caso não se adéquem as normas determinadas são expulsas do local e em alguns casos são mortas.
Contrabando:	Nesse caso, eles atuam na segurança do transporte de cargas contrabandeadas. Na mesma perspectiva anterior, os que não se adequem aos padrões estabelecidos têm seus objetos furtados, são expulsos dos locais ou são mortas.
Segurança armada privada:	Esse setor atua através da oferta de segurança a grupos específicos, especialmente aos comerciantes locais. Estabelecidos os valores, caso não aceitos, os proprietários são alvos de represálias, na forma de roubos e inclusive de mortes. Ressalta-se que os espaços protegidos por esses grupos, caso sejam alvos de meliantes, busca-se os autores, a fim de puni-los.
Tráfico de Drogas:	Como visto anteriormente, o tráfico de droga é uma atividade lucrativa e com isso, milicianos passaram a atuar através de cobranças de taxas aos traficantes para que eles comercializem seus produtos. Caso se recusem a realizar o pagamento, são expulsos da área ou são mortos.

Fonte: COSTA (2018). Adaptado pelo autor.

¹⁷COSTA, André. **Atuação e o “pedágio” cobrado pelas organizações criminosas** [jun. 2018]. Entrevistadores: Jorge Sauma, Gil Sóter e Caio Maia. Entrevista concedida ao portal do G1 Pará – O Liberal.

Dentre as razões que levam a inserção dos agentes de segurança pública na criminalidade estão os baixos salários e as condições de desvalorização vivenciada por eles:

Com salários pequenos muitos policiais engrossam não apenas os grupos de extermínio, mas também uma consequência deles e da cultura do medo instalada e em expansão no país, isto é, grupos de atuação em segurança privada informal. Formam, com grande número de desempregados, as turmas de vigilantes de rua, conhecidos em várias cidades brasileiras como ‘a turma do apito’, são seguranças de restaurantes e casas noturnas e pontos comerciais, aparentemente agindo de forma independente, no entanto todos sujeitos a uma relação de proximidade com o aparato legal policial ou os aparatos, também legais, de empresas de segurança privada que dominam as cidades (KOURY, 2004, p. 4).

Assim, muitos desses grupos “sob o pretexto de promover a segurança das comunidades carentes, assumem feição de um estado paralelo, em particular por serem em grande parte dos casos compostos por agentes estatais agindo ao arrepio da lei e visando obter benefícios econômicos” (ANTUNES; SARAIVA, 2015, p.2).

De forma complementar, para o Delegado da Polícia Civil do Pará, cuja atuação reside no entendimento dessas questões, as razões que levam um agente de segurança pública a se tornar um criminoso são:

Assim, acho que são muitos fatores, como falei, um deles que incentiva, não vou falar que seja fundamental, mas o fato deles morarem em áreas periféricas, inseguras, isso acaba naturalmente fazendo com que eles já criem um certo grupo ali, e tem muito a questão da corrupção. Pelo menos as investigações que já fiz, é muito difícil você observar uma morte relacionada a qualquer questão de justiça, temos aqueles casos “ah, mataram um policial”, eles acabam matando várias pessoas que as vezes nem tem relação com esse crime, com a morte do policial, acontece esses fatos aí que são ocorrências de chacinas que geralmente tem alguma situação por trás, tem a morte de um policial, alguma situação desse tipo. Mas assim, a gente verifica isso, às vezes um salário defasado, às vezes, acaba incentivando a corrupção [...] a gente tem que deixar claro que uma pequena parcela de policiais se envolvem nesse tipo de ação, a maioria, vamos dizer assim acho que 50% dos policiais ou mais, pela conversa que a gente tem, a gente acha, sente que eles até apoiam essa situação, mas participar entre apoiar e depois já ta participando é só aquela questão mesmo de corrupção. Tanto é que quando há esses grupos, eles ficam tão descontrolados que se envolvem em furtos, se envolvem em homicídios, se envolvem no tráfico de drogas, então assim, acabam se envolvendo em todo tipo de crime [...] (informação verbal)¹⁸.

Por outro lado, como visto, os motivos que influenciam nas escolhas das populações locais, perpassam pela insegurança diária:

A descrença na segurança policial os faz criarem acordos e submeterem-se ao pagamento por intimidação e assim, no imaginário da classe média, não terem

¹⁸ Entrevista com o Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

suas casas assaltadas ou seus carros roubados entre outros possíveis acidentes. Essa segurança pactuada é uma espécie de ampliação do sentimento de insegurança generalizada da população, que busca se garantir da intimidação a que estão sujeitas, com um maior custeio de objetos de segurança pessoal e doméstica. Intimidados, os habitantes de classe média das cidades brasileiras reproduzem a cultura do medo investindo na indústria do medo em expansão no país. Os muros das casas começam a subir, alguns com mais de dois metros de altura, são implantados sistemas de vigilância ótica, alarmes, circuito de televisão nas entradas saídas e em todos os cômodos da casa, cercas elétricas, cachorros ferozes entre outros recursos de uma indústria sempre inventiva e com novidades no mercado (KOURY, 2004, p. 4).

Destaca-se ainda o papel dos comerciantes, enquanto financiadores desse cenário e como causas relevantes está a busca pela segurança em seus empreendimentos. E como consequências, acentuam-se os números de mortes nessas áreas:

Outra situação que a gente vê muito também, é questão de segurança em áreas comerciais, há guerra entre milícias por conta desse serviço e às vezes também a gente percebe que é uma das principais causas dessas mortes, que a gente verifica, trata-se disso, da questão da segurança armada [...] Eles acabam matando por uma questão de falsa justiça e vão criando um certo nome no bairro, os comerciantes do bairro já começam a contratá-los pra matar algum desafeto ou pra matar criminosos que estão atrapalhando o comércio deles naquela região e às vezes traficantes acabam se aproximando e oferecendo dinheiro e contratando esse serviço e com o passar do tempo eles vão aumentando o número de criminosos nesses grupos e as vezes vão colocando agente público e às vezes outras pessoas que não são agente público mas também já tem o perfil e precisam de dinheiro e acabam se inserindo nesses grupos. Então a gente vê que tem muito essa situação de um grupo começar a se fortalecer, começa a ganhar nome e começar a executar muitas pessoas (informação verbal)¹⁹.

Nessa lógica, coloca-se Ananindeua, em disputas territoriais diárias, em que se acentuam os números de mortes violentas. Em meio a transformações da criminalidade, em que pesa a omissão no papel do Estado, através das políticas públicas, sobretudo as do âmbito da segurança pública, desvalorização das esferas policiais e o surgimento de novos elementos criminosos. Dessa forma:

Essas mudanças repercutem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Transformam-se os padrões tradicionais e convencionais de delinqüência, nuclearizados em torno do crime contra o patrimônio, via de regra motivados por ações individualizadas e de alcance local [...] Seus sintomas mais visíveis compreendem emprego de violência excessiva mediante uso de potentes armas de fogo (daí a função estratégica do contrabando de armas), corrupção de agentes do poder público, acentuados desarranjos no tecido social, desorganização das formas convencionais de controle social. Na mesma direção, agrava-se o cenário das graves violações de direitos humanos (ADORNO, 2002, p. 7).

¹⁹ Entrevista com o Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

Com isso, falar sobre tais questões, conforme Pedrazzini (2006) é sobretudo tratar de pessoas que convivem com a violência, com o medo e com as mortes violentas, que habitualmente, são esquecidas das ações de valorização por parte do Estado e das mídias, segregadas e limitadas, a partir da criminalização da pobreza e das contradições.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM ANANINDEUA, ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2020

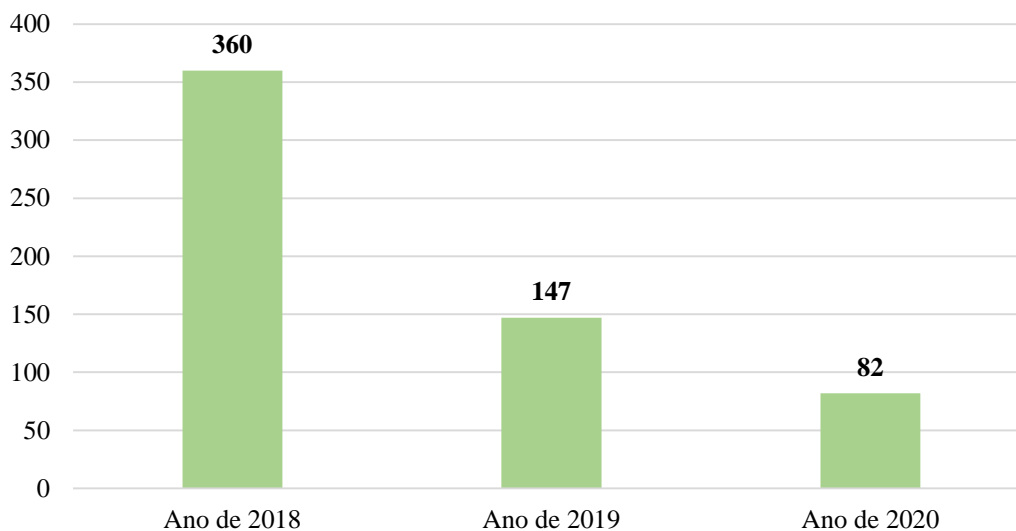
Como se pôde observar até esta fase da discussão aqui apresentada, Ananindeua está inserida em um contexto de contradições, tendo talvez na violência uma de suas principais evidências, sobretudo, ao se considerar a criminalidade presente em seus bairros, à exemplo das mortes violentas.

Parte disso pode ser compreendido a partir dos homicídios, especificamente os dolosos, ou seja, as ações em que os autores objetivam única e exclusivamente tirar a vida do outro. Fatos que corriqueiramente ocorrem e atingem diretamente o cotidiano da população local, que convive com a insegurança, o medo e a banalização da vida. Ananindeua está entre as áreas mais violentas do Estado do Pará, colocando-se frequentemente entre as três primeiras posições quanto ao número dessas ocorrências.

No senso comum, através das vivências, das experiências, têm-se padrões estabelecidos, ideias e suposições acerca dessa realidade, que são fundamentais para esse estudo, assim como os agentes de segurança apresentam um olhar específico sobre a situação discutida. Visões que atreladas aos números estatísticos dos órgãos oficiais também ampliam o entendimento da problemática das mortes homicidas. Por essa razão, esta seção do texto tratará sobre as características que envolvem os crimes ocorridos em Ananindeua entre os anos de 2018 e 2020.

Os homicídios trazem consigo parte do caráter heterogêneo da violência, afinal representam apenas algumas das formas da criminalidade e não o seu todo. Em outras palavras, apesar dessas mortes encontrarem um campo propício nas periferias, não se entende que ela emana somente desses espaços, que se limita a eles, pois se fazem presentes em outras áreas da cidade, mesmo que de maneiras diferentes.

Preliminarmente, indica-se que no Estado do Pará durante os 3 anos, registraram-se o total de 8.737 homicídios. Especificamente, em 2018 ocorreram 3.827 crimes, no período seguinte 2.712 assassinatos e em 2020 aconteceram 2.198. Como parte disso, apresenta-se a situação de Ananindeua (gráfico 1).

Gráfico 1: Quantitativo de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.

Fonte: SISP/SIAC/SEGUP/PA (2021).

Observa-se inicialmente que na somatória dos 3 anos, Ananindeua apresentou o total de 589 homicídios, o que a coloca como o segundo núcleo de maior número de ocorrências no Pará, ficando atrás apenas da capital paraense.

De maneira detalhada, o período de 2018 representa o espaço de maior concentração dessas tipologias, com 360 mortes, seguido de 2019 com 147 crimes.

Por sua vez, 2019, atesta uma diminuição considerável nos registros criminais, dentre as principais razões, pode-se exemplificar as ações públicas, nas esferas federais, municipais e sobretudo, estaduais através de projetos e ações governamentais voltadas a segurança pública, como o “Em Frente, Brasil”²⁰, cujo foco era o enfrentamento a criminalidade violenta, além do programa do governo estadual, “Territórios pela paz-TERPAZ”²¹.

Outro fator que pode ser considerado está no fenômeno da pandemia de um novo vírus, que ficou conhecido como “Corona Vírus” (OPAS,2020), que mudou drasticamente as dinâmicas sociais de diversos âmbitos, inclusive as da criminalidade. À exemplo dessas modificações está o aumento de outras tipologias, como a ameaça, lesão corporal, e o próprio feminicídio, enquanto uma especificação do homicídio.

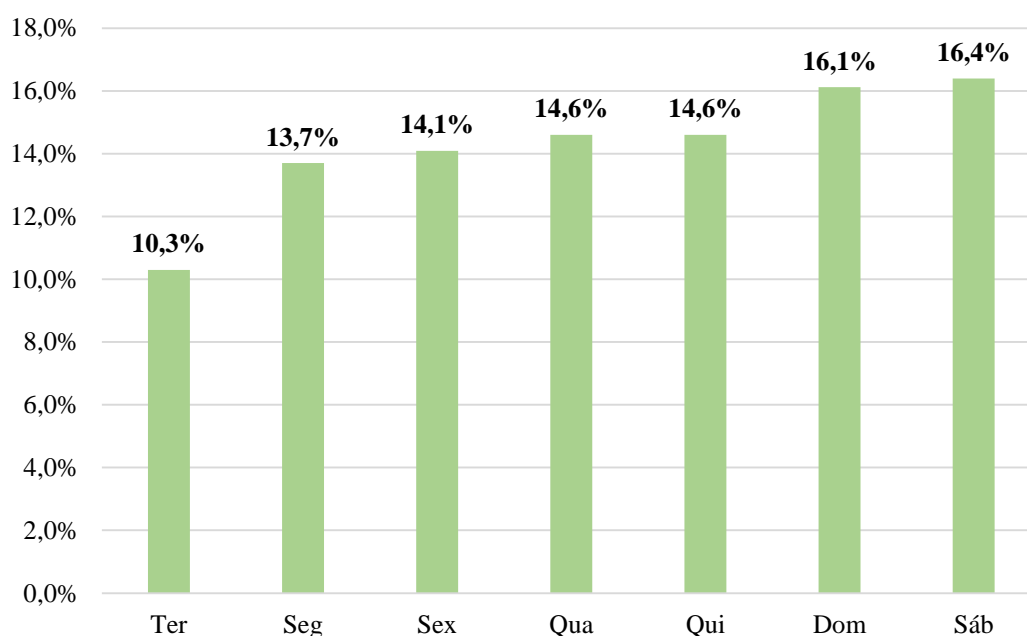
²⁰ “Em Frente, Brasil” é um projeto-piloto do Governo Federal de enfrentamento a criminalidade em algumas cidades brasileiras, dentre elas, Ananindeua-PA.

²¹ O programa “Territórios pela Paz – TERPAZ”, representa um conjunto de ações do Governo Estadual, que possui entre suas metas a redução nos índices criminais em alguns bairros de Ananindeua-PA.

Desse modo, 2019 e 2020 expressam uma redução nos quantitativos de mortes, porém, ainda assim, não exclui o fato de Ananindeua representar uma das áreas mais violentas do Estado. Entendendo-se então que na verdade esses recortes constataam mudanças nas dinâmicas criminais, importantes para esse estudo.

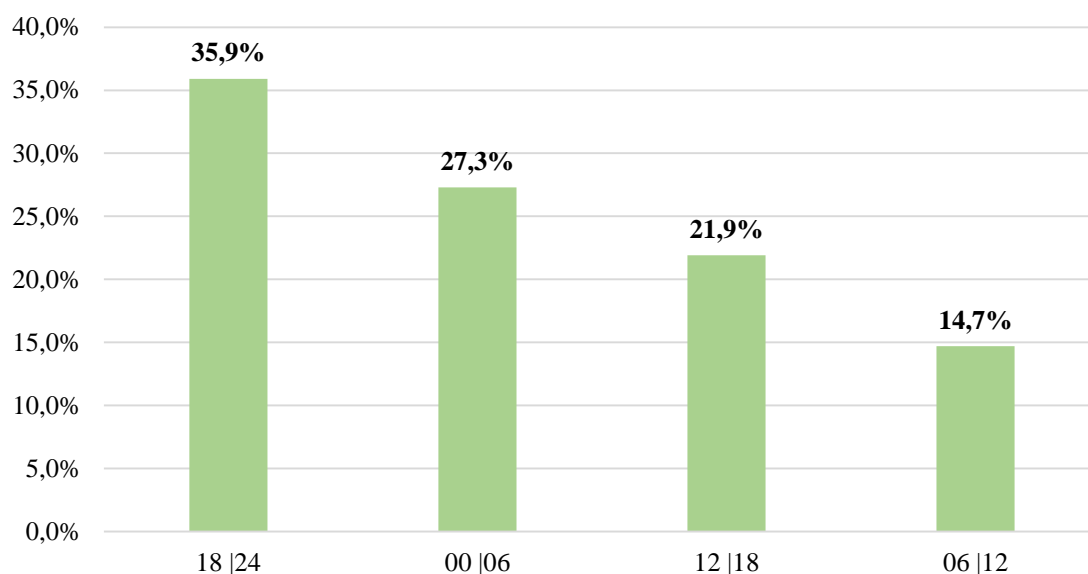
Ainda sobre o comportamento temporal, observou-se que os crimes se concentraram sobretudo nos meses de abril (12%), janeiro (11%) e março (9%). Além disso, em relação aos dias e horários em que as mortes tendem a ocorrer, chegou-se à conclusão de que o maior número concentra-se aos sábados e domingos, principalmente nos turnos da noite e madrugada (gráficos 2 e 3).

Gráfico 2: Percentual dos homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020, por dia da semana.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUP/PA (2021).

Próximo de 16,4% dos episódios ocorreram nos sábados e 16,1% aos domingos, assim é possível atestar que as mortes se concentraram nos finais de semana, o que corresponde a 32,5%. No mesmo viés, constatou-se que por volta de 35,9% dos acontecidos foram executados entre as 18h e 24h, acompanhado de 27,3% que se deram entre às 00h e 06h, ou seja, os assassinatos se aglomeraram sobretudo durante o período noturno (gráfico 3).

Gráfico 3: Percentual dos homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020, por faixa de hora

Fonte: SISP/SIAC/SEGUP/PA (2021).

Diversas hipóteses podem ser levantadas a partir dessa constatação, como a influência das precariedades existentes, em que se destaca a iluminação pública e as vias com pouco fluxo de pessoas, o que dificulta no reconhecimento dos autores dos crimes, bem como o contexto de festas, comercialização de drogas que alteram o senso de discernimento das pessoas envolvidas nesse tipo de crime, especificamente nas áreas mais isoladas dos bairros. O que se evidencia também no fato de que 418 dos 589 crimes ocorreram em vias públicas, em contextos marcados por essas condições.

Nesse sentido para alguns dos entrevistados, essas afirmativas são confirmadas, em um primeiro momento por conta das precariedades e posteriormente em razão das dinâmicas da sua principal área comercial:

Eu acho que deve ter cuidado nos dois momentos, mas a noite a incidência de crimes aqui na região é bem maior, por conta da falta de iluminação, por conta da menor circulação de pessoas aqui no bairro, fica mais propício do crime ser feito a noite (informação verbal)²².

Pra te ser sincero, as mortes ocorrem mais na parte da noite [...] eu acho que a questão da falta de iluminação, pouca gente na rua, isso tudo contribui. Tem a questão também do canteiro, as festas, as drogas que se vendem [...] isso tudo contribui (informação do bairro)²³.

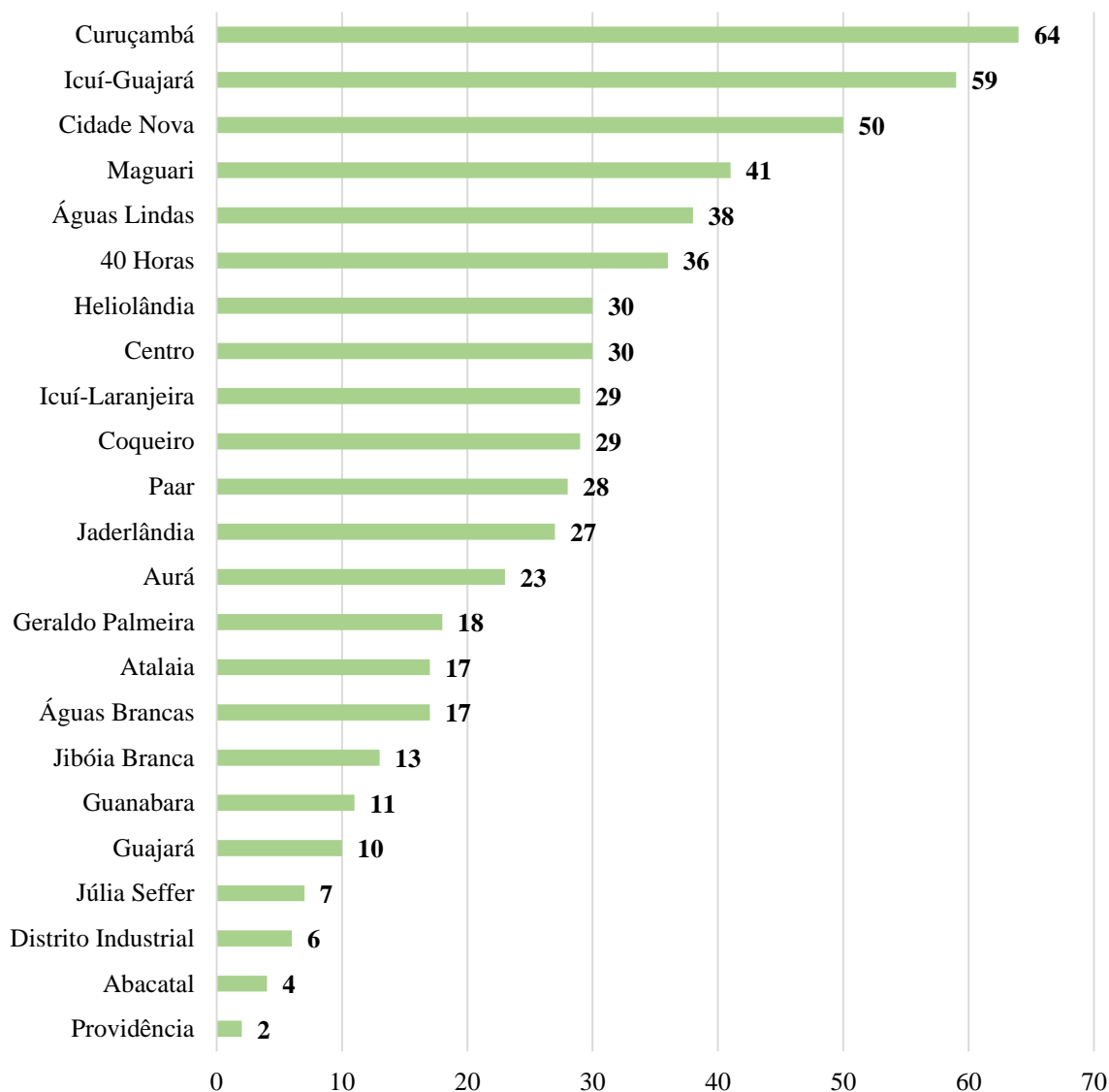
Assim, mesmo com a diminuição recente nos casos de homicídios dolosos, em 2020, Ananindeua representou o terceiro município com maior quantitativo desses

²²Entrevistado 10 – morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Março, 2019.

²³Entrevistado 11 – morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Março, 2019.

crimes. Desse modo, na escala dos bairros, destacam-se o Curuçambá, Icuí Guajará e Cidade nova, enquanto áreas de maior concentração criminal nos 3 anos (gráfico 4).

Gráfico 4: Homicídios por bairros em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Salienta-se previamente que os bairros de maiores quantitativos, comumente, possuem relação a centro de espaços precários, o que torna comum o surgimento de questionamentos acerca das razões que sustentam esse quadro. Elementos atrelados a população, precárias infraestruturas públicas, a carência social, insuficiência no papel do Estado, o despreparo na atuação das forças policiais, estão entre os comuns argumentos apontados.

Para o DPC 02, fatores como desestruturação urbana, desemprego e a participação de novos agentes criminosos são fundamentais para se compreender esse cenário:

Bom, primeiramente em razão da ocupação desorganizada que essas áreas sofreram, ausência de alguns serviços do estado, onde as pessoas em sua maioria por desocupação profissional acabam arregimentadas para o crime, pro tráfico de drogas e assim passa não somente a brigarem entre si por disputa de ponto de venda de droga, mas também em confronto com as forças policiais. Recentemente, nós temos encontrado alguns grupos criminosos, que nós podemos identificar como milicianos também praticando os crimes de segurança privada, em razão disso cobrando taxas, e aquelas pessoas que não pagam são mortas, ou aquelas pessoas que atentam contra os patrimônios das pessoas que pagam a segurança privada também são mortas e também temos a milícia do tráfico de drogas nessas áreas (informação verbal)²⁴.

No mesmo viés, um Agente Federal da Polícia Federal, lotado no Estado do Pará, acredita que as questões populacionais, relacionadas a carências sociais e a atuação de grupos específicos na criminalidade desempenhem papel ímpar em tais dinâmicas:

Existem alguns fatores que contribuem para incidência desses crimes, um dos fatores é populacional [...] Outros fatores que acrescentam a esses dados são vulnerabilidade social, a gente observa que esses bairros têm grande número de pessoas com baixo nível de renda, e onde a gente já observou que existe tráfico de drogas e atuação de grupos armados, como milícia e grupos de extermínio (informação verbal)²⁵.

Complementar a isso, pode-se entender que embora:

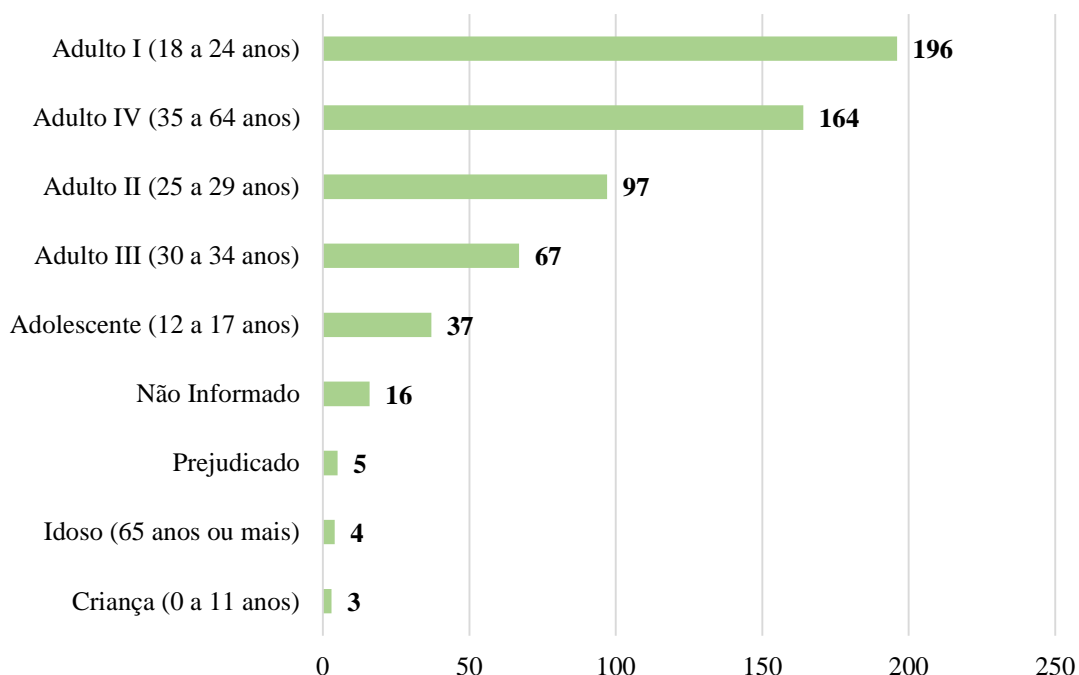
[...] a violência urbana esteja presente como um importante agravamento à saúde, direta ou indiretamente afetando toda a população da cidade, os riscos de mortalidade por homicídios são bastante diferenciados segundo as condições de vida dos grupos sociais. As pessoas que vivem nas áreas onde predominam condições precárias de vida apresentam riscos maiores do que aquelas que vivem em áreas com melhores condições. Subordinadas a essa determinação macro-estrutural atuam as diferenças de exposição entre grupos de idade e sexo modulando o risco de homicídios (BARATA et al., 1999, p. 57).

Inclusive, para Beato Filho (2012, p. 70) “O fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização”, que basicamente possui como suas características principais, o caráter acelerado, concentrador e desigual, que se pauta na segregação socioespacial.

Como parte das características dessa desigualdade está a inserção cada vez mais frequente das faixas etárias mais novas no meio criminal. Prova disso pode ser percebido ao se estudar o perfil etário das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA (gráfico 5).

²⁴ Entrevista com Delegado 02 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Janeiro, 2019.

²⁵ Entrevista com um Agente Federal da Polícia Federal do Pará. Belém. Janeiro, 2019.

Gráfico 5: Faixa etária das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.

Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Constata-se que o principal núcleo atingido (18 a 24 anos) corresponde a cerca de 33% das vítimas de homicídios. Essa realidade fica ainda mais evidente ao se expandir a faixa do intervalo de idade, considerando também os adolescentes, assim ao todo, de 12 a 24 anos somam 233 mortes, o que condiz a aproximadamente 40% dos assassinatos entre os anos de 2018 e 2020.

Beato Filho (2012) ressalta que “um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressor, seja como vítima, são os jovens”, o que sustenta o caráter ambivalente da forma com este setor social se relaciona com as mortes violentas, em especial os homicídios, o que suscita a necessidade de se compreender tais dinâmicas especificamente na camada mais nova da população (SILVA, 2014).

Dentre as causas, indica-se:

As taxas de homicídios extremamente altas em adolescentes e adultos jovens, observadas também em outros países americanos, parecem estar extremamente ligadas aos efeitos das difíceis condições de vida e à frustração das necessidades básicas. As oportunidades econômicas e educacionais inadequadas, a instabilidade familiar, a falta de perspectivas de ascensão social e a exposição frequente à violência são apontadas como fatores que aumentariam o risco de morte por homicídios nesses grupos (BARATA et al., 1999, p.56).

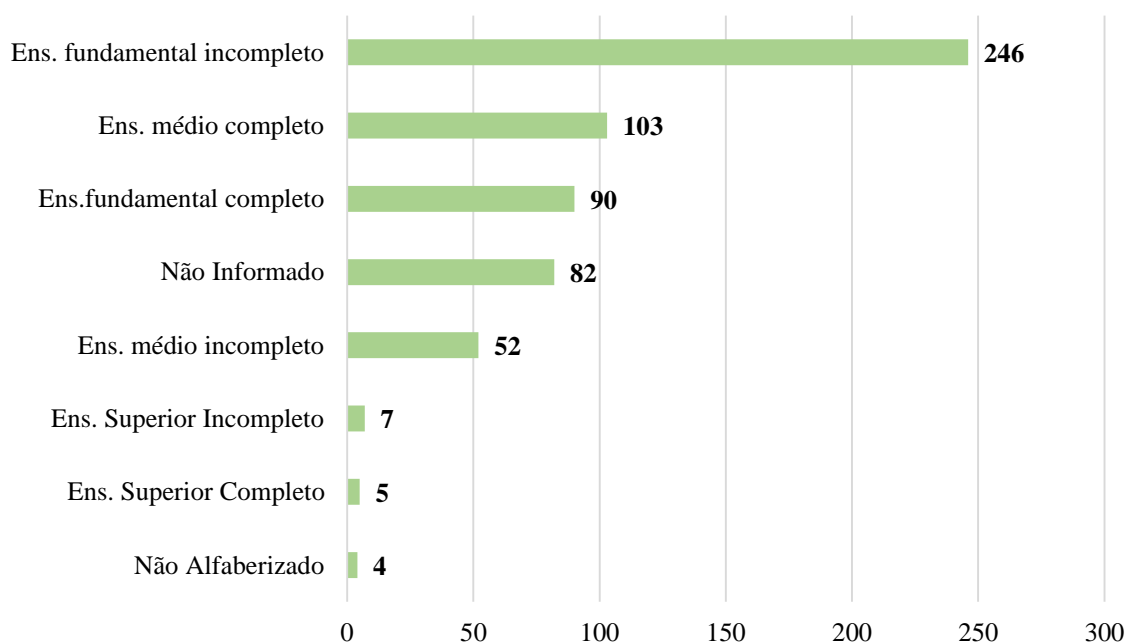
Para Cardia (2005) não é motivo de surpresas que as taxas de mortes de maneira predominante se concentrem nas camadas mais jovens, sobretudo, as que estão inseridas em um contexto de baixa escolaridade, baixa renda e elevado índice de desemprego, pois se trata de um comportamento comum especialmente nas duas últimas décadas. Na verdade, espanta-se que, ao invés de se progredir no acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e segurança, têm-se acentuado os níveis de desigualdades nesses espaços.

Em específico, ao se considerar os fatores educacionais, muitos são os debates sobre o papel que essa área pode desempenhar em relação a criminalidade, sobretudo, no meio dos mais jovens. Sobre isso, destaca-se que:

Duas teorias têm tomado o centro do debate sobre as causas da hipercriminalidade brasileira. De um lado, há os defensores da teoria das portas fechadas, para quem o fenômeno resulta da impunidade, da ausência de leis duras e da baixa taxa de encarceramento. De outro lado, há os que advogam pela necessidade de se abrir portas para que as crianças e os jovens de hoje em situação de vulnerabilidade socioeconômica não sejam os criminosos de amanhã. De acordo com essa visão, a prevenção ao crime nasce com o correto processo de orientação, supervisão e educação, desde a primeira infância, e segue com o oferecimento de boas oportunidades educacionais no ensino básico, que faça estreitar os elos de concordância dos valores individuais com os valores da cidadania, ao mesmo tempo em que possibilita aos jovens melhores inserções no mercado de trabalho. (CERQUEIRA, 2016, p. 32)

Em contraste a isso, quando se analisa o histórico escolar das vítimas de homicídios em Ananindeua, observa-se o seguinte cenário (gráfico 6).

Gráfico 6: Escolaridade das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020

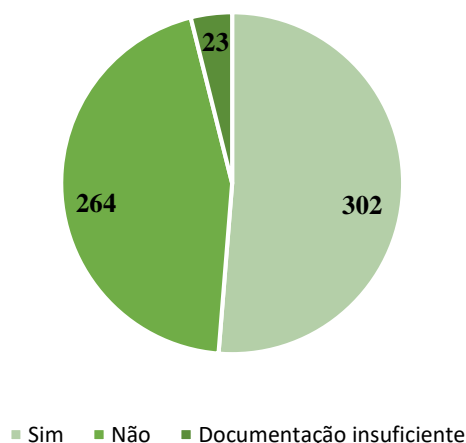


Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Nota-se que 246 das pessoas assassinadas não possuíam nem mesmo o ensino fundamental completo, ou seja, cerca de 42% do total demonstra que a ascensão educacional não é comum entre os atingidos por esse tipo criminal. Quando se estende a análise para o nível médio, constata-se que aproximadamente 10% não concluíram essa fase estudantil. Assim, constatou-se uma relação existente entre a educação e os índices criminais, acreditando-se aqui que o ensino de qualidade é fundamental para a mudança desse quadro.

De maneira complementar, através de levantamentos documentais, pôde se perceber que as vítimas de homicídios, em quantidade expressiva possuía algum tipo de vínculo com o universo de crimes. Dentre a amostra, 302 pessoas possuíam algum tipo de infração cometida (gráfico 7).

Gráfico 7: Histórico criminal das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.

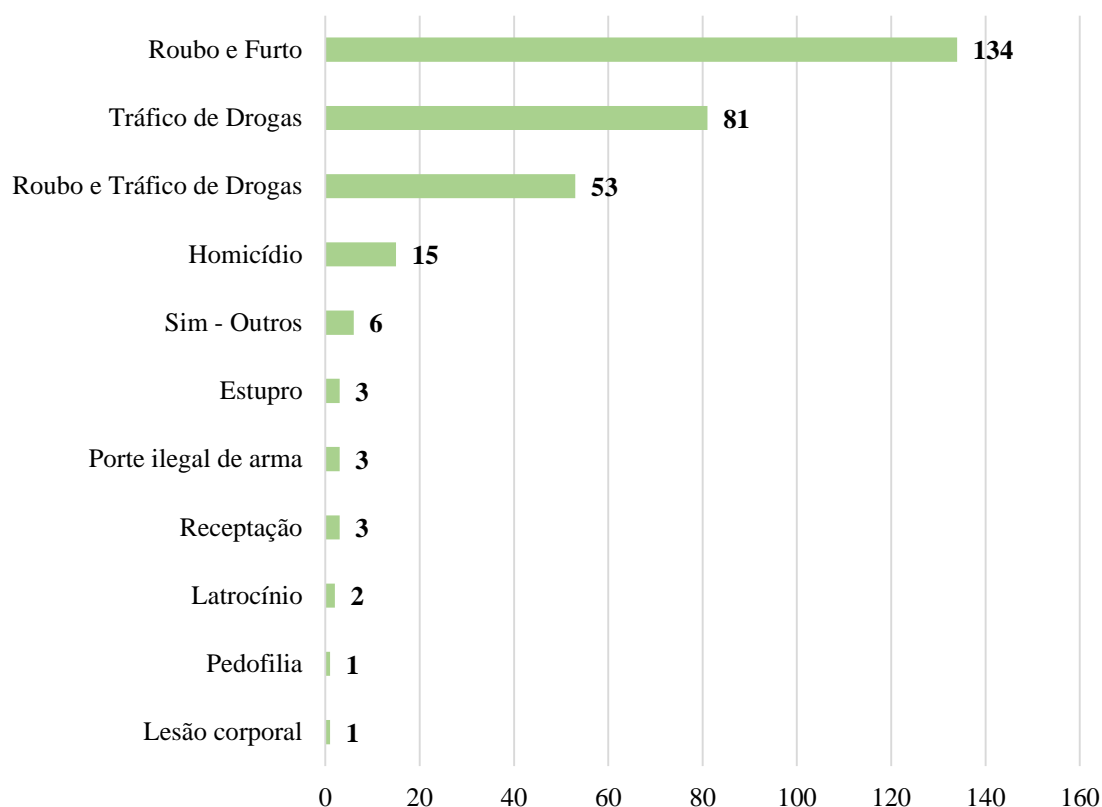


Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Ou seja, perto de 52% do total em determinado momento cometeu algum delito. Isso traz à tona questionamentos, sobretudo, os que levam ao entendimento sobre a importância de um acompanhamento capacitado e estratégias que visem a retirada dessas pessoas dessa realidade, antes de se chegar a via extrema que desagua na perda de uma vida.

Outro passo importante na compreensão dos padrões dos envolvidos na criminalidade violenta, aponta na direção do estudo dos crimes comuns entre eles. Desse modo, evidenciou-se que a maior parte deles apresentam em sua ficha criminal a prática de roubo e/ou furto, seguido do tráfico de drogas (gráfico 8).

Gráfico 8: Crimes praticados pelas vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

De acordo com o gráfico acima, em torno de 45% dos que possuíam algum tipo de envolvimento criminal, responderam penal e juridicamente pelo cometimento exclusivo de roubo e/ou furto. Ao ampliar essa visão, surge o tráfico de drogas, que representa 26% do universo estudado, acompanhado pelo grupo roubos/tráfico de drogas que configura outros 17%, ou seja, em conjunto esses três crimes correspondem a um pouco mais de 88% do total.

Diversas são as razões que aqui podem ser expostas, dentre elas, uma resposta mais rápida as necessidades financeiras, sensação de prestígio e poder, bem como suposta aceitação ao contexto que se está inserido. Fato é que a inserção das camadas criminais é cada vez mais comum, com destaque ao tráfico de drogas que é uma realidade nos bairros estudados e as práticas que envolvem esse conjunto de ilicitudes, recorrem habitualmente aos mais jovens como canais de sua procriação. Assim como, as facções criminosas se fortalecem diariamente através de suas múltiplas estratégias, que envolvem inclusive ações de cunho social.

Desse modo, não bastasse os desafios históricos presentes nas periferias, tais como a pobreza, hoje se fazem presentes novos dilemas, à exemplo do crime organizado e articulado. O que traz à tona a necessidade do debate que passa por algumas questões: o tráfico de drogas se limita as periferias? As facções criminosas atuam apenas nos bairros pobres? Aqui adotamos a ideia de que essas atividades se estendem no todo, baseando-se de que “não há mais como negar que o comércio de drogas ilegais tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade” (ZALLUAR, 2019, p.70).

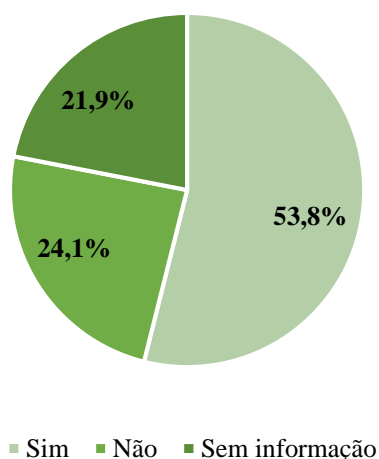
Ou seja, o principal ponto está em saber como essas dinâmicas ocorrem de acordo com as características locais, afinal, quanto ao tráfico:

O crescimento de seu consumo aponta para a existência de um mercado de drogas clandestino que produz, distribui e comercializa seu produto. A organização e a eficácia deste mercado expõem ainda as relações socioeconômicas que o sustentam. Não cabe adotar, portanto, a postura ingênua de considerar o uso de drogas como decorrente apenas de mero ato volitivo do indivíduo. Mostra-se evidente a inter-relação e a interdependência existente entre o usuário e o contexto que o circunda (PAULINO; JELOÁ, 2000).

Assim, alguns aspectos se sobressaem nessas áreas de tensões (CHAGAS, 2014), como a entrada cada vez mais cedo ao universo do crime, a manutenção de mitos que reforçam uma visão deturpada das áreas menos favorecidas e sobretudo, a banalização da morte.

À propósito, ao se analisar o perfil das vítimas quanto ao uso de drogas ilícitas, obteve-se o seguinte quadro (gráfico 9).

Gráfico 9: Percentual de uso de drogas por parte das vítimas de homicídios em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.

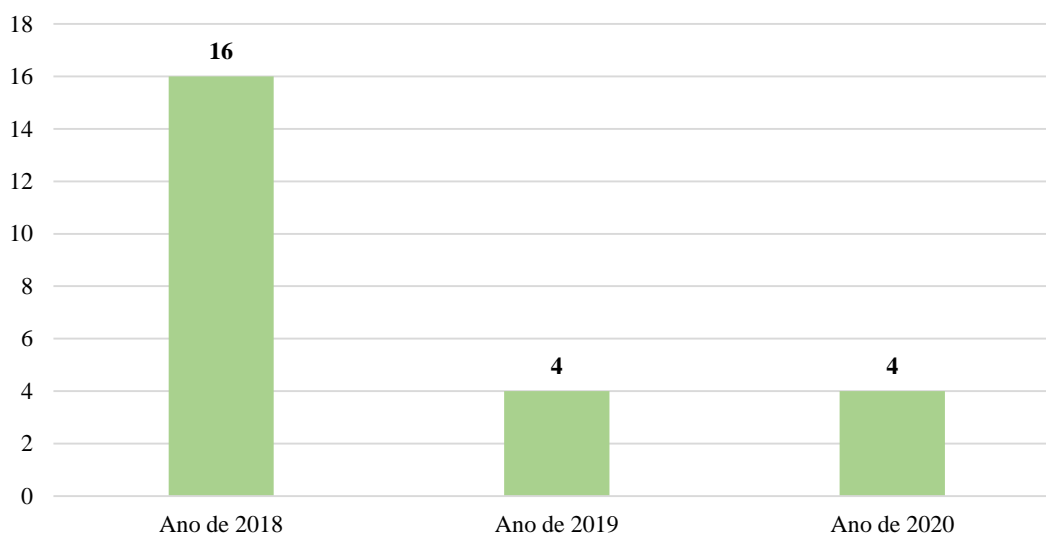


Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Baseado nos números, 317 das vítimas eram usuárias de drogas, ou seja, aproximadamente 54% delas faziam uso de substâncias ilícitas. Outro fator que demonstra o padrão das vítimas de homicídios em Ananindeua, uma maneira também de se ilustrar o alcance do tráfico de drogas e como ele influencia diretamente nos índices de mortalidade violenta.

Entre as vítimas de crimes violentos, cabe salientar as que pertencem as agências de segurança pública: Polícia militar, Polícia civil, Corpo de bombeiros militar, Guarda Municipal e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Ao todo, nos 3 anos considerados, foram mortos 24 profissionais (gráfico 10).

Gráfico 10: Mortes de agentes de segurança pública em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

De acordo com as tipificações, 16 foram homicídios e 8 foram latrocínios. Entre as forças, a principal atingida foi a polícia militar com 19 mortes. Além disso, em primeiro lugar está o bairro da Cidade Nova como principal lócus desses crimes, 4 execuções, acompanhado do Curuçambá, que apresentou o mesmo montante.

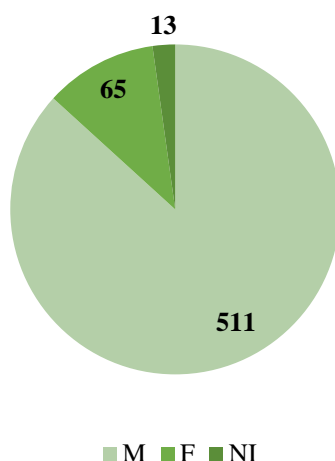
Comumente, em vários desses atos, está o papel desempenhado pelas facções criminosas, através de suas determinações, popularmente conhecido como “salves”, que basicamente são as ordens estipuladas pelas lideranças, normalmente vindas de dentro dos presídios, cujo objetivo habitual é tirar a vida do agente de segurança pública.

Esses grupos se articulam territorialmente para além do espaço dos presídios através de atores sintagmáticos, e alcançam as mais diversas áreas de uma cidade,

especialmente por e a partir das periferias (REIS NETTO; CHAGAS, 2019), um exemplo disso está nas ordens para o cometimento desse tipo de ação.

Ainda sobre as vítimas, no geral, outra informação pertinente está no fato de que dos crimes ocorridos no período considerado, 511 eram do sexo masculino, 65 eram mulheres e em 13 ocasiões não se havia alcançado uma definição até o desenvolvimento deste trabalho (gráfico 11).

Gráfico 11: Sexo das vítimas de homicídio ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



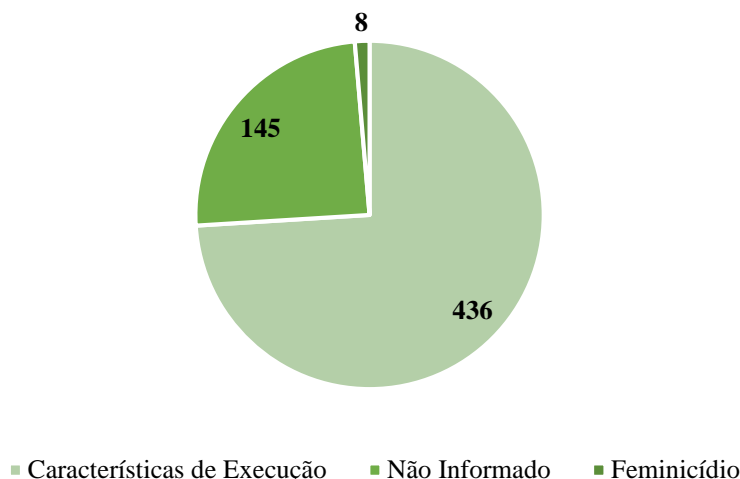
Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Ou seja, em sua maioria, os homicídios apresentaram como vítimas, pessoas do sexo masculino, equivalente a aproximadamente 87%. Em relação as do sexo feminino, algumas características se destacam, dentre elas, aponta-se o fato de que significativamente uma parte desse grupo possuía algum tipo de vínculo com a criminalidade, mais especificamente, 22% do total apresentavam histórico de envolvimento com o crime e sobretudo, com o uso de drogas.

Como visto, nem todas as vítimas possuíam algum tipo de envolvimento criminal, parte desse grupo se enquadra em outras nomenclaturas, a exemplo dos casos de feminicídios, onde ao menos oito crimes ocorreram nas condições que se enquadram dentro dos critérios necessários, ou seja, elas foram mortas única e exclusivamente a fatores atrelados ao gênero (TOLOSA; CHAGAS; LIMA, 2020).

Nesse sentido, é importante ir além e compreender as demais classificações dos homicídios, destacando-se assim, o padrão marcado por características de “execução”, representando 436 casos, o que corresponde ao valor aproximado de 74% (gráfico 12).

Gráfico 12: Tipificações dos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Entende-se então que uma parcela relevante das condutas se deram a partir de ações em que os autores objetivaram um único fim, que é a morte de seu alvo, sem hesitar, normalmente com mais de um disparo de arma fogo, em áreas do corpo que potencializem isso, como o crânio e o coração, sem dar chances de reação a vítima. Com isso:

Seus sintomas mais visíveis compreendem emprego de violência excessiva mediante uso de potentes armas de fogo (daí a função estratégica do contrabando de armas), corrupção de agentes do poder público, acentuados desarranjos no tecido social, desorganização das formas convencionais de controle social (ADORNO, 2002, p.8).

Para o DPC 01 isso se dá principalmente por conta do tráfico de drogas e pela atuação das milícias. E ainda para ele, ressalta-se a existência de crimes execução com requinte de crueldade, comuns as facções criminosas:

Em compensação quando você pega uma execução praticada por uma facção criminosa já tem aquele requinte de crueldade inclusive para dar um efeito pedagógico aos demais integrantes das facções, geralmente nós temos as pessoas degoladas, as pessoas que são esquartejadas, as pessoas que são queimadas vivas e essas ações na sua grande maioria são filmadas e são disponibilizadas nos grupos em que essas facções são participantes (informação verbal)²⁶.

Inclusive, em 14 ações através das leituras foi possível identificar a presença dos “tribunais das facções”, onde ocorreram julgamentos antes das mortes, sobretudo, relacionado a pessoas que haviam desobedecido alguma determinação das facções

²⁶ Entrevista com Delegado 02 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Janeiro, 2019.

criminosas, especialmente com o cometimento de crimes, como roubos e furtos nos bairros locais. Assim, basicamente, as lideranças desses movimentos criminosos, determinam o tipo de punição a se executar, nesses casos, tendo em suas sentenças o mando para tirar a vida.

Outra vertente identificada está na dívida por tráfico de drogas, afinal em 20 casos se identificaram padrões que apontam para uma possível razão desses crimes. Sobre isso, normalmente, se tratam de usuários que não pagaram pelo consumo próprio e também ocorreram situações em que pequenos vendedores não conseguiram arcar com os gastos junto aos traficantes.

Além disso, para o DPC 02, como as peculiaridades desses crimes está o envolvimento de policiais e ex-policiais, com o uso de carros e de armamentos específicos, como a de calibre “.40”:

É, a maioria dos crimes que ocorrem a gente verifica um padrão de serem executados em carros, geralmente os autores dos crimes estão aí vestidos de coletes, de “balaclava”, geralmente com armas calibre ponto quarenta e às vezes em algumas investigações que a gente já fez também, que prendeu alguns grupos aí, geralmente tá relacionado a ex-policiais militares e policiais militares que acabam indo pra esse campo aí pra cometer esse tipo de crime. Normalmente fazendo uma espécie de “limpeza” (informação verbal)²⁷.

Sobre o termo “limpeza” apresentado no relato acima, isso se refere ao assassinato de pessoas que se envolvem coma a criminalidade e que normalmente cometem crimes nos bairros locais. Em relação a essa ideia, resgata-se o que foi apresentado anteriormente, em que aproximadamente 52% das vítimas possuíam envolvimento com o crime, e se acrescenta que treze delas estavam foragidas do sistema penal e doze encontravam-se em monitoramento eletrônico.

Na prática, a diferenciação a partir da autoria dos crimes não é tarefa simples, porém ainda assim, baseado em uma historicidade, torna-se possível apontar alguns elementos particulares de cada um desses grupos, sobretudo, o que envolve a distinção entre facções criminosas e as milícias:

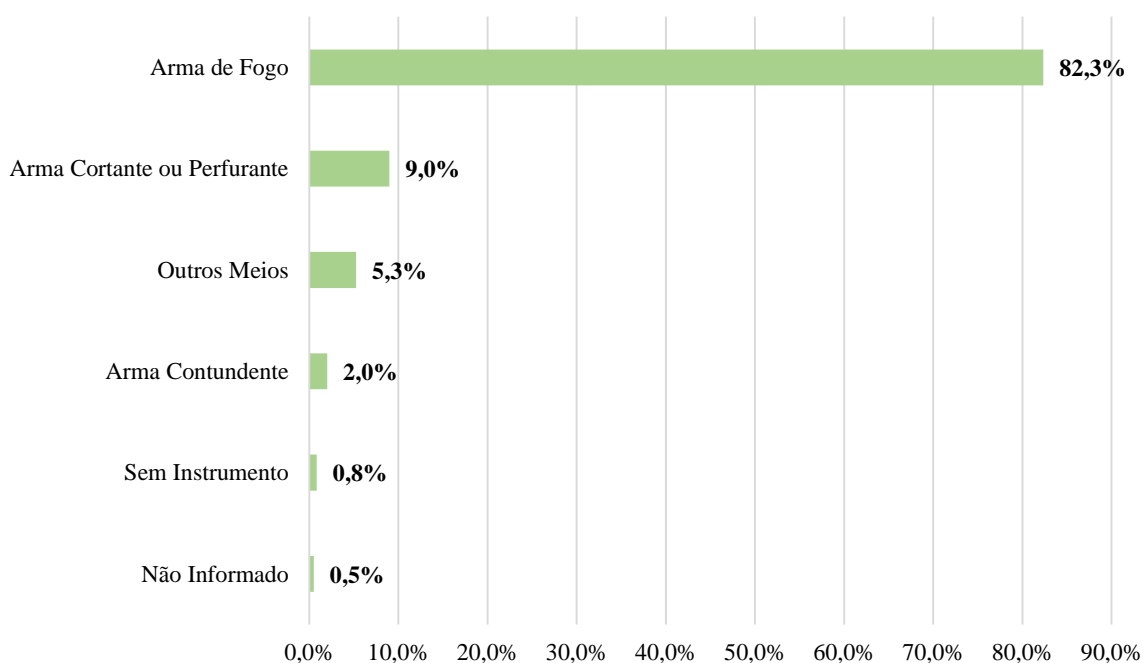
A ação deles é muito parecida, mas a gente tem algumas características que a gente pode até presumir em determinado caso, de antemão que já é a situação de milícia. Regra geral é quando os criminosos são ligados a facções criminosas, cometem crimes eles não utilizam carros, a maioria do que a gente verifica é moto, até para facilitar fuga. A gente verifica também que eles não têm preocupação nenhuma em recolhimento de “estojos” nesse tipo de ação, comportamento. Já quando é milícia, a gente tem aquele padrão, são três ou quatro criminosos, porte físico, eles são mais fortes, podemos dizer assim,

²⁷ Entrevista com Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

justamente aquele perfil de policial e principalmente de policial de grupo tático. A empunhadura da arma a gente verifica, todo o movimento que eles fazem, movimento tático ao descer dos carros, a gente já até verifica nas imagens isso e algumas vezes chega ao absurdo de eles acabarem de executar a vítima e terem toda a paciência de recolher alguns estojos. Então assim, isso é uma característica básica que a gente vê em algumas investigações, em alguns casos em que a gente já faz presumir logo no início pra gente que é a atuação de milícia (informação verbal)²⁸.

Como visto fator essencial para o entendimento dos homicídios em Ananindeua-PA reside na análise do modo com que os autores dos crimes executaram as ações. Desse modo, uma das primeiras condições está no tipo de armamento utilizado (gráfico 13).

Gráfico 13: Instrumento utilizado nos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

No que diz respeito ao armamento utilizado, concluiu-se que em 82,3% dos eventos ocorreram com a utilização de armas de fogo, o que evidencia a presença cada vez mais comum e facilitada desse tipo de armamento, sobretudo, nas periferias em que a criminalidade se propaga.

Para Beato Filho (2012), o retrato do crescimento das mortes violentas está muito relacionado ao fácil acesso às armas de fogo e que os estados com os mais altos índices de homicídios, também possuem os mais elevados coeficientes de mortalidade com a

²⁸ Entrevista com Delegado 03 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Março, 2020.

utilização dessas ferramentas. Assim, a violência por armas de fogo, desta forma, faz parte de um problema mais complexo, que é “o aumento da violência e da atividade criminal como um fato global” (PERES, 2004, p. 33).

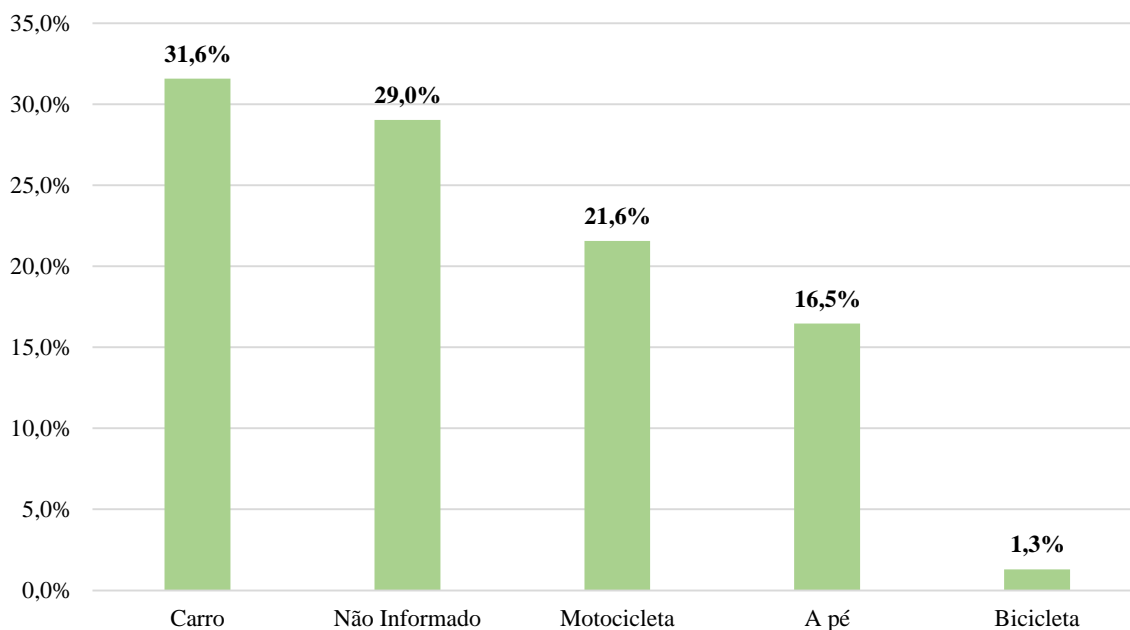
Para Minayo (2009, p.138):

Hoje, em todas as capitais do país, a arma de fogo é o instrumento preferencial para dirimir conflitos e produzir a morte entre as pessoas - sobretudo entre os homens. Atualmente, não se pode falar de homicídio no Brasil e no mundo sem que venha à tona a evidência do envolvimento e da contribuição das armas de fogo, que movimentam um dos maiores mercados da economia global (MINAYO, 2009, p. 138).

Dentre as razões, aponta-se, comumente fatores relacionados à legislação vigente, ao combate policial em relação a busca de armas que foram roubadas e desviadas, assim como do mercado de vendas de armas, que é lucrativo e oferta cada vez mais facilidade no acesso de um desses instrumentos.

Acrescido a isso, em relação à forma de locomoção dos autores dos crimes, registrou-se que as duas principais, trataram-se do carro com 31,6% e da motocicleta com 21,6%, seguido de situações em que os autores estavam a pé, correspondendo a 16,59% (gráfico 14).

Gráfico 14: : Meio de locomoção utilizado nos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

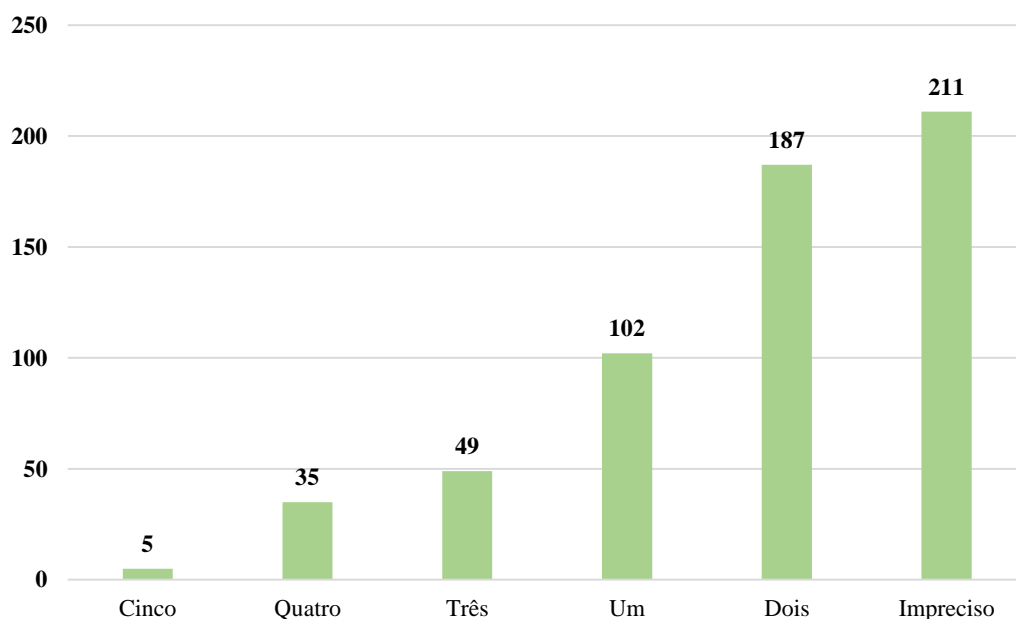
Sobre isso, diversas conclusões são criadas no meio local, entre os moradores, vários são os mitos, dentre eles o medo pelo carro “prata”, que teoricamente estaria entre os elementos principais para a execução dos crimes, conforme se observa nos relatos:

Aqui todo mundo tem medo de carro prata. É o carro da morte [...] não tem que brincar não. Vários, eu acho que 100% dos casos, o pessoal estava com carro prata (informação verbal)²⁹.

A gente ouve falar, nunca vi. Mas a gente escuta que os “caras” chegam de carro prata e saem atirando, sem pena, várias vezes. Se passar um carro prata na rua, todo mundo entra, a noite principalmente, ninguém fica mais na frente das casas como antes (informação verbal)³⁰.

Além disso outra característica importante diz respeito a quantidade de autores que participam em cada uma das ações (gráfico 15).

Gráfico 15: Quantitativo de autores dos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA, entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Baseado no trabalho acima, a maior parte das ações se deram com a presença de dois autores, o que corresponde a 187 crimes, ou seja, em 31,7% dos assassinatos os

²⁹Entrevistado 01 – estudante de letras e morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Fevereiro, 2020.

³⁰Entrevistado 10 – morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Março, 2019.

agentes atuaram em dupla. Outro destaque está nas empreitadas feitas por um único ator, o que representa aproximadamente 18% do total.

Afirma-se ainda que em sessenta e seis crimes os autores estavam encapuzados, maneira de sobretudo dificultar o reconhecimento por parte dos presentes no local e também tentar burlar o trabalho de identificação policial. Em outras trinta e duas ocorrências as vítimas tiveram suas casas invadidas, o que demonstra a astúcia por parte dos autores.

Salienta-se ainda que em seis ocasiões, os autores se passaram por policiais, identificando-se como pertencentes a polícia militar e civil, criando uma cena de um suposto procedimento padrão, quando na verdade utilizaram-se dessa estratégia para executarem seus planos.

Desse modo, é possível olhar para a criminalidade de uma maneira mais específica a partir das informações apresentadas, ao entender as principais características dos crimes, o modo com que os agentes atuam, e quais as condições das vítimas dessas mortes.

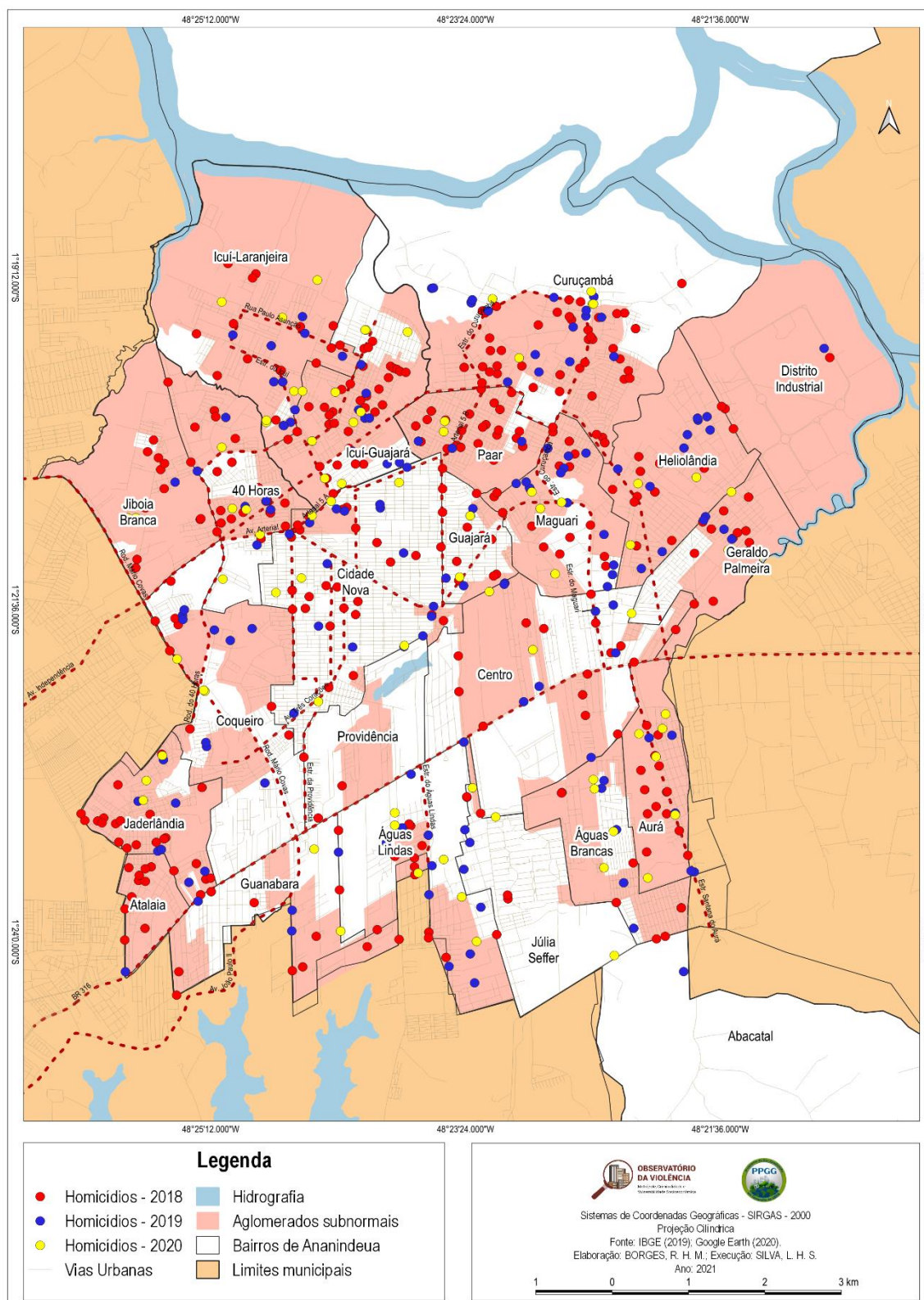
5. CARTOGRAFIA DAS MORTES VIOLENTAS: O MAPEAMENTO DOS HOMICÍDIOS DE ANANINDEUA-PA, ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2020.

Realizada a revisão bibliográfica e o levantamento documental sobre a temática abordada, se adentrará em outro momento, no caso, para o campo mais prático da pesquisa. Para isso, esta etapa do estudo se pautará especificamente na cartografia, vislumbrando apresentar os comportamentos espaciais e territoriais dos homicídios, de modo a entender as dinâmicas desses crimes, os padrões de distribuição em Ananindeua-PA.

Para tanto, inicialmente, optou-se por realizar o mapeamento correspondente aos três anos estipulados para o estudo, de modo que se pudesse observar as dinâmicas de cada recorte, para posteriormente poder entendê-los em conjunto.

Desse modo, o primeiro mapa representa a espacialização dos homicídios ocorridos em Ananindeua-PA entre os anos de 2018 e 2020, onde estão situadas cada uma das mortes registradas. Para isso, cada ponto representa respectivamente um desses crimes. Em vermelho estão os registros de 2018, por sua vez os símbolos em azul correspondem aos delitos de 2019, e a cor amarela condiz aos assassinatos de 2020 (figura 14).

Figura 14: Homicídios em Ananindeua-PA entre os anos de 2018 e 2020



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Em 2018 ocorreram 360 homicídios, o que corresponde a 61% dos crimes registrados no período aqui estudado. Neste recorte, alguns padrões podem ser identificados, dentre eles está o entendimento de que essas mortes possuem um grande alcance espacial, ao se observar como os pontos estão espalhados por diversas extensões de Ananindeua, tanto em zonas mais centrais, como em porções afastadas dos espaços de atração econômica. Destaca-se assim a aglomeração das mortes ao longo dos bairros do Curuçambá, Icuí-Guajará, Cidade Nova, 40 Horas e Maguari, onde os símbolos em vermelho são identificados em inúmeras porções desses locais.

Mesmo com essa característica de espalhamento, aponta-se, sobretudo, para a aglomeração ao longo das áreas mais afastadas desses ambientes, que basicamente condizem as extensões de maior insegurança, tendo em vista as precariedades existentes, tanto em aspectos infraestruturais, como as deficiências atreladas a iluminação pública, acrescido de insatisfatórias condições socioeconômicas, caracterizados por uma educação aquém do necessário, e carências no que diz respeito a alternativas frente a necessidade dos mais jovens.

Salienta-se a centralização de pontos que perpassam ao longo das principais vias desses espaços, à exemplo da estrada do Aurá no bairro do Aurá, a estrada do Curuçambá no bairro do Curuçambá, a rua santa fé no Icuí-Guajará, além da Av. Independência nos trechos correspondentes ao 40 horas.

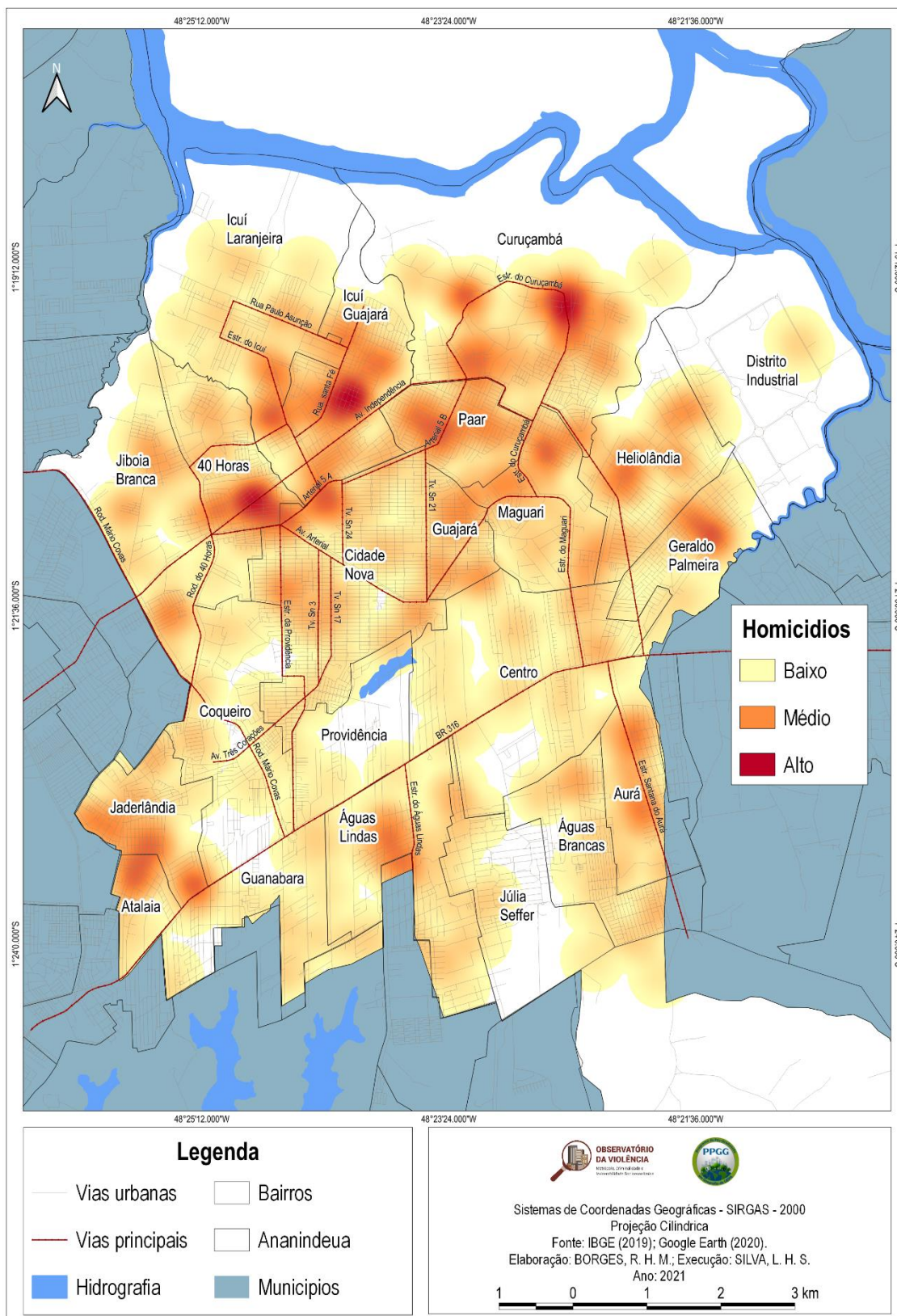
Outro padrão identificado direciona para a convergência de mortes nas áreas comerciais, o que traz à tona a discussão sobre a atuação de determinados agentes nesses espaços, como as empresas de segurança privada e as ações de milícias, bem com as disputas territoriais entre criminosos locais.

Chama a atenção que em 2019 e 2020 ocorreu uma evidente diminuição na concentração criminal em alguns espaços, como o registrado no Curuçambá, Cidade Nova, 40 Horas e Heliolândia.

Apesar dessa mudança positiva é possível notar a manutenção de padrões atrelados a determinadas áreas do Aurá, Icuí-Guajará, Águas Lindas e Jardelândia. Além disso, entre 2019 e 2020, alguns bairros tornaram a apresentar crescimento em seus números, como o Aurá que passou de três para cinco casos, e o Abacatal que subiu de um para três ocorrências.

Complementar a essa análise, apresenta-se o mapa de hotspot, que através do zoneamento criminal mostra os principais padrões criminais correspondente aos três anos escolhidos (figura 15).

Figura 15: Hotspot dos homicídios de Ananindeua-PA entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Nos três períodos considerados, em Ananindeua, totalizaram-se 589 homicídios, cujo expoente está no ano de 2018, com 360 crimes. De posse dessas informações, através do mapeamento, tornou-se possível visualizar os padrões comportamentais:

1. De maneira inicial, ressalta-se que os bairros com maiores quantitativos foram o Curuçambá, Icuí-Guajará, Cidade Nova e Maguari, que juntos totalizaram 214 registros;
2. Como segunda característica, nota-se que predominantemente os crimes se espacializaram sob as áreas de aglomerados subnormais, em que as desigualdades estão mais evidenciadas;
3. Posteriormente, aponta-se o fato dos crimes terem se concentrado nas principais vias do município: Av. Independência; Av. João Paulo II; Rod. Mario Covas e em trechos da BR-316;
4. A Av. Independência, enquanto a principal alternativa para ligação diversos bairros, apresentou número expressivo de mortes;
5. Destacam-se a centralização de CVLIs nos bairros do Icuí, Curuçambá, Águas Lindas, Atalaia e Jardelândia;
6. Notoriamente, limites entre determinados bairros, apresentam-se também como espaços de elevada frequência criminal, destacam-se: PAAR – Curuçambá; PAAR – Icuí; Atalaia – Jardelândia; Águas Lindas – Centro;
7. Parte das mortes registradas ocorreram entre limites municipais, sobretudo, entre Ananindeua e Belém;
8. Parcela significativa dos crimes concentraram-se na área comercial, a exemplo da Av. Rio Negro e sobretudo, ao longo da Arterial 5-B, no Canteiro Central do Paar;
9. Os padrões observados nos três anos abordados são semelhantes e apresentam pouca diferença;

Dessa forma, Ananindeua apresenta-se como uma área expressamente violenta, com especificidades observadas em suas formas espaciais e territoriais, onde inúmeros agentes se apropriam de porções locais, com o objetivo de estabelecer suas práticas e alcançar seus respectivos objetivos, mesmo que para isso, em alguns momentos, recorra-se a ilegalidade.

Os homicídios, entre os anos de 2018 e 2020, situaram-se em diversos pontos, não se restringindo a uma única fração, o que de maneira inicial reforça a ideia da

multiplicidade territorial, ao menos, no sentido estrito de seu extenso alcance. Como se pode observar no mapa síntese (figura 15), as manchas criminais atingiram parte significativa do bairro.

No contexto de desigualdades, sustenta-se a heterogeneidade de atores, em que se destacam o Estado, com destaque aos agentes de segurança pública, os justiceiros, as milícias privadas, facções criminosas, pessoas atreladas ao tráfico de drogas e ainda, atores que direta e indiretamente financiam a criminalidade.

Em meio ao jogo social, marcado por assimetrias, precariedades, relações de poder, violências e sobretudo, a criminalidade, encontra-se no território um canal para a realização de atividades e estabelecimento de dinâmicas. De um lado, indivíduos e grupos que tem na área, o sentimento de pertencimento, pautadas em raízes socioculturais, em outro viés, partidos que se desenvolvem basicamente, em busca de rentabilidade, onde muitos deles, necessariamente, articulam-se com criminalidade violenta.

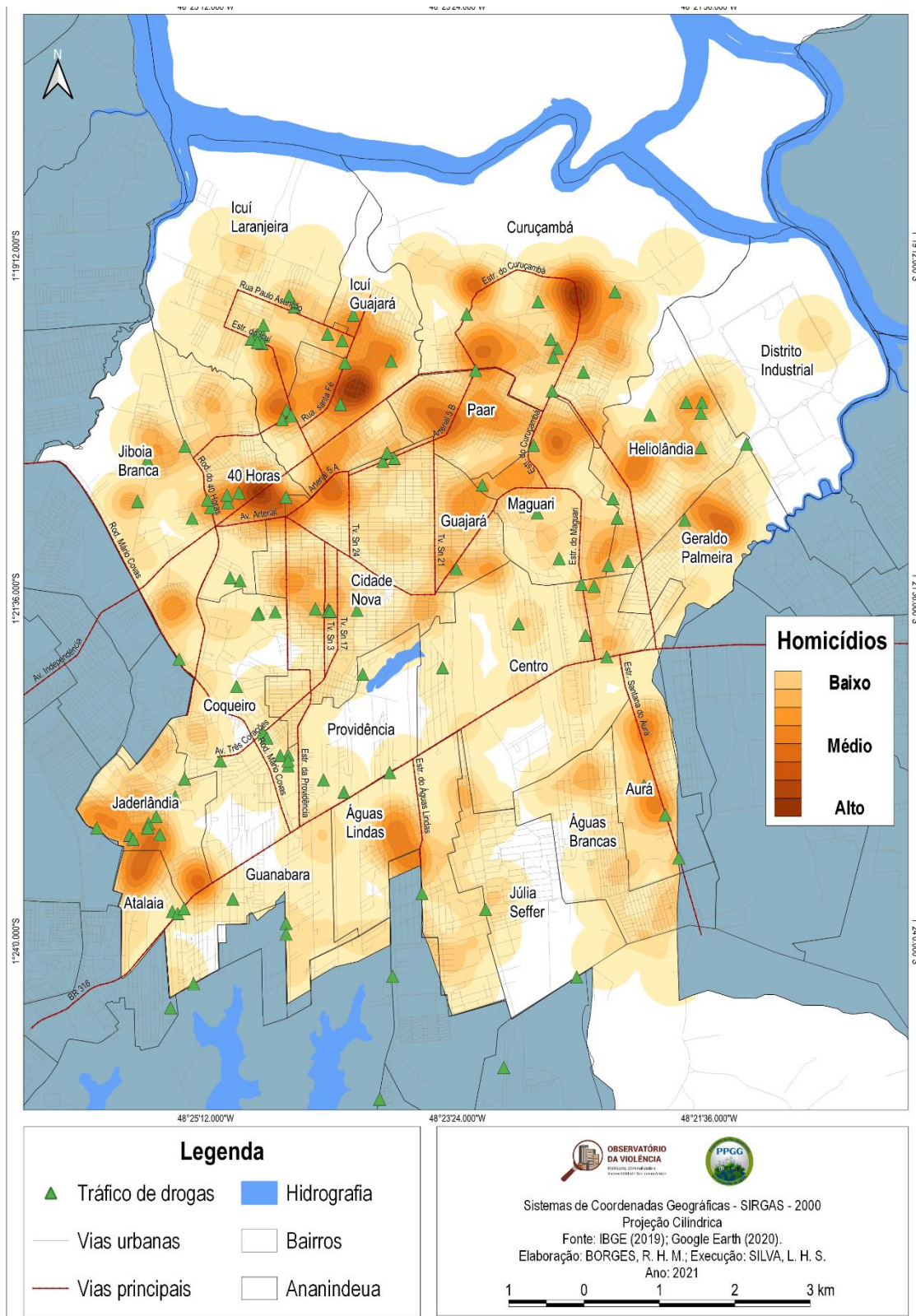
Em uma extensão territorial marcada por aglomerados subnormais, um dos primeiros comportamentos notados, reside no fato de que grande parte dos crimes ocorridos, localizaram-se sob espaços de tais segmentos. Os principais focos de registros, posicionaram-se justamente sob porções em que as mazelas se apresentam de maneira mais acentuada, tanto por um aspecto físico, infraestrutural, no sentido da iluminação pública, pavimentação das vias, saneamento básico, bem como na perspectiva de investimentos em educação, saúde, lazer e segurança, comumente, insatisfatórios que se refletem na forma do desemprego e da pobreza.

Nesse cenário, a criminalidade e conseqüentemente seus atores encontram um campo propício para sua atuação, sobretudo, por conta das dificuldades vivenciadas por parte imponente da população residente. Especialmente os jovens buscam através da ilicitude a sobrevivência frente as insuficiências, principalmente, a partir do tráfico de drogas, que é uma das práticas mais rentáveis a curto prazo.

Esses espaços são marcados então por constantes confrontos, que geram inúmeras mortes, cujos autores, atuam de acordo com variáveis intenções, alguns por uma suposta limpeza social gratuita, outros por disputas de pontos de entorpecentes, por exemplo, e ainda pessoas que matam a partir de pagamentos.

Nesse sentido, cabe relacionar o comportamento dos homicídios e os pontos relativos a tráfico de drogas (figura 16).

Figura 16: Hotspot dos homicídios de Ananindeua-PA e o tráfico de drogas entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Entre 2018 e 2020 foram registradas 94 ocorrências relativas a tráfico de drogas em Ananindeua. Desse montante, concentraram-se os maiores quantitativos ao longo da Cidade Nova (15 casos), Icuí-Guajará (11 Casos) e Centro (11 casos), o que juntos representam aproximadamente 40% do total. Dos delitos, aproximadamente 57% se deram em via públicas, seguido da residência particular que totalizou 29%.

Muitas são as discussões quando se propõe entender a relação entre o tráfico de drogas e os homicídios. Especialmente nos últimos anos, defende-se a tese de que as mortes relacionadas a tráfico de drogas, especialmente no que diz aos crimes cuja motivação seria a dívida de usuários, não tendem a ocorrer nos pontos de comercialização desses ilícitos, sobretudo, para se evitar a presença das forças policiais.

Fato é que como se pode observar (figura 16), os pontos de tráfico se espacializam por diversas áreas de Ananindeua, em proximidades as zonas atingidas pelos assassinatos. Contudo ressalta-se que essas apreensões de modo geral não se posicionaram ao longo do centro das “manchas de calor” concernente aos assassinatos, o que de certa forma abrange a ideia de não se querer chamar a atenção para esses territórios.

Acrescenta-se que 36% dessas ocorrências se deram durante os períodos da noite e da madrugada. Aqui é necessário interligar essa característica às informações trazidas anteriormente, sobretudo as que indicam a principal faixa-hora dos homicídios, ou seja, sabe-se que eles são semelhantes nesse aspecto, tendo em vista que um pouco mais de 50% dessas mortes ocorreram justamente durante esses horários.

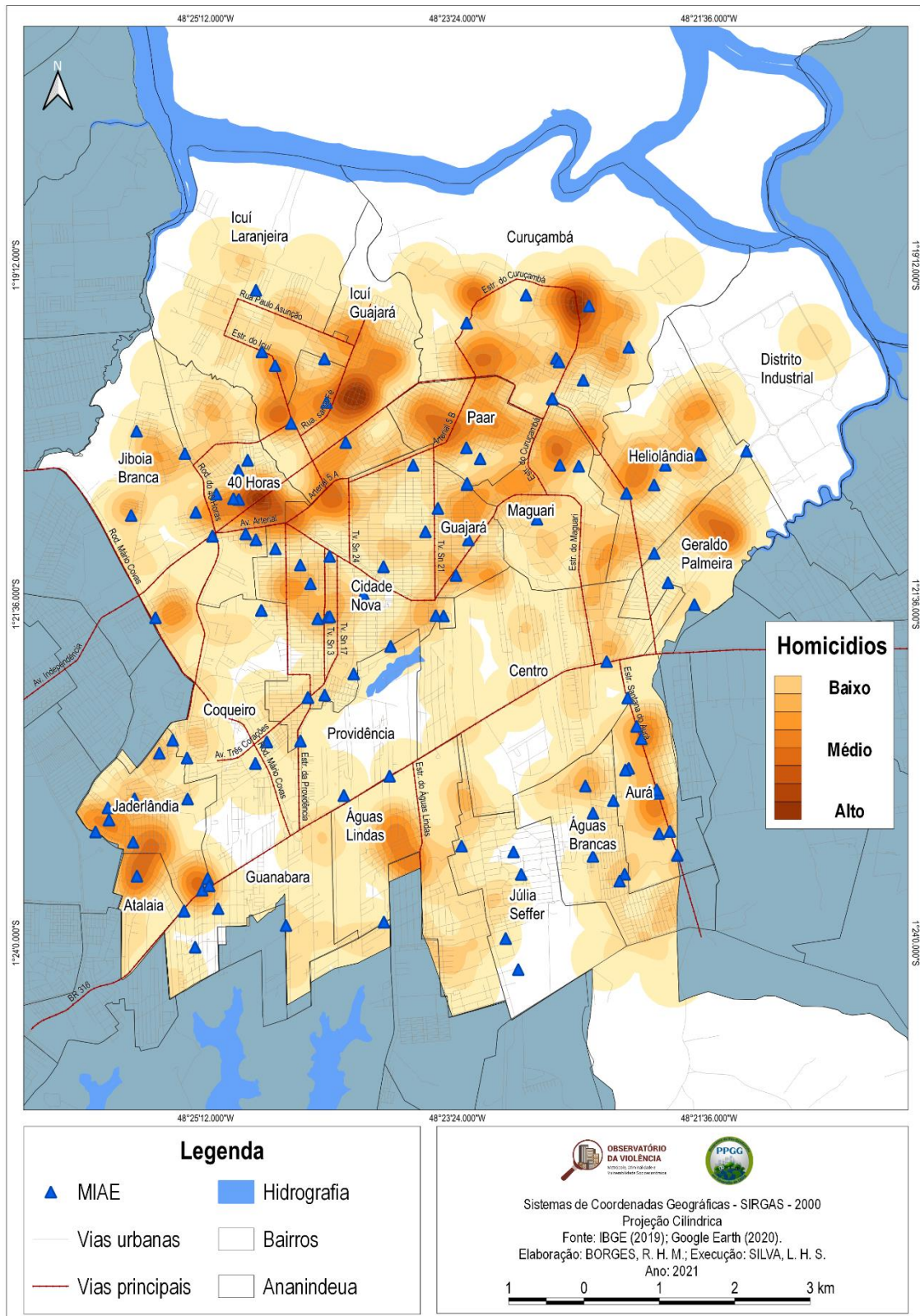
Ressalta-se que frequentemente entre as peças documentais relativas aos homicídios, percebe-se em relatos de testemunhas de que muitas das vítimas se tratavam de pequenos traficantes locais que saíam durante a madrugada para vender os seus “produtos” e eram assassinados justamente durante essas atividades ilegais.

O mesmo vale para os usuários, que ao procurar produtos para o seu consumo, acabaram assassinados. Alguns deles, conhecidos como praticantes de roubos e furtos locais, perderam brutalmente suas vidas nas ruas desses bairros.

Desse modo, constata-se que o tráfico é sim mais um elemento que constitui a criminalidade em Ananindeua, deve-se então pensar nas estratégias de combate aos homicídios, perpassando por políticas voltadas a comercialização de drogas.

Nesse sentido de compreender os detalhes que se atrelam aos homicídios, apresentam-se as mortes por intervenção de agente do estado (MIAE), que decorrem do confronto de profissionais da segurança pública e determinadas pessoas, que normalmente ocorrem quando a uma perseguição, uma resistência à prisão (figura 17).

Figura 17: Hotspot dos homicídios de Ananindeua-PA e os MIAES entre os anos de 2018 e 2020.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Os MIAES, historicamente, são alvos de questões e recentemente, passou-se a tentar entender esse fenômeno de maneira mais detalhada, inclusive, sustentando a hipótese de que muitas dessas ações, na verdade, seriam uma forma de se chegar a morte de um alvo, de modo que não seja classificado como um homicídio:

[...] Isso aí é uma questão histórica, sempre foi muito explorada essa situação de mortes em decorrência de intervenção policial. É, antigamente a gente pode falar que não havia nem investigação acerca desse fato, era simplesmente feito um auto de resistência e era engavetado nas delegacias. Com o passar do tempo com os órgãos correcionais se tornando mais efetivo, começaram até a expedir normas relacionadas a esse tipo de investigação. Hoje, sempre que ocorre um MIAE³¹ ele tem que ser investigado, ele é investigado como um homicídio normal até para verificar se realmente aquela conduta dos policiais realmente configura uma legítima defesa, uma excludente de licitude. Então assim, acho que é um estudo que a gente tem que fazer ainda em relação a isso, pra verificar porque veio esse aumento de MIAEs. Se realmente os criminosos estão mais abusados, já partiram mais pro enfrentamento contra os policiais e acabou resultando disso, ou se o que tá acontecendo é uma maquiagem na verdade onde os policiais vêm executando as vítimas e registrando os fatos como se fossem intervenções. Mas isso aí, a gente precisa de mais um tempo para verificar o perfil dessas vítimas e verificar o que realmente vem acontecendo (informação verbal)³².

Nota-se que os MIAEs ocorridos entre 2018 e 2020 apresenta entre os seus padrões a concentração de ocorrências, justamente ao longo das zonas mais quentes dos homicídios, com destaque ao 40 horas, Aurá, Icuí-Guajará.

Apesar de não ser o foco central deste trabalho, observe que está prática possui uma importante ligação com o tema da pesquisa, visto que ambos os tipos perpassam pelo fato de alguém perder a vida. Nesse ponto pode se questionar o papel das forças policiais, tanto no que condiz aos limites de suas ações, como também no concerne as condições dadas aos profissionais da segurança pública do Pará.

De modo geral ao falar dos homicídios de Ananindeua, alguns agentes habitualmente são apontados como primordiais para o entendimento das mortes, dentre eles estão as fações criminosas e as milícias privadas, e mais especificamente o tráfico de drogas:

[...] hoje em dia a gente verifica muito a questão de uma verdadeira guerra, de um lado milicianos, de outro lado algumas facções, principalmente a do comando vermelho. Tanto a milícia quanto essas facções elas acabam se instalando onde o Estado se faz menos presente, que são nas áreas periféricas como já foi dito. Então eles acabam controlando alguns tipos de serviços ou apresentando a comunidade algum tipo de serviço que o Estado acaba infelizmente não podendo prestar, e eles cobram por isso [...] muitas vezes há uma guerra entre esses dois grupos e acaba resultando em morte, também a

³¹ As mortes por intervenção dos agentes de segurança pública (MIAE), para esse trabalho, equivale as mortes em confronto com a polícia (MCP).

³² Entrevista com Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

gente percebe algumas mortes relacionadas ao fato das vítimas não pagarem por esse serviço, se negarem, se recusarem a pagar pelo serviço que é cobrado (informação verbal)³³.

Pessoas ligadas a criminalidade, particularmente praticantes de crimes de menor impacto social estão entre as principais vítimas:

Geralmente possuem relação com o crime, muitas vezes pequenos roubos, pequenos furtos, crimes que geralmente acontecem de forma local e também o tráfico de drogas, muito viciado morre [...] traficantes que atuam nessas áreas acabam também sendo vítimas desses grupos (informação verbal)³⁴.

Nessas condições, um dos moradores entrevistados afirma que entre as razões que levam os jovens a ilegalidade são as faltas de oportunidades:

Eu acredito que as principais razões que levam as pessoas a entrar nesse mundo é a vida de difícil que levam, a falta de oportunidades, o desemprego, a pobreza, então, encontram na criminalidade um facilitador [...] eu conheço algumas pessoas que cresceram próximo a mim e não tiveram as mesmas oportunidades, isso tudo contribui pra isso (informação verbal)³⁵.

Os comportamentos posteriores expõem que as mortes se concentraram sob as principais vias da área, com evidência as rotas de transportes: av. rio Solimões, e av. rio Tocantins, estrada do Curuçambá, estrada do Aurá, são alguns dos exemplos.

Nesse aspecto, frisa-se que a facilidade de fuga é um dos determinantes para que se tenha essa dinâmica:

O bairro do PAAR, é um bairro que fica afastado das unidades policiais, que fica próximo a pistas expressas, como a avenida da independência. Então com a rota de fuga, são fatores que favorecem a criminalidade (informação verbal)³⁶.

Como parte disso, outro modo constatado mostra que aglomerações espacializaram-se sob as zonas comerciais do bairro, primordialmente ao longo da Arterial 5-B, à exemplo do bairro do PAAR, e a estrada do curuçambá no bairro do Curuçambá. Acerca disso, pode-se assinalar ao menos duas justificativas. Em um primeiro momento, a prática de comercialização de drogas na área e também o cometimento de crimes de roubos e furtos a transeuntes e aos estabelecimentos, o que se associa, em partes a atuação de agentes que combatem tais atividades.

³³ Entrevista com Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

³⁴ Entrevista com Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

³⁵ Entrevistado 02 – estudante de engenharia florestal e morador do bairro do PAAR. Ananindeua. Fevereiro, 2019.

³⁶ Entrevista com Agente Federal da Polícia Federal do Pará. Belém. Janeiro, 2019.

Os canteiros centrais dos bairros, no período noturno se tornam palco de comercialização e uso de entorpecentes, o que traz consigo mais insegurança e elementos facilitadores de CVLIs, principalmente, os homicídios, em disputas de espaços de venda e atos que buscam uma espécie de “higienização” ambiente.

Para uma estudante que mora próximo ao um desses locais, é muito comum observar durante a noite a venda de drogas, em meio a vias escuras, assim como, habitualmente, relatam-se acontecimentos com óbitos de jovens:

Durante a noite, as ruas ficam escuras, é muito perigoso [...] antes dava pra sair, conversar com os amigos, com a família [...] hoje em dia a pessoa tem que ter cuidado, a vida é muito preciosa “né”, até porque é muito fácil você olhar pessoas usando drogas, outras vendendo. Se tu olhar nos jornais, a maioria das mortas acontecem no canteiro, a tarde e a noite, mais a noite mesmo, em muitos as pessoas estão no carro prata e saem atirando (informação verbal)³⁷.

Sobre isso, os dados da SIAC-SEGUP/PA apontam que a maior parte das mortes registradas nesse perímetro tiveram características de execução, com a utilização de automóveis e armas de fogo, o que necessariamente traz à tona a atuação de grupos especializados nesses procedimentos, como as milícias privadas, especialmente as que atuam na área de segurança particular.

Esses conjuntos possuem em sua formação policiais e, muitos deles iniciam essas operações influenciados exclusivamente por uma justiça, pela necessidade de se eliminar infratores, pessoas que afetem o bem-estar de uma determinada localidade, ao mesmo tempo, outra parcela, limita-se a lucratividade oriunda das mortes, a partir de pagamentos, financiados por setores específicos, como os comerciantes. Contudo, ressalta-se que essas motivações não se excluem, mas sim se influenciam:

Bom, nós temos diversas possibilidades, em razão da nossa experiência inclusive com interrogatórios, entrevistas, e pesquisas acadêmicas, verificamos que grande parte dos milicianos eles iniciam em cima de uma espécie de sentimento de justiça, eles começam como justiceiros, atuando eventualmente contra uma pessoa que já tem reincidência no crime, que eles não suportam mais prender aquela pessoa e aquela pessoa voltar a cometer o crime ou então não conseguir captar a prova para mantê-la presa. Então eles acabam em sua concepção realizando uma justiça, ceifando a vida daquela pessoa. Em razão disso há uma certa, um caminho, uma evolução que ele passa de justiceiro para grupo de extermínio, eles se juntam com mais uma ou duas pessoas e acabam identificando os criminosos que ficam cometendo crime na sua área e acabam por matar essas pessoas a fim de evitar a reincidência, quando eles começam a ter o domínio de que quando eles recebem algum tipo de pagamento e dominam o território, aí sim, eles passam a criar um grupo miliciano onde manifestamente eles delimitam a área de

³⁷ Entrevistada 13 - Assistente Social e moradora do bairro do icuí-Guajará. Ananindeua. Março, 2020.

atuação e recebem por algum serviço, seja eles de segurança, seja eles de venda de alguns produtos, até mesmo de transporte alternativo (informação verbal)³⁸.

Para Koury (2004) diversos são os fatores que tornam frutíferos esses espaços para atuação desses grupos, como a insuficiência no papel desempenhado pelo estado, especialmente no que diz respeito as ações policiais, a consequente insegurança, como roubos e mortes, e a necessidade de se proteger, fazem com que frações da população se tornem adeptos dos serviços realizados por eles.

Essas ações são possibilitadas, em partes, pelo financiamento oriundo de moradores e, substancialmente, por conta dos comerciantes, o que fortalece ainda mais os laços de violência, pois, criam-se relações mediadas pelo dinheiro, o que consequentemente se alinha em punições, em casos de não pagamento:

Na verdade os comerciantes começam por financiar os grupos de extermínios, os justiceiros, quando no decorrer do tempo acabam virando os reféns, porque são obrigados a pagar uma taxa mensal em razão da segurança, em caso do não pagamento os seus imóveis, os seus estabelecimentos passam a ser alvos de assaltos, ou mesmo alguns comerciantes são mortos para servir de exemplo para os demais. Isso nós temos encontrado em Ananindeua e em Marituba (informação verbal)³⁹.

Para o DPC 02, as mortes em decorrência das milícias privadas possuem relação com o tráfico de drogas, pela prestação de serviços, principalmente a segurança em áreas comerciais:

[...] no caso das milícias tem relação com droga muitas vezes, tem relação com alguns serviços básicos, alguns serviços que eles controlam pra adquirir dinheiro como questão transporte de van, questão de venda de água e gás, e outras situações que a gente acaba verificando que eles praticam sempre e a maioria das vezes com o cunho financeiro. Outra situação que a gente vê muito também, é questão de segurança em áreas comerciais, há guerra entre milícias por conta desse serviço e as vezes também a gente percebe que é uma das principais causas dessas mortes que a gente verifica, trata-se disso, da questão da segurança armada (informação verbal)⁴⁰.

Sabe-se que esses agentes atuam em diversas áreas do Estado, não somente em Ananindeua, seus campos de influência estão além desses limites institucionalizados. Sobretudo quando se pensa nas características dos homicídios ocorridos na RMB,

³⁸ Entrevista com Delegado 02 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Janeiro, 2019.

³⁹ Entrevista com Delegado 02 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Janeiro, 2019.

⁴⁰ Entrevista com Delegado 01 da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém. Fevereiro, 2019.

comumente, identificam-se semelhanças nas formas com que esses crimes ocorrem, especialmente em relação aos *modus operandi*, como o que se observa em outras partes da região, com destaque aos bairros de Belém, à exemplo da Terra Firme entre os anos de 2011 e 2019 (NASCIMENTO, 2021), em estudos sobre o Guamá e Jurunas (VIERA; BARROS; CHAGAS, 2019), assim como em pesquisa à respeito de setores de Castanhal (VIEIRA; CHAGAS, 2018).

Em comum a essas ocorrências está a brutalidade com que se dão esses homicídios, normalmente homens encapuzados em um veículo ou uma dupla em uma motocicleta, habitualmente, ocorrendo em vias públicas, em momentos de pouca circulação de pessoas.

Inclusive é notória a existência de laços entre ações ocorridas em um curto espaço de tempo, mesmo em áreas diferentes. Constata-se que algumas mortes ocorrem com o mesmo tipo de ação, quantidade autores, forma de se portar, veículo utilizado. Por exemplo, em 2018 ocorreu um homicídio no 40 horas, cuja prática se deu a partir de ao menos quatro indivíduos encapuzados que estavam em um carro prata, em menos de uma hora depois, outros assassinatos se sucederam no PAAR e no Curuçambá, com as mesmas características.

Outra evidência se faz presente no relatório final da Comissão Parlamentar de inquérito que apurou a atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará. De acordo com o trabalho realizado, determinados agentes circulam com relativa facilidade por diversas partes do espaço metropolitano de Belém, estabelecendo vínculos, criando redes de comunicação e apoio. Desse modo, um mesmo conjunto de pessoas pode atuar em Ananindeua, Santa Bárbara do Pará e mesmo Castanhal (CPI, 2015).

Semelhante a isso se colocam as facções criminosas, tendo em vista que seus alcances cada vez mais se modificam. Atualmente, um mesmo faccionado é hábil a atuar em diversas extensões, para além de um único município. Suas territorialidades se adequam, traduzem às suas necessidades e estratégias, o que diretamente dificulta o combate a esses elementos, por partes da segurança pública.

Em conformidade a essas questões, destaca-se a capacidade que alguns líderes do crime organizado possuem, como exercerem suas funções mesmo de dentro dos presídios. Frequentemente essas lideranças emitem ordens para punições internas aos grupos e para criminosos atuantes em uma determinada área, como no caso dos “tribunais da facção”, que punem os que desobedecem aos estatutos, à exemplo da prática de roubos, cujas vítimas são moradores das periferias, tendo entre suas punições, a morte.

Além disso, através de “salves⁴¹” se impõe a obrigatoriedade em assassinar agentes de segurança pública, especialmente em momentos específicos, como após a morte de um criminoso de alta periculosidade, ou seguido de dificuldades enfrentadas por presidiários faccionados. Fato é que mesmo os membros das forças policiais se encontram a mercê da violência presente nesses bairros.

O que se observa é a banalização da morte, que é motivada por diversas razões, inclusive pelas mais irrisórias. Além disso, os crimes se deram nas mais distintas configurações. Por exemplo, ao menos 20 assassinatos ocorreram no contexto de desentendimentos, discussões festas e envolvendo pessoas alcoolizadas.

Ocorreram também delitos, que apontam como possibilidades o fato das vítimas serem taxadas de “x9”⁴², única e exclusivamente, por terem parentesco com policiais, assim como serem amigos de agentes de segurança pública e de profissionais de segurança privada.

Registraram-se também mortes em que duas pessoas foram assassinadas por engano, assim como, em um delito o indivíduo foi morto por uma bala perdida. Alguns casos, envolveram pessoas que em momentos anteriores haviam cometido algum tipo de crime, por exemplo, roubos em áreas de feiras.

Em meio a violência que caracteriza os bairros de Ananindeua, a população local resiste e tenta obter soluções para problemas que são históricos, muitos deles, é claro, através da ilegalidade, o que não é o suficiente para se criar uma lógica que criminalize a desigualdade, a pobreza.

Inevitavelmente o cotidiano dos residentes é alterado, por conta da criminalidade, em especial. O receio de se tornar uma nova vítima, faz com que se tenham novos hábitos, como evitar as áreas que são notadamente conhecidas como zonas violentas, em determinados horários, como no turno da noite.

Têm-se, habitualmente, medo, inclusive de se confiar nas forças policiais, em detrimento do envolvimento de alguns deles com a criminalidade, seja de forma direta com o tráfico de drogas, ou mesmo com os grupos de extermínio, bem como o despreparo que é relatado por muitos moradores.

⁴¹ “Salves” se apresentam como uma forma de comunicação interna entre integrantes de uma facção, que possui como uma de suas funções a determinação de ordens.

⁴² Definição do senso comum, que trata de pessoas que levam informações a respeito de criminosos as forças policiais.

Com as carências que são evidentes, viver em Ananindeua, é sobretudo, conviver com lutas diárias, em partes, de sobrevivência, onde muitos jovens perdem suas vidas em decorrência do envolvimento com o crime, pois fazem parte da principal faixa etária atingida pelas mortes violentas.

O crime, então, encontra elementos facilitadores para o seu estabelecimento e seus limites territoriais são defendidos em inúmeras vezes através da morte, como forma de punição e mesmo como alerta a praticantes de crimes menores, à pessoas que ameaçam o ponto de venda de drogas, ou áreas comerciais.

As ruas dos bairros, além dos relatos dos populares, refletem manifestações que mostram os clamores dos moradores, que carecem de investimentos, oportunidades.

Nesse sentido, é essencial tratar sobre esse tema, pois muitos são prejudicados pelas dinâmicas das desigualdades, da violência e da criminalidade. Trata-se, primordialmente, de um tema urgente e que necessita de pesquisas, de ações concretas por parte do Estado e o combate aos agentes territoriais que dinamizam violentamente os espaços do bairro.

5.1 HOMICÍDIOS NOS BAIRROS MAIS VIOLENTOS DE ANANINDEUA-PA

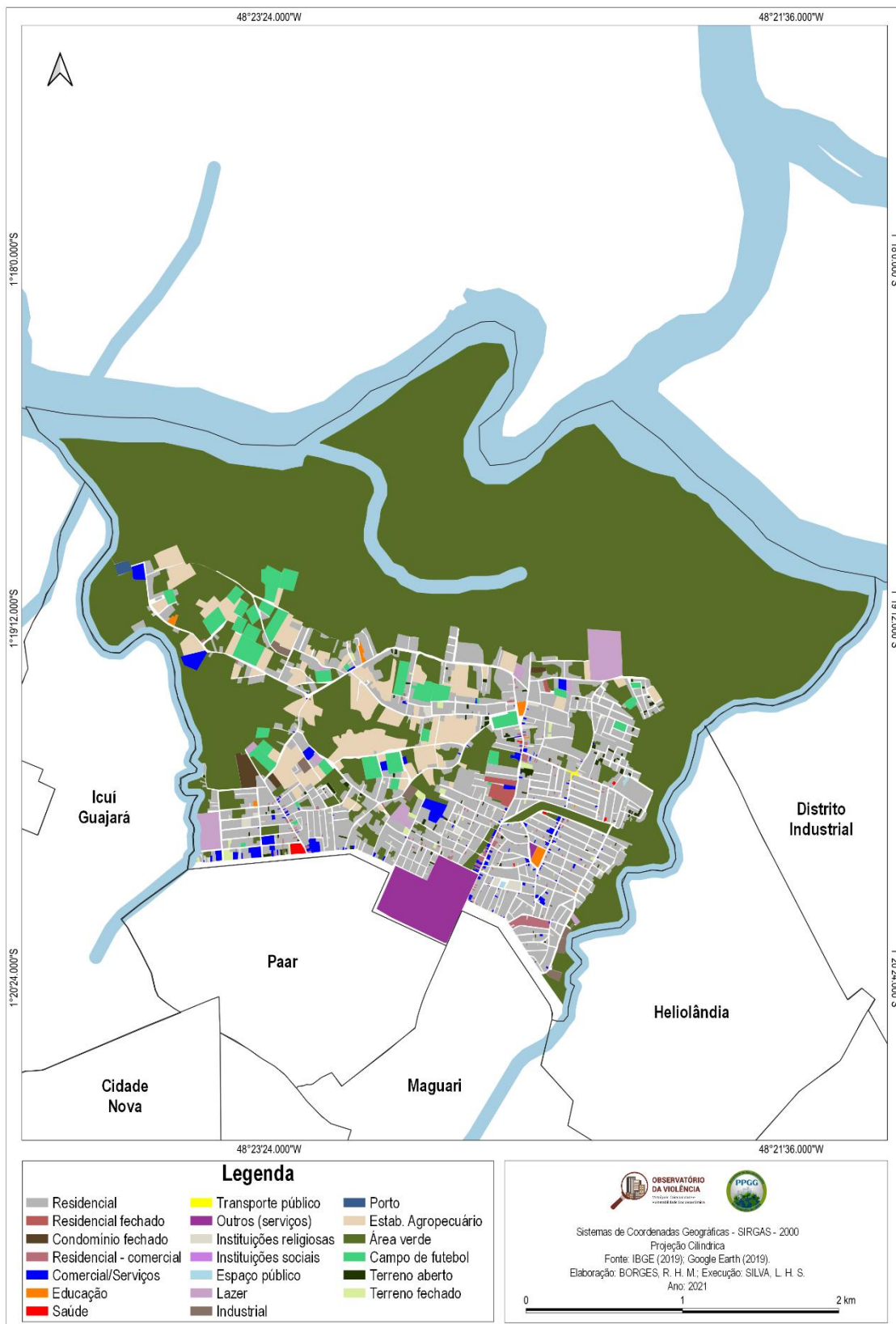
Esta seção trata sobre os bairros mais violentos de Ananindeua-PA, em relação aos homicídios ocorridos entre 2018 e 2020. Desse modo, realizou-se um estudo detalhado sobre os crimes ocorridos nos bairros do Curuçambá e Icuí-Guajará. Em conjunto as áreas totalizam 123 mortes.

Para tanto, elaborou-se um mapeamento a respeito das formas de uso de solo de cada um desses espaços, de modo a entender a situação espacial de cada uma das extensões, para posteriormente relacionar essas características ao local exato dos crimes.

5.2 HOMICÍDIOS NO CURUÇAMBÁ E NO ICUÍ-GUAJARÁ

Inicialmente, coloca-se o bairro do Curuçambá como a área que reúne mais quantitativos de Ananindeua, concernente aos homicídios. Seu ambiente possui extensão territorial de 11,724 km², população aproximada de 24.909 (IBGE, 2010), e está localizado às proximidades do Icuí-Guajará, PAAR, Maguari, Heliolândia e Distrito Industrial (figura 18).

Figura 18: Uso do solo no bairro do Curuçambá, Ananindeua-PA.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Observa-se através da figura acima que a área em questão é caracterizada por espaços expressivamente residenciais nas diversas porções que o compõem, inclusive de casas que servem de ambiente para a comercialização de determinados produtos.

Sobre isso, percebe-se a existência de diversos pontos comerciais e de serviços, sobretudo, com a concentração deles ao longo da estrada do Curuçambá. Dentre eles, pode-se destacar o papel da feira local, que reúne os mais variados eixos, como os mercadinhos, academias e lojas de roupa. Circuito este que conta com o incremento de uma segurança privada.

Por sua vez, no que condiz aos centros de educação e saúde, nota-se que eles seguem outra lógica, dessa forma, esses ambientes situam-se em porções mais afastadas das principais áreas.

Chama a atenção para o fato do bairro abrigar dois residenciais fechados, que se apresentam como paradoxos em meio às condições de precariedades presentes em inúmeros trechos do Curuçambá.

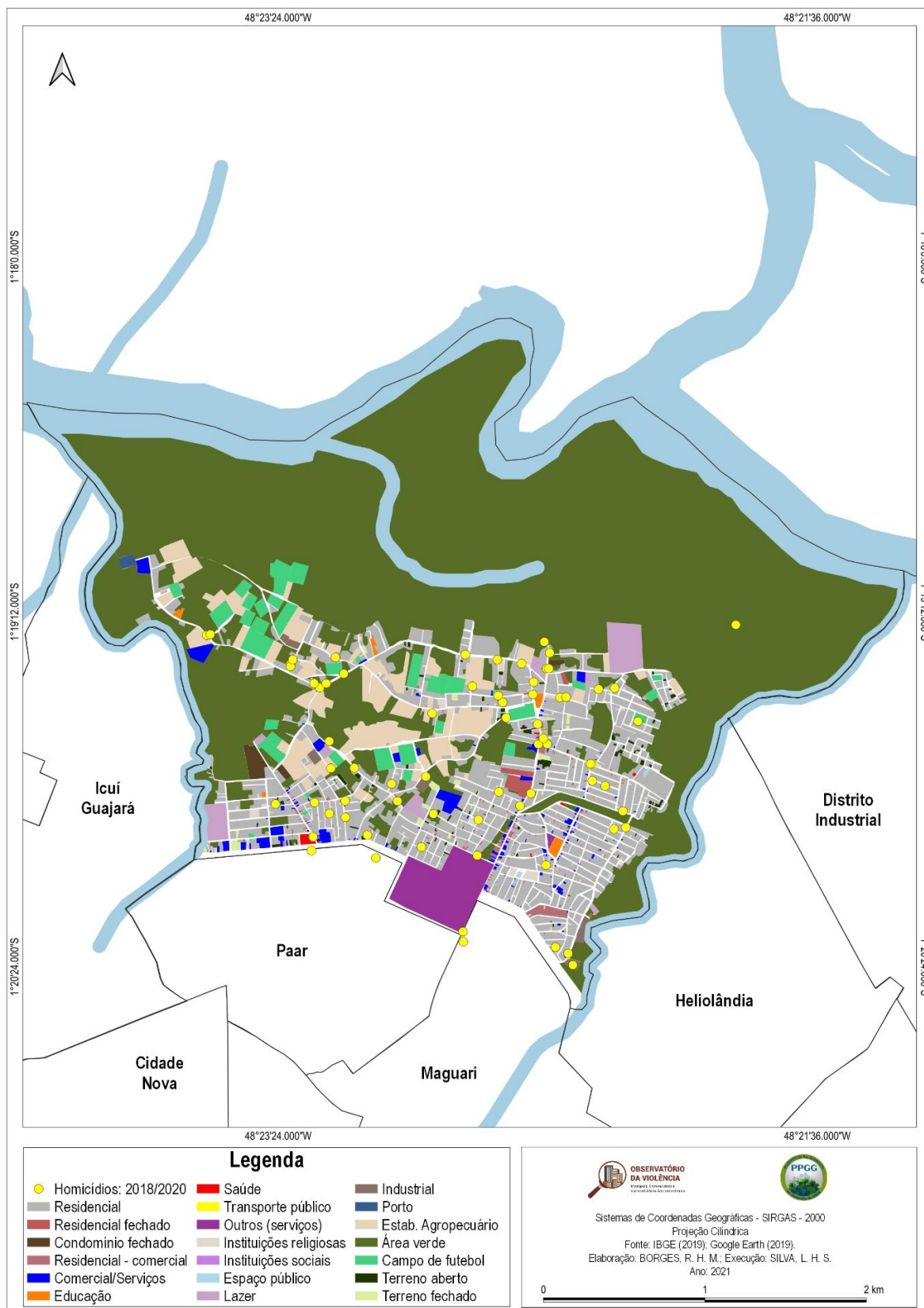
Outro elemento que vale destaque é a extensão territorial de áreas verdes, nota-se que um pouco mais de 50% do bairro é tomado por vegetações. Além disso, evidencia-se a função da hidrografia presente, com ênfase ao furo Maguari, que é fundamental para algumas atividades econômicas, com destaque a agropecuária.

Por se tratar de um ambiente marcado por uma hidrografia evidente, também existe uma frente portuária, com o funcionamento inclusive de uma marina, que aos finais de semana atraem turistas. É importante frisar que através dessa via, é possível se locomover em direção a outros espaços, não somente os pertencentes a Ananindeua, como também da RMB.

Percebe-se que o bairro do Curuçambá é caracterizado por uma série de elementos que expressam os mais variados modos de ocupação e uso do solo, atributos que tornam o local múltiplo e palco para a ação de diferentes atores territoriais.

É por entender as especificidades locais que as tipologias de uso que a compõem se apresentam como fundamentais para analisar de maneira mais aproximada os comportamentos criminais (figura 19).

Figura 19: Uso do solo no bairro do Curuçambá e os homicídios ocorridos entre 2018 e 2020 em Ananindeua-PA.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

No Curuçambá ocorreram 64 homicídios, sendo 51 com características de execução e uma morte tipificada como feminicídio, os demais não foram especificados. Entre as vítimas, 90% eram do sexo masculino, e a principal faixa etária se centrou entre os 18 e 24 anos, correspondendo a 29% do total.

Dentre os padrões das mortes, ressalta-se alguns comportamentos. O primeiro deles corresponde a tendência de os crimes ocorrerem próximo as áreas centrais, sobretudo, nas zonas comerciais, especialmente ao longo dos pontos que se situam na estrada do Curuçambá.

Esses crimes ocorreram normalmente na parte da noite, momento em que esses trechos ficam com uma reduzida circulação de pessoas, dessa forma, as ações são marcadas por uma rapidez em relação aos autores, que basicamente sabem a rotina da vítima, de modo ter ciência do local que os alvos estarão.

Uma outra dinâmica observada reside no fato da concentração de assassinatos nas partes mais afastadas do bairro, com visibilidade aos que se espacializaram ao longo das adjacências de áreas verdes, como os campos de futebol.

Três dos assassinados estavam foragidos e respondiam criminalmente por roubos e tráfico de drogas, estando eles sob monitoramento eletrônico, todos mortos a disparos de arma de fogo por homens encapuzados que atuaram em um automóvel. Vale salientar a aglomeração de mortes ao longo da avenida beira rio e da travessa São Pedro.

Dentre os homicídios que demonstram o tamanho da astúcia dos envolvidos, está um assassinato de um jovem que ocorreu minutos após ele sair do fórum de Ananindeua, quando foi abordado por homens encapuzados que estavam em um carro.

Alguns crimes ocorreram com mais de uma morte na mesma ação, dessa forma registra-se a execução de um duplo homicídio em maio de 2018, onde vítimas possivelmente estariam envolvidas no cometimento de crimes na área.

Bem como aponta-se um duplo homicídio em outubro do mesmo ano, além de um triplo homicídio ocorrido nas proximidades da estrada do Curuçambá no final de 2019, cuja ação se deu por homens que estavam em um veículo.

Em meio aos relatos de testemunhas em determinadas ações fica evidente a postura dos autores, que demonstram grande familiaridade com esse tipo de acontecimento, ao demonstrar conhecimento desde o uso de armamentos, até a consumação do crime, com características de crueldade em alguns casos.

Além disso, entre as vítimas, quatro delas eram agentes de segurança pública, 3 deles por homicídio e 1 por latrocínio. Deixando claro que mesmo os que pertencem a forças policiais estão vulneráveis a criminalidade.

Em simetria a realidade do Curuçambá está o bairro do Icuí-Guajará, enquanto o segundo local mais violento de Ananindeua, quando se trata dos homicídios. Sua área corresponde a uma extensão territorial aproxima de 11.059 km² (IBGE, 2010) e está localizado às proximidades do Icuí-Laranjeira, PAAR, Curuçambá, Cidade Nova e do 40 Horas.

Seu ambiente é essencialmente residencial, em suas diversas porções, destacando-se a constituição de alguns residenciais fechados.

Quanto aos pontos comerciais, eles se apresentam em inúmeras direções, contudo é possível observar uma concentração deles ao longo das vias Paulo Assunção e Santa Fé, bem como ao longo da rua Jovelina Carneiro onde está localizada a feira local, que é constituída por diversos ramos econômicos. Dentre eles, recentemente, destaca-se a chegada de um supermercado de maior porte, que alterou as dinâmicas locais. O outro pronto, que já vem de um processo mais recente é a Av. Independência que aos poucos vai se tornando uma área especializada, com destaque as oficinas de veículos.

Em relação aos serviços de saúde, nota-se que há uma unidade básica de atendimentos e um posto de pronto atendimento, além de unidades de saúde familiar que atuam nos conjuntos, como no caso do Uiraupuru e do Mururé. No que diz respeito à segurança há em seus limites uma seccional da polícia civil, além de ter em suas adjacências as seccionais do PAAR e da Cidade Nova.

Por sua vez, no que condiz aos centros de educação, nota-se que há ao menos sete escolas que abrangem o ensino fundamental e médio. Complementar a isso, é importante destacar a presença de uma usina da paz, que serve como centro de projetos sociais desenvolvidos pelo Governo Estadual do Pará, através do programa “Territórios pela paz”.

Outro elemento que vale destaque é a extensão territorial de áreas verdes, constatando-se através do mapeamento, que um pouco mais de 30% corresponde a esses recintos.

Assim, o Icuí-Guajará pode ser analisado a partir de uma lógica que considera o fato de se tratar de um bairro em que se especializam diversas formas de uso, através de múltiplos agentes, o que torna o seu território cenário propício para numerosas territorialidades (figura 20).

Figura 20: Uso do solo no bairro do Icuí-Guajará, Ananindeua-PA.



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Figura 21: Uso do solo no bairro do Icuí-Guajará e os homicídios ocorridos entre 2018 e 2020 em Ananindeua-PA



Fonte: SISP/SIAC/SEGUIP-PA (2021).

Em relação aos homicídios ocorridos no Icuí-Guajará (figura 21), foram registrados 59 crimes entre 2018 e 2020, o que caracteriza como o segundo bairro mais violento de Ananindeua.

Predominantemente os crimes se concentraram ao longo das faixas correspondente à aglomerados subnormais, ou seja, aos ambientes de maior precariedade.

Parte significativa das mortes se centraram nas áreas comerciais, sobretudo, as faixas que correspondem a via Paulo Assunção. Assim como alguns dos assassinatos se aglomeraram nas proximidades dos limites dos bairros do Icuí-Laranjeira, 40 Horas, PAAR e Cidade Nova. Destacando-se o fato de um jovem ter assassinado instantes após ter cometido um roubo na feira local.

Como outra característica, assinala-se que parcela importante dos crimes violentos ocorreram nas imediações das principais vias de locomoção, com destaque a avenida independência que articula diversos bairros de Ananindeua.

Destacam-se também a concentração de mortes em ruas secundárias, como a travessa Ambrósio. Além disso, ressalta-se a convergência de crimes ao longo de uma área conhecida popularmente como “favelinha”, em que pesa uma ação que resultou na morte de quatro jovens na mesma ocasião.

Entre as vítimas, a maior parte delas no período estudado eram do sexo masculino com mais de 80% do total e a principal faixa etária centrou-se entre os 18 e 24 anos, correspondendo a 33%, além de ter maior abrangência a pessoas de baixa escolaridade e que possuíam algum tipo de envolvimento com a prática de crimes.

As ações ocorreram preferencialmente nos turnos da noite e da madrugada e normalmente se deram em vias públicas, momento em que corriqueiramente dois homens em uma motocicleta executaram a vítimas a tiros, assim como se observou o padrão que aponta para a participação de homens encapuzados que atuam em um carro.

Práticas marcadas por um exímio conhecimento por parte dos autores, que demonstram conhecer o bairro, opções de fuga e, principalmente, aparentam conhecer a rotina das vítimas de modo a não cometer erros na consumação dos atos.

Prova disso pode ser visto em quatro mortes ocorridas no bairro, em locais diferentes e distantes, que se deram com o mesmo *modus operandi*, quando homens encapuzados em um carro executaram a tiros jovens que se conheciam.

Desse modo, percebe-se que o Icuí-Guajará também se trata de um ambiente marcado pela insegurança, onde diversos agentes atuam através dos homicídios.

Diversas são as semelhanças existentes entre os dois bairros mais violentos de Ananindeua, tanto o Curuçambá, como Icuí-Guajará possuem relações territoriais compartilhadas, especialmente em relação a territorialização de agentes. Percebe-se que em alguns desses crimes, os autores após executarem os assassinatos em uma das duas áreas, instantes depois repetiram o *modus operandi* em outros espaços.

Ambos, tratam-se de ambientes caracterizados por desigualdades. Com a forte presença do tráfico de drogas (figura 16), no Icuí-Guajará se observa a concentração desses crimes principalmente ao longo da estrada do Icuí, na rua Paulo Assunção e na Santa Fé. No Curuçambá, por sua vez, apresenta a aglomeração de pontos de comercialização desses ilícitos em meio a via principal de sua zona, a estrada do Curuçambá.

As facções criminosas também se fazem presentes, de maneira atuante, e reúnem uma série de seguidores, que obedecem a estatutos internos. Além dos “salves” que foram debatidos anteriormente, em algumas vias se destacam mensagens, tais como “proibido roubar” que demarcam territorialidades, estabelecem-se zonas de comando. Simbologias essas que constituem territórios.

Desse modo os moradores convivem com receios, mudanças em seus hábitos, condições impostas, imperando em várias circunstâncias a própria “lei do silêncio”. Entendendo-se que:

[...] a violência urbana tem também causado perdas intangíveis decorrentes das profundas mudanças na qualidade e no estilo de vida dos brasileiros [...] acaba alimentando o sentimento de insegurança, fazendo com que as pessoas deixem de sair de casa ou evitem certas áreas da cidade bem como passem a investir maciçamente em equipamentos de segurança pessoal. Grades, cercas elétricas, circuito interno de TV, vigilância privada (DINIZ, 2003, p. 120).

É sob essa conjuntura que se colocam os dois bairros, enquanto espaços de contradições e desigualdades, onde a criminalidade se faz presente de maneira direta, a partir da atuação de diversos agentes. Ressalta-se que a realidade identificada nessas extensões, representam parte de um contexto maior, que se insere nos demais bairros de Ananindeua, assim como em outras áreas da RMB.

Acredita-se então que coexistem verdadeiros territórios da criminalidade nesses locais, onde se estabelecem relações de poder, tomadas de decisões, formam-se de redes de comunicação e negociações. Em suma, o contexto de peculiaridades se situam enquanto condições necessárias para esse quadro.

6. CONCLUSÕES

O presente trabalho se propôs analisar o município de Ananindeua, em suas múltiplas esferas. A partir desse estudo, observou-se que o lócus da pesquisa se trata de um espaço de contrastes, de modo que mesmo ao representar uma área essencial para as dinâmicas econômicas e sociais paraenses, simultaneamente corresponde a um centro de problemáticas, que apresenta entre suas diversas faces, mazelas sociais, destacando-se entre elas o elevado quantitativo de ocorrências criminais, o que o leva a ser comumente visto como o segundo município mais violento do Pará.

Nesse cenário, como parte disso, encontram-se os homicídios dolosos que ilustram a banalização da morte, enquanto ações frequentes em diversos bairros locais. Inúmeros são os motivos que se colocam enquanto razões para as ações ocorridas entre os anos de 2018 e 2020, muitas delas insignificantes quando comparadas ao valor de uma vida.

Observam-se conflitos entre companheiros, parentes, pessoas conhecidas, que por vezes frequentavam o mesmo espaço, seguidos de requintes de crueldade e com níveis acentuados de exposição à insegurança.

Outras motivações também se destacam nesse contexto, como as dívidas por drogas, disputas territoriais entre facções, confrontos entre a segurança privada e criminosos locais. Elementos que revelam como a sociedade encontra-se sem saber como tratar ou encarar as tensões que envolvem esses confrontos, que por vezes são fatais.

Ademais, há fatores que podem ser entendidos enquanto características que assumem espacialidades e também enquanto elementos que constituem territórios, encontrando na ação de ceifar a vida de um ser humano, um de seus principais meios de coercibilidade, na garantia da manutenção de suas estratégias, especialmente através do receio, do medo, que são criados nesses espaços.

Obviamente que, baseado no que foi apresentado nos capítulos discutidos, sabe-se que nem todos os crimes seguem uma mesma configuração, assim como, nem todas as ações apresentam um histórico mínimo no que tange o desenvolvimento da execução, em outras palavras, alguns casos se deram de maneira totalmente isolada, com destaque aos assassinatos ocorridos em um contexto onde o álcool foi o único papel determinante.

Simultaneamente, parcelas expressivas dos homicídios condizem a uma historicidade, tendo em vista que a consumação do crime em si, representa apenas o ápice de uma construção que se deu ao longo dos tempos, como nos delitos que envolvem disputas entre traficantes de drogas. Nesses casos, os atores estão situados

geograficamente em suas respectivas áreas, estabelecem seus objetivos, formam laços, e como uma das consequências do jogo social, dos enfrentamentos, apresenta-se a violência homicida.

Muitos são os agentes que se espacializam e se territorializam por e a partir das características que formam Ananindeua. Salienta-se as atividades atreladas ao tráfico de drogas, as facções criminosas, as milícias, aos grupos de extermínio e sobretudo, o papel desempenhado pelas instituições estatais, como as forças policiais.

Em meio as disputas territoriais, consolidam-se zonas de tensões, que basicamente se tratam de extensões onde atores territoriais buscam imprimir seus objetivos, independentemente das consequências.

Constata-se que os atores que atuam em Ananindeua, não necessariamente se limitam a essa extensão, observa-se semelhanças inclusive nas práticas dos autores do crime, em outras zonas da Região Metropolitana de Belém (RMB). É habitual, por exemplo, os relatos de testemunhas revelarem um tipo específico de veículo, a forma de falar, a maneira de se portar, características físicas desses agentes, em momentos e locais diferentes.

Sob esse cenário, observa-se que cada vez mais os jovens ingressam para o crime, prematuramente, muitos deles encontrando nisso uma resposta imediata aos seus anseios. Nesse aspecto, se colocam grupos historicamente postos e outros que se tratam de figuras mais contemporâneas, apontando-se o tráfico de drogas e as facções criminosas, respectivamente. Obviamente que não se trata de um assunto em que definições “simples” esclarecerão as causas de uma problemática histórica.

Entre os bairros mais violentos, colocam-se o Curuçambá e Icuí-Guajará, que juntos totalizam 123 mortes, o que corresponde a 20% do total de crimes ocorridos no município. Em comum a eles se destacam as precariedades, as diferenciações sociais.

Para além disso, apesar de ter se constatado padrões nos assassinatos que apontam para concentrações nas áreas mais periféricas da cidade, ressalta-se que a criminalidade não é exclusiva a esses setores. Na verdade, a violência deve ser entendida como heterogênea, assim ela é uma marca inclusive das porções que apresentam melhores condições socioeconômicas.

É essencial questionar essa realidade de maneira ampla. Desse modo, defende-se a ideia de que a criminalidade se faz presente nos mais variados pontos de uma cidade, como no caso de Ananindeua, independentemente de aspectos econômicos e sociais, a

diferença fundamental estará em como ela se materializará, quais serão os mecanismos pensados para a prevenção e para o combate.

Entre as vítimas, nota-se que parte expressiva delas se tratavam das faixas etárias mais novas, sendo de 33% delas pertencentes a faixa etária (18 a 24 anos) e que habitualmente elas condiziam a pessoas com histórico de envolvimento com delitos, tendo em vista que cerca de 52% dos assassinatos se enquadram nesses critérios, principalmente, com o cometimento de furtos, roubos e relacionamento com o tráfico de drogas.

Além disso, parcelas significativas desse grupo possuía baixa escolaridade, com mais de 42% sem o ensino fundamental completo, além disso, aproximadamente 54% delas faziam uso de substâncias ilícitas.

Nem mesmo os agentes de segurança pública se ausentam como alvo desses crimes, ocorrido 16 homicídios desses profissionais, entre 2018 e 2020. Fatos esses que escancaram principalmente o embate existente entre as facções criminosas e as forças policiais.

Constatou-se ainda o potencial das armas de fogo e os impactos que envolvem esses instrumentos, tendo em vista que em um pouco mais de 80% das execuções ocorreram com o uso de tais meios. Nesse quesito chama a atenção a facilidade com que esses objetos estão inseridos nos territórios aqui estudado.

Em suma, a criminalidade homicida se trata de uma temática multiterritorial, que envolve os mais variados elementos territoriais. Diferentemente de outros períodos, atualmente as lógicas não são as mesmas, não seguem regras tão imutáveis, não mais se restringem a limites institucionais, como os da escala do bairro ou mesmo os que existem entre municípios, há mudanças, inclusive, no que tange as ordens para a execução desses crimes.

Deve-se então, pensar e agir de maneira correspondente, ou seja, através de ações que não se limitem a ações inalteráveis, tendo em vista as redes de laços estabelecidas entre os agentes criminais, que envolvem novos traços, como ligações entre estados e países.

Como visto, é primordial que se instituem estratégias que visem a alteração dessa conjuntura. Sabe-se que isso envolve diversos âmbitos, desde a educação, ao se pensar na baixa escolaridade das vítimas, ações de natureza socioeducativa, políticas de ressocialização ao se considerar o histórico de envolvimento criminal das pessoas assassinadas, bem como essas questões circundam a urgência em melhores condições

infraestruturais dos bairros, além das práticas que envolvem as forças de segurança pública em si, como um maior combate a inserção de armas de fogo nessas áreas, constante capacitação de seus agentes e sobretudo, um maior reconhecimento e valorização desses, tendo em vista o impacto de suas ações.

Além disso, aponta-se o presente trabalho como um conjunto de informações essenciais para avaliar Ananindeua, suas realidades, especialmente sobre os territórios da criminalidade, visto as potencialidades presentes nos dados e cartografias apresentadas. Deve-se pensar em continuidades relativas as análises aqui desenvolvidas, afinal muito ainda há o que se discutir, especialmente ao se considerar a insuficiência relativa a trabalhos sobre a área.

Desse modo, abordar as questões que envolvem a violência homicida em Ananindeua, trata-se de um tema fundamental e recorrente, pois, tratam-se de lutas anônimas, de pessoas esquecidas em meio a problemas sociais, que necessitam de um olhar entendedor e denunciante de suas causas. Afinal, falar sobre esse tema é tratar, sobretudo, de vidas, ou melhor, da perda delas.

7. REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Crime e Violência na Sociedade Contemporânea. **Jornal de Psicologia**, v. 2, p. 07-08, 2002.
- ANTUNES, M. A.; SARAIVA, D. A Ausência de Tipificação dos Crimes Praticados por Grupos de Extermínio ou Milícias Privada Introduzidos Pela Lei 12.720/12 e sua Consequente Ineficácia. **Revista de Estudos Jurídicos da Universidade Estadual Paulista**, n. 1, p. 1-22, 2015.
- ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 114 p.
- BARATA, R. C. B.; RIBEIRO, M. C. S. A.; MORAES, J. C. Desigualdades sociais e homicídios em adolescentes e adultosjovens na cidade de São Paulo, em 1995. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, p. 50-59, 1999.
- BASTOS, E. B. B. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/ Núcleo de Meio Ambiente, 2013. 195 p.
- BATELLA, W. B. **Análise Espacial dos Condicionantes da Criminalidade Violenta no Estado de Minas Gerais - 2005: Contribuições da Geografia do Crime**. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado/ Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, 2008. 142 p.
- BEATO FILHO, C. C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 291 p.
- BORDIEU. **Razões Práticas: sobre teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. 1ª. ed. Campinas: Papyrus, 1996. 231 p.
- CANO, I. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- CARBONE, S. M. Justiceiros: agentes e vítimas da violência? **Ponto-e-vírgula**, São Paulo, v. 3, p. 170-187, 2008.
- CARDIA, N. Jovens, Violência Fatal, Superposição de Carências e Mercado de Trabalho (paper não publicado). **Núcleo de Estudos da Violência - NEV/USP**, São Paulo, p. 5, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em: 05 janeiro 2019.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992. 134 p.
- _____. Diferenciação sócio-espacial, Presidente Pernambuco, p. 45-60, 2007.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p.

_____. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTRO, C.J.N. **O transporte público enquanto dimensão do processo de metropolização de Belém.** Belém: Universidade Federal do Pará. Tese de doutorado/ Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.339 p.

CERQUEIRA, D.R.C. Trajetórias Individuais, Criminalidade e o Papel da Educação. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, v.9, p. 27-35, 2016.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n. 1, p. 186-204, 2014.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder.** Tradução de Waltensir Dutra. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 248 p.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** 3ª. ed. São Paulo: Ática S.A, 1995. 96 p.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 15-47.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CPI. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a ação das milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro.** Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 282. 2008.

CPI. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito para a apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará.** Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Belém, p. 227. 2015.

DINIZ, A. M. A. A geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de segurança em Belo Horizonte. **Ualferes**, Belo Horizonte , p. 119-133, 2003.

DORNELLES, J. R. **O que é Crime.** 1ª. ed. São Paulo : Brasiliense, 1998. 75 p.

FERREIRA , I. F. C. B.; PENNA , N. A. Território da Violência: Um olhar Geográfico sobre a Violência Urbana. **Espaço e Tempo**, São Paulo, p. 155-168, 2005.

FERREIRA, Á. H. D. S.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: algumas considerações possíveis. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, p. 477-504, 2014.

FILHO, L. L. F. **Distribuição Espacial da Violência em Campinas**: uma análise por geoprocessamento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Doutorado em Geografia/ Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2004. 233 p.

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. 1ª. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 141 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23ª. ed. São Paulo: Graal, 2004. 432 p.

FRADE, L. **O que o congresso nacional brasileiro pensa sobre a criminalidade**. Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação de Doutorado em Sociologia/ Departamento de Sociologia/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia , 2007. 271 p.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, n. 3, p. 44-53, Dezembro 2009.

GOTTIENER, M. **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2010. 518 p.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização e Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2001. 6774-6792 p.

_____. **Viver no limite**: território multi/transteritorialidade de in-segurança e contenção. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 2014. 437 p.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Lutas Sociais, 2012. 29 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Panorama das Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ananindeua/panorama>. Acessado em: 18 de agosto de 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento**. São Paulo, março de 2020. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/pt/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2020>. Acessado em: 20 de julho de 2021.

JANCZURA, R.; NOAL, E. B. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos e Contextos** , Porto Alegre , p. 157-169, 2011.

KOURY, M. G. P. Cultura do Medo e Juventude no Brasil atual. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa , p. 188-204, 2004.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço (do original La production de l'espace)**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4ª. ed. Paris : Anthropos, 2000.

_____. **O Direito à Cidade**. 1ª. ed. São Paulo: Centauro, 2009. 146 p.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARTINS, J. D. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 188 p.

MELGAÇO, L. **Securitização urbana: Da psicofera do medo à tecnofera da segurança**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Doutorado em Geografia/ Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010. 276 p.

MENDES, G. A. **Ananindeua dos Trilhos ao Asfalto**. Belém: Salesianos, 2003.

MENDES, L.A.S. A geografia-histórica da Região Metropolitana de Belém. **Espacialidades**, Rio Grande do Norte, v.14, n. 1, p. 10-39, 2018.

MINAYO, M. C. S. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p. 135-140, 2009.

MORAIS, R. **O que é Violência Urbana**. 10ª. ed. São Paulo: Brasilienses, 1995. 116 p.

NASCIMENTO, R.P.B - **O Processo de periferização e violência urbana na baixada belenense: um estudo sobre os agentes territoriais e os homicídios no bairro da Terra Firme nos de 2011 a 2019**. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de mestrado/ Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2021. 208 p.

NEGRELOS, E. P. Habitação Social no Brasil pós-1964. Arquitetura, Cidade e Gestão. Um estudo comparado entre a produção do BNH/COHABs e da CEF/PAR em cidades do Estado de São Paulo. Primeiros resultados em São Paulo e São Carlos. In: **I ENANPARQ - Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas**. I ENANPARQ - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Prourb, 2010. p. 1-24.

ODALIA, N. **O que é Violência**. São Paulo: Brasilienses , 1983. 96 p.

- OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa COVID-19**.2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acessado em: 11 de agosto de 2020.
- PALHETA DA SILVA, J. M. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. **Série Estudos e Ensaios**, Brasília, n. 01, p. 115-128, 2009.
- PAULINO, M.A.S.; JEOLÁS, L.S. Jovens, Drogas e Vulnerabilidade: aproximações teóricas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.3, n. 1, p. 39-60, 2000.
- PEDRAZZINI, Y. **A Violência das Cidades**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes , 2006. 188 p.
- PENTEADO, A. R. **Belém do Pará: estudo de Geografia Urbana**. Belém: UFPA - Imprensa Universitária, 1968. 448 p.
- PERES, M. F. T. **Violência por arma de fogo no Brasil - Relatório Nacional**. Universidade de São Paulo. Núcleo de Estudos da Violência. São Paulo, p. 197. 2004.
- PINO, A. Violência, Educação e Sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 28, p. 763-785, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.
- REIS NETTO, R.M.; CHAGAS, C.A.N. Além das Grades: um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para a integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. **GEOSUL**, Florianópolis, v.34, n. 73, p.149 - 172, 2019.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais - A luta pelo direito à Cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, n. 6, p. 73-88, 2007.
- RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA-UFPA/FCAP, 1996.
- RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade Unidos na Condição: Cidade Nova; espelho da segregação espacial em Belém**. 1ª. ed. Belém: UFPA/NAE, 1998. 271 p.
- RODRIGUES, J.C.; RODRIGUES, L. L. C. (Re) estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua, Amazônia paraense. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 22, p. 106-126, 2021.
- SAMPAIO, R. A. A Violência do Processo de Urbanização. In: CARLOS, A. F. A. **Crise Urbana**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 55-84.
- SANTOS, D. M. **Fronteiras (in)visíveis da cidade capitalista: segregação socioespacial no Conjunto Parque Modelo II/ Ananindeua-PA**. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em Serviço Social/ Departamento de Mestrado de Serviço Social/ Pós-Graduação em Serviço Social, 2012. 168 p.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156 p.

- _____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 176 p.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.
- _____. **Por Uma Outra Globalização**. 13ª. ed. Rio de Janeiro : Record, 2006. 14 p.
- _____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 90 p.
- _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 136 p.
- SAQUET, M. A. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-147.
- _____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular , 2009. p. 73-94.
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 24-42, 2008.
- SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 7-24, 2006.
- SILVA, J. G. **Homicídios de Jovens no Brasil: O desafio de compreender a consequência fatal da violência**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. Dissertação de Doutorado em Saúde Pública, 2009. 144 p.
- SILVEIRA, L. L. **Cidade, Corporação e Periferia Urbana**. 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. 242 p.
- SOUZA, M. L. **Abc do desenvolvimento Urbano**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192 p.
- _____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil , 2003.
- _____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.
- _____. "Território" da Divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1ª. ed. Presidente Prudente : Expressão Popular , 2009. p. 57-72.
- _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 15^a. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 80 p.

_____. **A Produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais**. 1^a. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 123-145 p.

TIBURCIO, T. F. <https://thiagotiburcio.jusbrasil.com.br/artigos/297102646/justiceirosa-a-favor-da-propria-morte>. **JusBrasil**, 2008. Acesso em: 16 janeiro 2019.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. 1^a. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016. 392 p.

TOLOSA, T.S.R.; CHAGAS, C.A.N.; LIMA, C.S.L. Caracterização do feminicídio na cidade de Belém (PA). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v.14, p. 162 - 177, 2020.

VERAS, M. P. B.; BONDUKU, N. G. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, M. D. L. M. (Orgs.) **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasilienses, 1986. p. 40.

VIEIRA, D.C.M.; BARROS, A.P.S.; CHAGAS, C.A.N. Produção do espaço, território e violência: uma análise dos homicídios na 4^a e 5^a AISP, Belém-PA. **Interspaço de Geografia e Interdisciplinaridade**, v.5, p. 1-17, 2019.

VIEIRA, G.C.S.; CHAGAS, C. A.N. Geografia do Crime: uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jardelândia - Castanhal-PA. In: CHAGAS, C.A.N; SILVA, M.P.; VIEIRA, D.C.M. (Orgs.). **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. 1^a. ed. Belém: Gapta, 2018. p. 151-171.

ZALUAR, A. Violência e crime. **O que ler na ciência social brasileira**, São Paulo, p. 13-107, 1999.

_____. **Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 7, n. 17, p. 55-76, 2019.